



INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
CAMPUS BLUMENAU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

MAYSA EICHNER DA SILVA BAZANA

A PERCEPÇÃO DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DO
IFC SOBRE A CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA DOS IFs

Blumenau/SC

Junho de 2022

MAYSA EICHNER DA SILVA BAZANA

**A PERCEPÇÃO DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DO
IFC SOBRE A CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA DOS IFs**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Blumenau do Instituto Federal Catarinense, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Cloves Alexandre de Castro

Blumenau/SC

Junho de 2022

B219p Bazana, Maysa Eichner da Silva
A percepção dos técnico-administrativos em educação do IFC sobre a concepção pedagógica dos IFs / Maysa Eichner da Silva Bazana; orientador Cloves Alexandre de Castro. - Blumenau, 2022.
149 p.

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal Catarinense, campus Blumenau, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), Blumenau, 2022.

Inclui referências.

1. Institutos Federais. 2. Técnico-Administrativo em Educação 3. Educação Profissional e Tecnológica. I. Castro, Cloves Alexandre de. II. Instituto Federal Catarinense. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. III. Título

CDD 371.207



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
BLUMENAU - C.C. P.G. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 15501/2022 - CCPGEPT (11.01.09.31)

Nº do Protocolo: 23473.001178/2022-21

Blumenau-SC, 15 de julho de 2022.

MAYSA EICHNER DA SILVA BAZANA

**A PERCEPÇÃO DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DO IFC SOB A
CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA DOS IFs**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 27 de junho de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Cloves Alexandre de Castro

Instituto Federal Catarinense

Orientador

Prof. Dr. Leandro Marcos Salgado Alves

Instituto Federal Catarinense

Profª. Drª. Marilane Maria Wolf Paim

Universidade Federal Fronteira Sul

(Assinado digitalmente em 15/07/2022 19:53)

CLOVES ALEXANDRE DE CASTRO
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO
CCPGEPT (11.01.09.31)
Matrícula: 2323906

(Assinado digitalmente em 18/07/2022 09:39)

LEANDRO MARCOS SALGADO ALVES
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO
CGET/ARAQ (11.01.02.08)
Matrícula: 2333652

(Assinado digitalmente em 18/07/2022 08:42)

MARILANE MARIA WOLFF PAIM
PRO-REITOR(A) - SUBSTITUTO
PROPI/REIT (11.01.18.00.29)
Matrícula: 3803554

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **15501**, ano: **2022**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **15/07/2022** e o código de verificação: **3b8f0c004c**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
BLUMENAU - C.C. P.G. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 15502/2022 - CCPGEPT (11.01.09.31)

Nº do Protocolo: 23473.001179/2022-75

Blumenau-SC, 15 de julho de 2022.

MAYSA EICHNER DA SILVA BAZANA

GUIA DE LEITURA CRÍTICA PARA PPPs DE IFs

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 27 de junho de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Cloves Alexandre de Castro

Instituto Federal Catarinense

Orientador

Prof. Dr. Leandro Marcos Salgado Alves

Instituto Federal Catarinense

Prof^a. Dr^a. Marilane Maria Wolf Paim

Universidade Federal Fronteira Sul

(Assinado digitalmente em 15/07/2022 19:53)

CLOVES ALEXANDRE DE CASTRO
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
CCPGEPT (11.01.09.31)
Matricula: 2323906

(Assinado digitalmente em 18/07/2022 09:39)

LEANDRO MARCOS SALGADO ALVES
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
CGET/ARAQ (11.01.02.08)
Matricula: 2333652

(Assinado digitalmente em 18/07/2022 08:42)

MARILANE MARIA WOLFF PAIM
PRO-REITOR(A) - SUBSTITUTO
PROPI/REIT (11.01.18.00.29)
Matricula: 3803554

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **15502**, ano: **2022**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **15/07/2022** e o código de verificação: **0916888810**

A minha família.

Pai Ernani Luiz Franceschi da Silva.

Mãe Cordélia Eichner da Silva.

Irmã Luysa Eichner da Silva.

Companheiro-Marido Frederico Andres Bazana.

RESUMO

Este artigo é resultado da pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), na linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), macroprojeto Organização de espaços pedagógicos na EPT. Nossa pesquisa justifica-se diante da necessidade e importância de pensar a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) a partir das condições concretas que a viabiliza ser realizada e que na maioria das vezes não é compreendida como parte do processo de pesquisa, extensão e ensino. Trata-se dos processos administrativos e educacionais realizados por Técnico-administrativos em Educação (TAEs) em diferentes espaços do cotidiano escolar. A atuação dos TAEs tem o desafio de se fazer integrada, de modo a ser coerente às concepções pedagógicas dos IFs, que divergem das do modo de produção capitalista, orientadas pela divisão do trabalho que limita o trabalhador ao ponto de não se perceber no produto do seu trabalho materializado na mercadoria. É aqui que reside o problema: como os profissionais de uma instituição que tem na sua essência a proposta de agir de modo contrário ao modo fragmentário de produzir do modo de produção capitalista, em suas práticas cotidianas de produção, no exercício de suas funções, produzem de modo distinto ao objetivo que deu origem à instituição em que trabalham? Quais as possibilidades de se realizar um processo de ensino e aprendizagem integrados, diante de uma estrutura administrativa garantida por lei que estabelece a hierarquia e a fragmentação como formas organizacionais? Para isso, definimos como objetivo geral conhecer a percepção dos TAEs do Instituto Federal Catarinense (IFC) dos *campi* Concórdia e Blumenau e da Reitoria acerca da concepção pedagógica da Instituição. Metodologicamente, propomo-nos a realizar pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza aplicada, cujos objetivos são exploratórios/explicativos e cujo procedimento técnico se situa no campo do estudo de caso. A pesquisa subsidiou a elaboração do Produto Educacional (PE) que intitulamos de Guia de leitura crítica para PPPs de IFs. O PE foi avaliado por TAEs lotados nos *campi* Concórdia e Blumenau e na Reitoria. Consideramos que o produto cumpriu o papel de estimular o debate e o interesse pelo documento em questão. Concluímos que o TAE que pode ser considerado um educador é aquele que compreende o produto da sua ação laboral cotidiana no âmbito da sua instituição. Ele conhece a instituição e os processos que a constituíram, os conflitos e interesses em jogo, cujas contradições e choques desiguais de forças resultaram na forma que caracteriza a instituição.

Palavras-Chave: Educação Profissional e Tecnológica; Institutos Federais; Técnico-administrativo em Educação.

ABSTRACT

This article is the result of the research developed in the Professional Master's Degree in Professional and Technological Education (ProfEPT), in the line of research Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Vocational and Technological Education (EPT), macroproject Organization of pedagogical spaces in EPT. Our research is justified in the face of the need for and importance of thinking about Vocational and Technological Education (EPT) from a scale that makes it possible to be carried out and which most of the time is not understood as part of the research, extension, and teaching process. It is the scale of the administrative and educational processes carried out by administrative technicians in education (TAEs) in spaces that are foreign to the formal daily life of the teaching-learning relationship, that is, foreign to the classroom and the production of research and extension in their practical ways. The work of the TAEs has the challenge of being integrated, in order to be coherent with the pedagogical conceptions of the IFs, which diverge from those of the capitalist mode of production, guided by the division of labor that limits the workers to the point that they do not perceive themselves in the product of their work materialized in the commodity. This is where the problem lies: how do the professionals of an institution that has in its essence the proposal to act contrary to the fragmentary way of producing of the capitalist mode of production, in their daily production practices, in the exercise of their functions, produce differently from the objective that gave rise to the institution in which they work? What are the possibilities of carrying out an integrated teaching and learning process, given an administrative structure guaranteed by law that establishes hierarchy and fragmentation as organizational forms? For this, we defined as a general objective to understand the perception of the TAEs of the Instituto Federal Catarinense (IFC) of the Concórdia and Blumenau campuses and of the Rectory about the pedagogical conception of the Institution. Methodologically, we propose to carry out applied qualitative research, whose objectives are exploratory/explanatory, and whose technical procedure is in the field of case study. The research subsidized the design of the Educational Product (PE) titled Critical Reading Guide for FI PPPs. The PE was assessed by Concórdia, Blumenau, and Rectory TAEs. We believe that the product fulfilled the role of stimulating debate and interest in the document. We conclude that the TAE that can be considered an educator is one that understands the product of their daily work action within their institution. He knows the institution and the processes that constituted it, the conflicts and interests at stake, whose

contradictions and unequal clashes of forces resulted in the form that characterizes the institution.

Keywords: Professional and Technological Education; Federal Institutes; administrative technicians in education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Quantitativo de TAEs no IFC, por unidade de lotação.....	38
Figura 2 –	Unidade de exercício dos servidores participantes da pesquisa.....	39
Figura 3 –	Número total de servidores lotados nas unidades, participantes da pesquisa e porcentagem de participação por unidade.....	40
Figura 4 –	Natureza das instituições de formação dos respondentes.....	41
Figura 5 –	Nível de classificação do cargo dos respondentes, por unidade de exercício....	43
Figura 6 –	Respostas à pergunta “Você conhece o projeto político-pedagógico do IFC?”, por unidade de atuação.....	44
Figura 7 –	Grau de conhecimento dos respondentes sobre o PPP do IFC.....	44
Figura 8 –	Respostas à pergunta “Como você ficou sabendo sobre o projeto político-pedagógico do IFC?”	45
Figura 9 –	Frequência de uso do PPP no contexto de trabalho dos respondentes, por unidade de exercício.....	46
Figura 10 –	Frequência de uso do PPP no contexto de trabalho dos respondentes.....	46
Figura 11 –	Grau de importância do PPP do IFC para os respondentes.....	47
Figura 12 –	Grau de importância do PPP do IFC para os respondentes, por unidade de exercício.....	47
Figura 13 –	Respostas à pergunta “A quem você considera que o PPP do IFC interessa?”...	48
Figura 14 –	Oportunidade de participar da elaboração do PPP, por unidade de exercício....	49
Figura 15 –	Porcentagem de respondentes que têm ou não têm opinião/sugestão sobre o PPP, por unidade de exercício.....	50

Figura 16 – Porcentagem de respondentes que têm ou não têm opinião/sugestão sobre o PPP	51
Figura 17 – Grau de importância atribuído pelos respondentes à contribuição do TAE na elaboração do PPP do IFC.....	51
Figura 18 – Grau de conhecimento dos respondentes sobre os conceitos-chave da EPT.....	52
Figura 19 – Grau de concordância dos respondentes com a afirmação “O IFC deve preceder a formação humana e cidadã, antes da qualificação para a laboralidade”, por unidade de exercício.....	53
Figura 20 – Grau de concordância dos respondentes com a afirmação “O IFC tem o compromisso com valores democráticos de uma escola republicana que questiona os privilégios de herança e reconhece a igualdade, o respeito aos direitos humanos e a vontade da maioria formada de modo legítimo”, por unidade de exercício.....	54
Figura 21 – Grau de concordância dos respondentes com a afirmação “O IFC deve formar para a cidadania ativa, para a participação na vida pública, para promover valores democráticos, o respeito à diferença e à diversidade”, por unidade de exercício	54
Figura 22 – Unidade de exercício dos respondentes.....	57
Figura 23 – Nível de classificação do cargo dos respondentes.....	57
Figura 24 – Ano de ingresso dos respondentes no cargo.....	58
Figura 25 – Formação acadêmica dos respondentes.....	58
Figura 26 – Denominação dos cargos dos respondentes.....	59
Figura 27 – Respostas a perguntas sobre o PPC do IFC.....	60
Figura 28 – Grau de concordância dos respondentes em relação a afirmações diversas sobre o Guia de leitura crítica para PPPs de IFs.....	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro-síntese do cargo do profissional não docente (1909-2014).....	30
Quadro 2 – Comparativo da nomenclatura e atribuições gerais do PUCRCE e PCCTAE.....	31
Quadro 3 – Grau de formação dos respondentes.....	40
Quadro 4 – Quantidade de respondentes por cargo.....	42
Quadro 5 – Ano de ingresso dos respondentes no cargo.....	43
Quadro 6 – Respostas à pergunta “Quanto à elaboração do projeto político-pedagógico do IFC, analise as oportunidades de participação descritas e assinale a que mais se relaciona a sua situação”.....	49
Quadro 7 – Grau de concordância dos respondentes com a afirmação “O IFC deve preceder a formação humana e cidadã, antes da qualificação para a laboralidade”.....	55
Quadro 8 – Grau de concordância dos respondentes com a afirmação “O IFC tem o compromisso com valores democráticos de uma escola republicana que questiona os privilégios de herança e reconhece a igualdade, o respeito aos direitos humanos e à vontade da maioria formada de modo legítimo”.....	55
Quadro 9 – Grau de concordância dos respondentes com a afirmação “O IFC deve formar para a cidadania ativa, para a participação na vida pública, para promover valores democráticos, o respeito à diferença e à diversidade”.....	55
Quadro 10 – Observações, comentários e sugestões de melhoria ao “Guia de leitura crítica para PPPs de IFs”.....	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cecom	Coordenação-Geral de Comunicação
Cefet	Centro Federal de Educação Tecnológica
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
Fasubra	Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras
IF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFC	Instituto Federal Catarinense
IFE	Instituição Federal de Ensino
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PE	Produto Educacional
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PPP	Projeto Político-Pedagógico
ProfEPT	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
PUCRCE	Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Setec	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Sinasefe	Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
TAE	Técnico-administrativo em Educação
UF	Universidade Federal
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1	TAEs: desvendando a categoria.....	26
3	METODOLOGIA.....	36
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	57
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
	REFERÊNCIAS.....	66
	APÊNDICE A.....	70
	APÊNDICE B.....	109
	APÊNDICE C.....	131

1 INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais (IFs) são instituições de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e ofertam da educação básica à superior. Estão presentes em todo território brasileiro e compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT).

As bases teóricas que os constituíram se encontram em debate acerca da educação no Brasil e no mundo, particularmente sobre a educação da classe que vive do trabalho, e baseiam-se na escola unitária idealizada em Gramsci (2000), cuja essência foi extraída da obra de Marx e busca integrar o conhecimento politécnico com os outros elementos do currículo ilustrado do pensamento clássico, negando a formação unilateral operada pelas relações sociais que emergem com a alienação do trabalho e a intensificação da divisão social do trabalho no modo de produção capitalista.

Os Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) dos IFs devem ser alicerçados nos conceitos de formação humana integral; trabalho, ciência, tecnologia e cultura, entendidos como categorias indissociáveis da formação humana; trabalho como princípio educativo; e pesquisa como princípio pedagógico (SILVA, 2021). Ou seja, os IFs têm o objetivo de oferecer formação para o exercício profissional associada à formação completa para a leitura do mundo e, com isso, formar trabalhadores críticos, inseridos socialmente, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

A Lei nº 11.892/2008, que criou os Institutos Federais (IFs), em seu Art. 6º especifica as finalidades e características dessas instituições, conforme incisos I a IX:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (BRASIL, 2008, não paginado).

Para que essas finalidades sejam possibilitadas, os IFs contam com trabalhadores docentes e Técnico-administrativos em Educação (TAEs). Os docentes trabalham diretamente na relação ensino-aprendizagem, pesquisa e extensão. Nessa questão pedagógica, o TAE se constitui como articulador, no âmbito da administração e gestão da instituição e no apoio ao ensino no espaço extrassala de aula, nos laboratórios, ou outros espaços onde ocorram a produção e a construção do conhecimento. Já na pesquisa e extensão, o TAE pode atuar no planejamento, na execução e na avaliação.

Essas diversas possibilidades de atuação dos TAEs têm o desafio de se fazerem integradas, de modo a serem coerente às concepções pedagógicas dos IFs, que divergem das do modo de produção capitalista, orientadas pela divisão do trabalho que limita o trabalhador ao ponto de não se perceber no produto do seu trabalho materializado na mercadoria. É aqui que reside o problema: como os profissionais de uma instituição que tem na sua essência a proposta de agir de modo contrário ao modo fragmentário de produzir do modo de produção capitalista, em suas práticas cotidianas de produção, no exercício de suas funções, produzem de modo distinto ao objetivo que deu origem à instituição em que trabalham? Quais as possibilidades de se realizar um processo de ensino e aprendizagem integrados, diante de uma estrutura administrativa garantida por lei que estabelece a hierarquia e a fragmentação como formas organizacionais?

Como vivemos em uma sociedade de classes, marcada por contradições, o PPP dos IFs está em disputa e pode situar a EPT como um instrumento educacional de emancipação humana, para os interesses da classe trabalhadora ou para os interesses da classe dominante. Por isso, refletir acerca das questões acima lançadas é exercício fundamental, para perceber que ao colocar em movimento a ideia de mudar o modo de produzir, por meio da educação profissional integrada, só terá sentido se os processos que colocam em movimento essas instituições também sejam objetos de tal integração.

Para isso, é necessário que os profissionais conheçam as possibilidades do seu trabalho e do PPP da instituição onde estão trabalhando, e que, dessa forma, percebam o seu papel de educadores e agentes promotores de mudanças na sociedade por meio da efetivação do PPP da instituição.

Nesse sentido, esta pesquisa buscou tensionar a contradição cuja essência caracteriza a sociedade que se constitui com a consolidação do modo de produção capitalista, estruturada na contradição capital-trabalho e que permeia de modo significativo a educação brasileira e suas instituições em escalas variadas a depender de suas naturezas. É essa contradição a produtora da dualidade estrutural que também se expressa na oferta da educação no Brasil. Para o capital, a fragmentação/parcelamento do processo produtivo viabiliza mais assalariamento e produtividade, o que resulta na ampliação do mercado e, conseqüentemente, mais lucros. Para o trabalho, tal parcelamento é a apropriação pelo capital da subjetividade do trabalho e, por conseqüência, sua alienação. Como a burguesia é a classe dominante na sociedade do capital, é ela que, por meio de suas instituições, estabelece o tipo de educação que estará disponível para a classe trabalhadora, e o tipo de educação para a classe dirigente, dando vida à dualidade estrutural na educação.

Assim, este estudo justifica-se diante da necessidade e importância de pensar a EPT a partir da escala que a viabiliza ser realizada e que na maioria das vezes não é compreendida e nem se compreende como parte do processo de pesquisa, extensão, ensino e aprendizagem. Trata-se dos processos administrativos e educacionais realizados por Técnico-administrativos em Educação (TAEs) em diferentes espaços do cotidiano escolar.

Com isso, propusemo-nos, como objetivo geral, conhecer a percepção dos TAEs do Instituto Federal Catarinense, dos *campi* Concórdia e Blumenau e da Reitoria, acerca da concepção pedagógica da Instituição. Para isso, definimos como objetivos específicos: analisar a concepção pedagógica do Instituto Federal Catarinense; diagnosticar a percepção dos TAEs dos *campi* Concórdia e Blumenau e da Reitoria do IFC acerca da concepção pedagógica da Instituição; comparar a percepção da concepção pedagógica da Instituição entre os TAEs dos *campi* Concórdia e Blumenau e da Reitoria; e, criar um produto educacional que contribua para servidores TAEs compreenderem o PPP da instituição.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Se resumíssemos em um termo o caráter da educação ofertada pelo Estado brasileiro, esse seria “dualidade estrutural”(FRIGOTTO, 2018), ou seja, um tipo de educação para os filhos das classes dominantes, e outro tipo para os filhos da classe trabalhadora. Para os filhos das elites dirigentes, a formação propedêutica. Para os da classe trabalhadora, a educação para o trabalho.

No campo da educação para o trabalho, destacamos a Educação Profissional, que, ao longo da história da educação brasileira, ocupou-se em formar para o emprego os filhos das classes trabalhadoras, desde os primórdios do século XIX. A dualidade, que se expressa nas diferentes educações, apresenta-se, explícita ou implicitamente, na legislação: explícita nos momentos em que não existia equivalência entre os cursos técnicos e propedêuticos e aos concluintes do ensino técnico não era possível ingressar em um curso superior, e, implicitamente, quando apresenta equivalência entre os cursos técnicos e propedêuticos, mas dual no conteúdo do currículo formativo e no plano de valores. No entanto, a natureza dessa dualidade é a sociedade de classes, uma vez que a classe hegemônica se apropria do Estado, no modo de produção capitalista, para reproduzir, por meio do aparelho de Estado, a sua condição de classe dominante.

No intervalo temporal da implantação da escola das Fábricas, do final do período colonial ao período que antecedeu ao movimento que resultou na Revolução de 1930, o ensino profissional no Brasil buscou atingir os chamados vadios, ou, nas palavras de Nilo Peçanha, Presidente da República que criou as instituições que devem ser consideradas a gênese da RFEPCT, “[...] os desvalidos da fortuna e da sorte” (CASTRO; PLÁCIDO; SCHENKEL, 2020).

Naquele intervalo de tempo, o Brasil deixou a condição de Colônia e percorreu uma lenta trajetória de economia colonial, estruturada pelo pacto colonial, a uma economia exportadora e monocultora, cuja base material foi até o final do século XIX, produto do trabalho escravo. A liberação de capitais, até então investidos na mercadoria escravo; o aumento da migração europeia para o Brasil; a substituição de importações de manufaturados e bens duráveis em função da I Guerra Mundial; a crise no interior da burguesia oligárquica e o colapso do capitalismo em 1929, levaram o país a começar a mudar sua base material produtiva e a enveredar pelo caminho da industrialização (OLIVEIRA, 2003).

É importante esclarecermos que no modo de produção capitalista, ao se estruturar uma nova base produtiva, uma nova dinâmica de acumulação, o aparelho ideológico do Estado opera para legitimá-la. Isso se dá pela cultura e a escola é um dos mais importantes aparelhos ideológicos do Estado, o qual está sob o comando da burguesia, que constituiu a hegemonia política e cultural na sociedade e estruturou um bloco histórico que lhe dá sustentação política e ideológica (GRAMSCI, 2000).

Foi nesse contexto que foi criado o movimento da escola nova no Brasil, intimamente relacionado aos interesses do desenvolvimento do capitalismo industrial do país, mas que internamente expressava suas contradições no que se refere aos interesses da oligarquia derrotada em 1930 e do setor privado da educação, naquele momento hegemônico pela igreja, a qual defendia os interesses de suas escolas confessionais, e por setores articulados com a classe média urbana intelectualizada, que tinham como referências Fernando Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira, os quais foram responsáveis pela defesa da escola pública no Manifesto dos Pioneiros da Educação em 1932. Saviani diz que o manifesto defendeu a

[...] função essencialmente pública da educação; escola única, laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação. [...] fica claro que na sociedade moderna a família, que deixou de ser um centro de produção para ser simplesmente um centro de consumo, vem transferindo a função educativa para o Estado. A educação torna-se uma função essencialmente e primordialmente estatal (SAVIANI, 2013, p. 245).

No entanto, as forças que antagonizaram o movimento da escola nova no Brasil garantiram a presença do ensino privado na estrutura da educação brasileira em todos os seus níveis e fez com que os trabalhos da educação deste setor estivessem inseridos no campo do trabalho produtivo, do qual é extraída a mais valia e que, na atualidade, tem sua valorização ampliada na esfera da financeirização do capital (CHESNAIS, 1996).

Durante o período do Estado Novo (1937-1945), na gestão do Ministro Gustavo Capanema, na década de 1940, foi promulgado um conjunto de leis orgânicas que regulamentaram o ensino profissional, sem equivalência, composto de quatro elementos: rede federal, redes estaduais, rede SENAI e escolas isoladas.

A equivalência entre os ensinos secundário e técnico veio a ser estabelecida, primeiro, nos anos de 1950, com as Leis de Equivalência e, depois, a equivalência plena somente com a LDB de 1961, podendo os concluintes do colegial técnico se candidatar a qualquer curso de nível superior. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2006, p. 35).

Mais tarde, no período da ditadura empresarial-militar “[...] a formação profissional passou a assumir um importante papel no campo das mediações da prática educativa, no

sentido de responder às condições gerais da produção capitalista” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2006, p. 35). Assim, para atender a demanda de técnicos de nível médio, foi promulgada a Lei nº 5.692/1971, que obrigou a profissionalização no 2º grau. No entanto, como nos lembram Castro, Plácido e Schenkel (2020, p. 16), a educação profissional passou a ser responsabilidade dos sistemas estaduais de ensino, os quais careciam de estruturas para a oferta dessa modalidade.

[...] essa reforma deixou profundas marcas na educacional profissional, percebidas até os dias atuais. Entre elas estão a ausência de preocupação com conteúdos da formação de base; a desorganização das redes públicas que ofereciam o ensino técnico e a descaracterização do ensino secundário e normal dos estados e municípios; e, a estimulação da falácia de que a formação profissional seria a resolução para as questões relacionadas ao emprego, já no bojo da crise do milagre econômico (CASTRO; PLÁCIDO; SCHENKEL, 2020, p.17).

A crise do milagre econômico brasileiro não absorveu a mão de obra formada pela profissionalização obrigatória ao ensino de 2º grau estipulada pela Lei nº 5.692/71, seja pela desorganização das redes públicas para aquelas ofertas, seja pelas ofertas de cursos distantes do estágio e da dinâmica do desenvolvimento das formas produtivas que o país apresentava. Em outras palavras, as ofertas dos cursos eram majoritariamente para cursos que abasteceriam o então setor terciário da economia brasileira, numa conjuntura em que o setor da economia que mais crescia era o industrial, abatido pela crise do petróleo e os ventos da reestruturação produtiva que gestou o processo de acumulação flexível do capital que se refletiu na sociedade brasileira no início da década de 1990 (ANTUNES, 1999).

A realidade da crise do milagre que produziu deseconomias no Brasil, no final da década de 1970, no contexto de reivindicações dos novos movimentos sociais, mobilizou pressões também para a educação, pois a Lei nº 5.692/71 produziu resistência daqueles que tinham a intenção de ingressar no ensino superior, mas que não tinham condições de dispor dos vultosos recursos para pagar os cursos preparatórios que se difundiram após a lei em questão justamente para vender o que a escola deixou de oferecer adequadamente, ou seja, a formação propedêutica necessária para se ter condições de prestar o exame vestibular.

Em menos de uma década depois da obrigatoriedade da profissionalização, instituída pela Lei nº 5.692/71, a Lei nº 7.044/1982 tornou facultativa a profissionalização no 2º grau, que, nas palavras de Schenkel (2012, p. 124), era “[...] acompanhado de um arremedo de profissionalização”, restrito “[...] às escolas especializadas” que alimentaram “[...] falsas expectativas em relação a difusão caótica de habilitações profissionais sem identidade própria”. Assim, as escolas reverteram seus currículos para o ensino acadêmico e:

[...] os estudantes que cursavam o ensino técnico ficavam privados de uma formação básica plena que, por sua vez, predominava nos cursos propedêuticos, dando àqueles que cursavam esses cursos vantagens em relação às condições de acesso ao ensino superior e à cultura em geral (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2006, p. 35).

Dessa forma se reproduz a dualidade estrutural na educação, no mesmo movimento dialético, desigual e contraditório em que se reproduzem as contradições de classe e a reestruturação produtiva do capital, pois o fato de a Lei nº 5.692/71 instituir a profissionalização no ensino de 2º grau não significa o fim da dualidade na oferta daquele nível de formação. Pelo contrário ocultou-se a dualidade, acentuando-a ao mesmo tempo, pois foram abertas as portas para os lucrativos negócios dos cursinhos preparatórios para os exames vestibulares, que cresceram de forma significativa durante a década de 1970 e ajudaram a abastecer as matrículas nas instituições de ensino superior privadas, que também se expandiram de forma significativa no período em questão. A dinâmica de acesso a essa modalidade de ensino superior, inclusive, serviu de inspiração de compositores consagrados da música popular brasileira: “[...] felicidade, passei no vestibular, mas a faculdade é particular” (VILA, 1969, não paginado).

Com a instalação da assembleia nacional constituinte, em 1987, produto de mais de uma década de intensa mobilização popular, os movimentos sociais e a sociedade organizada como um todo disputaram na Carta Constitucional o direito à educação pública, laica e democrática, que expressa, nas palavras de Frigotto, Ciavatta e Ramos, o ideário da Politecnia

[...] que buscava e busca romper com a dicotomia entre educação básica e técnica, resgatando o princípio da formação humana em sua totalidade; em termos epistemológicos e pedagógicos, esse ideário defendia um ensino que integrasse ciência e cultura, humanismo e tecnologia, visando ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas. Por essa perspectiva, o objetivo profissionalizante não teria fim em si mesmo nem se pautaria pelos interesses do mercado, mas constituir-se-ia numa possibilidade a mais para os estudantes na construção de seus projetos de vida, socialmente determinados, possibilitados por uma formação ampla e integral. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2006, p. 37).

Porém, o projeto aprovado em dezembro de 1996, que virou a Lei nº 9.394 (LDB de 1996), não era o que incorporava as reivindicações do campo progressista acumulado nas experiências educacionais e lutas na década de 1980. Assim, em 1997 a educação profissional foi regulamentada pelo Decreto nº 2.208/1997, que além de proibir o ensino médio de forma integrada, também regulamentava “[...] formas fragmentadas e aligeiradas de educação profissional, em função das alegadas necessidades do mercado”. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2006, p. 31). O projeto aprovado pelo campo conservador, além de baseado na

dualidade educacional, foi alicerçado pela escolha da burguesia brasileira de “[...] um capitalismo dependente, associado e subordinado ao capital mundial” (FRIGOTTO, 2007, p. 1048). Esse projeto societário constituído pela elite brasileira

[...] nunca se colocou, de fato, a preocupação de uma política de formação técnica e profissional para a maioria dos trabalhadores, para prepará-los para o trabalho complexo que os tornasse, enquanto classe detentora do capital, em condições de aproximar-se daqueles países que completaram a revolução burguesa. Isto também explica a visão reducionista de qualidade de educação dentro de uma concepção mercantil e predominantemente para formar para o trabalho simples. (FRIGOTTO, 2018, p. 126)

No entanto, como estamos procurando demonstrar no decorrer deste trabalho, a hegemonia de classe se constitui no interior da sociedade desigual e contraditória por meio das relações que reproduzem, de formas desiguais e contraditórias, os instrumentos de reprodução e apropriação das bases materiais em que está assentada a sociedade de classes no modo de produção capitalista. Essa contradição na sociedade brasileira construiu duas concepções de EPT:

Uma que a identifica com a educação que aborda conhecimentos associados às tecnologias utilizadas nos processos de produção e, assim, pode formar pessoas para o manejo social e profissional dessas tecnologias para ocuparem um espaço específico na divisão social e técnica do trabalho. Essa perspectiva esteve na origem dos Centros Federais de Educação Tecnológica e tem orientado mudanças mais contemporâneas nas políticas educacionais e de trabalho, bem como de finalidades e funcionamento de instituições de formação profissional. Outra perspectiva é aquela que fundamentou a defesa de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional na década de 1980 (rejeitada por uma manobra do Senado) que, em seus termos teóricos e práticos, propiciasse a superação da concepção educacional burguesa que se pauta pela dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual e entre instrução profissional e instrução geral. Nesse sentido, o conceito de educação tecnológica ganhava o sentido com o de politecnia. A primeira perspectiva configurou modalidades específicas voltadas para a formação imediata para o trabalho, tanto no ensino médio quanto no nível superior, num movimento histórico contraditório, principalmente nas escolas técnicas e CEFETs e, com o passar do tempo, também em outras instituições de formação profissional. A segunda, entretanto, compreendia uma formulação política e conceitual que buscava definir o caráter unitário e politécnico que deveria ser perseguido para o ensino médio. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2006, p. 40).

Em 2004, no enfrentamento dessas duas propostas, aconteceu a revogação do Decreto nº 2.208/1997 pelo Decreto nº 5.154/2004. Conforme Frigotto, Ciavatta e Ramos (2006, p. 45):

O conteúdo final do Decreto n. 5.154/04, por outro lado, sinaliza a persistência de forças conservadoras no manejo do poder de manutenção de seus interesses. Mas também pode revelar a timidez política do Governo na direção de um projeto nacional de desenvolvimento popular e de massa, cujo corte exige reformas estruturais concomitantes, como sinaliza Márcio Pochman, insistentemente, com

políticas distributivas e emancipatórias. Os debates constituintes nos anos 80, no âmbito econômico, social, educacional e cultural e os embates em torno da nova LDB e do Plano Nacional de Educação, protagonizados pelas forças historicamente comprometidas com mudanças mais profundas em nossa sociedade, sinalizaram fortemente nesta direção. No plano econômico trata-se de mudanças que viabilizem recursos substantivos para investimento na educação, sem o que continuaremos apenas com a retórica. Os dados do Censo Escolar que acabam de sair são eloqüentes por si quando mostram a insuficiência do atendimento à população jovens no ensino médio. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2006, p. 45)

No contexto dessas disputas e contradições, foi promulgada a Lei nº 11.892, em dezembro de 2008, que integrou as Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais, Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), e criou 38 Institutos Federais (IFs), que juntos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Cefet Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ), CEFET de Minas Gerais (Cefet-MG), Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e do Colégio Pedro II passaram a compor a RFEPCT, atualmente presente em todo o território brasileiro, com 656 unidades e 11.006 cursos (PNP, 2022).

A Lei de criação dos IFs os define como:

[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. (BRASIL, 2008)

Também os equipara às Universidades Federais, mas apenas “[...] para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior” (BRASIL, 2008) e classifica que “[...] possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar” (BRASIL, 2008).

A formação dos Institutos Federais só pode ser compreendida na sua essência no contexto recente do processo de luta de classes no Brasil. Conforme Padoin e Amorim, os IFs surgiram de avanços e recuos decorrentes do embate capital-trabalho e demonstram que, embora

[...] os documentos oficiais referentes à sua criação revelem um compromisso com a justiça social, a integração, o rompimento com a dualidade estrutural da educação brasileira, o avanço tecnológico, bem como o desenvolvimento para todos, na prática, especialmente no Governo Dilma, houve o aprofundamento do binômio público-privado, através da disseminação de programas pontuais que geraram a transferência de recursos públicos ao setor privado. O que se revelou foi que, pelo fato de ser um Governo de coalizão, resultante de forças progressistas e conservadoras, não se rompeu com a lógica da reprodução do capital explorador, apesar do discurso da inclusão social (PADOIN; AMORIM, 2016, p. 11- 12).

Sobre isso, Cichaczewski (2020) esclarece que:

[...] o confronto entre o projeto das elites e projeto das classes populares não se apresentou de forma aberta durante os governos do projeto democrático e popular. Pelo contrário, o que se verificou foi uma tentativa de conciliação entre interesses dos dois projetos. Dessa forma, se por um lado os governos do PT apresentaram reformas no campo educacional no sentido de ampliar o acesso dos setores populares, por outro abriram os cofres públicos para o financiamento de vagas no ensino privado. (CICHACZEWSKI, 2020, p. 28).

Assim os IFs são consequência de

[...] raízes profundas que remetem às feridas crônicas da sociedade brasileira ao passo que também concebem tratamentos para elas. Trata-se, portanto, de uma ruptura com as políticas de EPT desenvolvidas até então no Brasil e teve sua possibilidade de existência condicionada pelo avanço político-organizativo da classe trabalhadora e suas vitórias pontuais na luta de classes (CICHACZEWSKI, 2020, p. 29).

Essas contradições elencadas pelos autores acima residem e se expressam em todos os espaços sociais e constituem a dinâmica da sociedade na configuração do modo de produção capitalista, cuja essência é a da acumulação e, ao mesmo tempo, da restrição; A riqueza e, ao mesmo tempo, a miséria; A globalização contida na fluidez da circulação, na diminuição do tempo da produção e na tentativa ideológica de impor uma cultura hegemônica ocidental e, ao mesmo tempo, a fragmentação no processo produtivo fundamental para a reprodução do capital.

O esforço de construir uma instituição de ensino com ofertas verticalizadas do ensino médio profissional técnico à pós-graduação *stricto-sensu* sinaliza para uma perspectiva de oposição à lógica da essência do capital, na medida em que a essência dessa instituição é a da totalidade contida na possibilidade de realização de uma educação integrada. Aqui não estamos falando apenas de uma integração para junção de disciplinas propedêuticas com as de formação profissional, mas sim, como forma

[...] de relacionar, internamente à organização curricular e do desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, conhecimentos gerais e específico; cultura e trabalho; humanismo e tecnologia. A construção dessas relações tem como mediações o trabalho, a produção do conhecimento científico e da cultura. O currículo integrado do ensino médio técnico visa a formação dos trabalhadores como dirigentes, tendo como horizonte a superação da dominação dos trabalhadores e perspectivas de emancipação (RAMOS, 2010, p. 52).

Essa integração na formação da classe trabalhadora contraria, de acordo com Frigotto,

[...] a opção da classe dominante brasileira por sua inserção consentida e subordinada ao grande capital e o nosso papel subalterno na divisão internacional do

trabalho com a hipertrofia da formação para o trabalho simples e as relações de classe no plano mundial e interno (FRIGOTTO, 2010, p. 32).

Ramos e Frigotto(2010) demonstram que, para a burguesia viabilizar os seus interesses, é preciso que a educação seja diferenciada e dual, a depender da classe social a que ela está sendo destinada. A integração que aqui estamos tratando deve objetivar que o estudante entenda as relações sociais que fundamentam a vida produtiva para que consigam estabelecer articulações entre a ciência e a realidade concreta da vida cotidiana. Nas palavras de Ramos, trata-se da

[...] concepção de formação humana omnilateral, configurando um processo educacional que integra, de forma unitária, as dimensões fundamentais da vida – trabalho, conhecimento (ciência e tecnologia) e cultura-, tendo o trabalho nos sentidos ontológico e histórico, como o princípio educativo (RAMOS, 2010, p. 54).

Portanto, nesse embate capital-trabalho é que se constituiu a nova institucionalidade que carrega uma história desde 1909, com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices e que adquiriu formas diferenciadas ao longo da sua história centenária. No documento “Concepções e Diretrizes”, do ano de criação dos IFs (2008), a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) os apresenta como novo modelo de instituição em EPT, com foco na:

[...] justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias. Responderão, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais (BRASIL, 2008, p. 5).

E prossegue afirmando que “[...] formação humana e cidadã precede à qualificação para o exercício da laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento” (BRASIL, 2008, p. 9).

Conforme Eliezer Pacheco(2015), que coordenou a SETEC durante a constituição dos IFs, “[...] o projeto da nova matriz representada pelos Institutos Federais [...], representam, em tese, uma revolução na educação profissional. Suas novidades propostas e sua força institucional não encontram precedentes na história da educação brasileira” (PACHECO, 2015, p. 50). Ainda segundo o autor, os Institutos Federais “[...] são caracterizados pela ousadia e inovação necessárias a uma política e a um conceito que pretendem antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade

radicalmente democrática e socialmente justa” (PACHECO, 2015, p. 12). Mas Pacheco reconhece que:

[...] no campo da operacionalização, existem alguns elementos cuja efetivação coloca em risco a potencialidade prometida. Nesse sentido, faz-se importante distinguir a concepção normativa e ideal estabelecida no campo do dever ser, da perspectiva real desenvolvida na institucionalidade e na conjuntura dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (PACHECO, 2015, p. 39).

Pacheco prossegue e afirma que, em síntese,

[...] é compreensível que a gestão das instituições de ensino federais tenha certas inconsistências, que são características de uma macro conjuntura que apresenta uma dupla relação conflituosa. A primeira entre uma matriz jurídica de Administração Pública típica de um Estado mínimo e uma política de governo que tenta instituir um Estado de Bem-Estar Social e a segunda entre os interesses internos da corporação e os interesses sociais ou mesmo dos entes da Administração direta. (PACHECO, 2015, p. 44).

Além desses elencados por Pacheco, destacamos alguns registros feitos por Frigotto (2018), após pesquisa de campo em IFs. O autor destaca que “[...] pela natureza das informações colhidas e pela amplitude do universo dos IFs, não cabem generalizações” (FRIGOTTO, 2018, p. 147), mas apresenta cinco elementos de extrema importância para pensarmos essa nova institucionalidade, são eles: “1. os IFs e as tendências da formação profissional e técnica”; “2. Os IFs e a perda da identidade de uma rede federal”; “3. Políticas de desenvolvimento institucional e organização pedagógica e prioridades dentro da verticalidade”; “4. Organização das ofertas formativas”; “5. Bases materiais dos IFs e recursos para financiamento”.

Pelas contradições que permeiam a consolidação dessas instituições, o autor pontua como um desafio à qualificação dos/nos IFs, que podem tender para os interesses da classe trabalhadora ou da classe dominante. Essa contradição leva Bazana; Castro; e Silva (2021, p. 1175) a problematizarem o sentido tático da organização da comunidade que constitui os IFs em torno da disputa de qual projeto estamos dispostos a servir, ao afirmarem que os “[...]trabalhadores dessas instituições (além dos alunos, coletivo de dirigentes, comunidade local, poder público) são sujeitos importantes desse jogo contraditório, pois são eles que trabalham na efetivação/operacionalização dessa política pública.” (BAZANA; CASTRO; SILVA, 2021, p. 1175).

Os IFs têm em seus quadros, trabalhadores Docentes e TAEs, todos servidores públicos com distintos planos de carreira, mas regidos pela Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Como nossa pesquisa tem como objeto de estudo o trabalhador TAE do IFC

nos *campi* Blumenau, Concórdia e da Reitoria, o próximo passo é compreender como essa categoria está organizada.

2.1 TAEs: desvendando a categoria

A carreira dos TAEs é regulamentada pela Lei nº 11.091/2005, conhecida como Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação (PCCTAE). Esse plano de carreira reúne mais de 325 denominações de cargos diferentes, organizados em 5 (cinco) níveis de classificação (A, B, C, D e E). A Lei define nível de classificação como o “[...] conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições” (BRASIL, 2005, não paginado). Mas, independentemente do nível de classificação, a lei define uma atribuição geral comum para todos esses cargos:

Art. 8º São atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira, sem prejuízo das atribuições específicas e observados os requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações:

I - planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino;

II - planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades técnico-administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino;

III - executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.

§ 1º As atribuições gerais referidas neste artigo serão exercidas de acordo com o ambiente organizacional.

§ 2º As atribuições específicas de cada cargo serão detalhadas em regulamento. (BRASIL, 2005, não paginado).

O § 1º, do art. 8º, da Lei nº 11.091/2005, foi regulamentado pelo Decreto nº 5.824, de 29 de junho de 2006. Bazana, Castro e Silva exemplificam

[...] quando falamos da **denominação do cargo** de Servente de Limpeza (Nível A) ou Padeiro (Nível B) ou Porteiro (Nível C) ou Assistente em Administração (Nível D) ou Técnico em Assuntos Educacionais (Nível E) estamos nos referindo a um Técnico-Administrativo em Educação (TAE), todas as 325 diferentes denominações são TAEs e tem uma atribuição geral em comum (BAZANA; CASTRO; SILVA, 2021, p. 1175).

Além dessa atribuição geral, o PCCTAE preceitua que as “[...] atribuições específicas de cada cargo serão detalhadas em regulamento”. Isso foi determinado em novembro de 2005 pelo Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, porém em março de 2017, o referido

ofício foi tornado sem efeito pelo Ofício-Circular nº 1/2017/COLEP/CGGP/SAA-MEC, que orientava para que fossem

[...] observadas as descrições dos cargos constantes do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos - PUCRCE - Decreto nº 94.664 de 1987, até publicação do regulamento dos cargos do Plano de Carreira dos Cargos Técnicos-Administrativos em Educação - PCCTAE de que trata a Lei nº 11.091 de 2005” (BRASIL, 2017, não paginado).

Ou seja, tornou sem efeito as atribuições específicas dos cargos aprovadas em 2005 e orientou para utilização de uma descrição que remete à antiga regulamentação dessa categoria, que é de 1987. Até o presente momento não foi publicada a regulamentação dos cargos que compõe o PCCTAE.

Conforme art. 2º, da Lei nº 11.091/2005 (PCCTAE):

Para os efeitos desta Lei, são consideradas Instituições Federais de Ensino os órgãos e entidades públicos vinculados ao Ministério da Educação que tenham por atividade-fim o desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa e extensão e que integram o Sistema Federal de Ensino. (BRASIL, 2005, não paginado).

Essa mesma Lei regulamenta o trabalho TAE nas Universidades Federais (UF) e na RFEPC, independente da Instituição Federal de Ensino (IFE). Diferente da regulamentação docente, que tem planos de carreira distintos para docentes das UF e da RFEPC¹ - tendo em vista o recorte de pesquisa, apesar de a legislação abarcar trabalhadores das Universidades, definimos para essa pesquisa essa categoria no espaço dos IFs. Isso não significa que desconsideramos a importância do histórico do TAE nas UFs, ao contrário, é fundamental deixarmos destacado essa questão, pois reflete na organização sindical dessa categoria, que é representada por dois sindicatos distintos. A Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra) representa os TAEs das UFs e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) representa os TAEs e docentes da RFEPC.

Após essas considerações pontuais e iniciais sobre o cargo TAE, regulamentado pelo PCCTAE, vamos abordar essa categoria de forma abrangente, pois são profissionais presentes em todas as escolas, nos âmbitos municipal, estadual ou federal, na esfera pública ou privada, da educação básica ao ensino superior. Trata-se, então, de uma mesma categoria dentro de espaços diferentes e com regulamentações distintas. Para termos uma ideia, Monlevade (2009,

¹ Respectivamente regulamentados pela Carreira do Magistério Superior e, nos IFs possuem duas regulamentações, docente Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal.

p. 399) “[...] traça o itinerário histórico da presença de trabalhadores não docentes nas escolas brasileiras desde a educação jesuítica”, cujo marco é o ano de 1550. Chama atenção o termo “não docente”, pois define uma categoria pela negação de outra, isso pelo senso comum de que os atores principais da escola são os professores e alunos. Assim, os outros funcionários da escola, que não eram docentes, foram identificados ao longo da história como não docentes. Isso demonstra invisibilidade de uma categoria, pela falta de entendimento de que esses profissionais também são educadores e de que sem o trabalho deles a relação pedagógica docente-aluno seria inviabilizada. Nesse sentido,

A sociedade ainda não assimilou que os funcionários são educadores profissionais – e não meros ajudantes dos professores ou apoios das escolas. Embora admitidos como membros dos conselhos escolares, por conquista dos sindicatos de 1988 para cá, seu papel como gestores ainda é muito frágil. Sua influência nas decisões das propostas pedagógicas se faz à revelia. (MONLEVADE, 2009, p. 350).

Monlevade (2009, p. 350) exemplifica o debate que queremos trazer:

Não se trata somente de multiplicar as habilidades da merendeira, de inserir o pessoal da limpeza no mundo da higiene química, de informatizar as ações dos auxiliares de secretaria e de biblioteca, de modernizar os aparatos de segurança. Para terem a identidade de educadoras e de educadores, as técnicas e as tecnólogas em multimeios didáticos, em alimentação, em infraestrutura e em gestão escolar precisam assumir o compromisso com o projeto político-pedagógico da escola e com a gestão democrática do sistema de ensino, engajar-se na formação continuada, no trabalho cotidiano de planejamento e avaliação coletiva do espaço e do tempo escolares. (MONLEVADE, 2009, p. 350).

Nas pesquisas realizadas sobre os profissionais da educação, Monlevade (2009, p. 341) relata que “[...] a visão reducionista dos estudiosos da educação escolar, que só conseguem perceber em cena, nas escolas, professores e alunos, torna os demais invisíveis. A realidade, entretanto, é que sempre estiveram presentes nas escolas outros trabalhadores”. Conforme Magalhães (2016, p. 8), é “[...] na empiria, que a concepção do trabalho do técnico-administrativo se construiu historicamente periférico ao ensino, vinculado às atividades burocráticas, administrativas e de controle”.

A denominação de **Técnico-administrativo em Educação** é recente, só passou a existir na legislação federal após 2005 com publicação da Lei nº 11.091. Segundo Moura, Magalhães, C. e Magalhães, R. (2015, p. 2):

No histórico da EP, o trabalho não docente, esteve vinculado a “função coadjuvante”, aspecto que descaracteriza o técnico como educador e a dispensa de uma formação técnico-pedagógica adequada. Esse contexto, constituído naturalmente por relações sociais conflituosas, é permeada por interesses

antagônicos em disputa, exigindo a materialização de políticas públicas que acomodam ou geram ainda mais conflitos.

Ao pesquisar o “[...] histórico do trabalho do técnico-administrativo em diálogo com marcos históricos e legais da educação profissional”, Magalhães (2016, p. 8) descreve esses profissionais como “[...] aquele profissional, em qualquer nível de escolaridade e/ou desenvolvendo qualquer atribuição não docente, e que empresta esforço educativo na sua atuação dentro do contexto escolar”. A partir dessa definição e análise de documentos legais da EPT no Brasil, Magalhães (2016) elaborou um quadro síntese do cargo do profissional não docente (Quadro 1).

Quadro 1 – Quadro-síntese do cargo do profissional não docente (1909-2014)

DISPOSITIVOS LEGAIS	FINALIDADES	ANALOGIA AOS TÉCNICO ADMINISTRATIVOS
Decreto 7.566/1909	Cria as escolas de aprendizes artífices e institui o número mínimo de seus funcionários.	Diretor, escriturário, porteiro-contínuo e inspetor agrícola.
Decreto 9.070/1911	Regulamenta as escolas de aprendizes artífices	Diretor, escriturário, porteiro-almoxanife, serventes, adjuntos de professor e contramestres
Decreto 13.064/1918	Determina as normas de ingresso, através de seleção com provas e títulos	Diretor, escriturário, porteiro-almoxanife, serventes, adjuntos de professor e contramestres
Consolidação dos Dispositivos às Escolas de Aprendizes Artífices (1926)	Define os dispositivos de funcionalidade dos cargos – perfil funcional	Diretor, escriturário, porteiro-almoxanife, adjunto de professor, contramestre, pessoal técnico e administrativo
Leis Orgânicas Decretos 4.073/1942; 4.244/1942; 6.141/1943 e 9.613/1946	Regulamentaram o ensino técnico	Pessoal administrativo. Prevê assistência escolar, observação psicológica, orientação profissional
Lei 3.552/1959	Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial	Pessoal administrativo. Prevê biblioteca, laboratórios, oficinas e gabinetes.
Lei 4.024/1961	Fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB	Orientador de educação, inspetor de ensino. Prevê assistência social escolar, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos.
Lei 9.394/1996	Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional	Pessoal técnico e administrativo. Profissionais da educação (com restrições).
Decreto 10.17/2001	Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências	Corpo técnico; profissionais de apoio ou auxiliares; profissionais de serviços e apoio escolares; pessoal técnico; educadores; demais profissionais da educação básica; profissionais da educação não-docentes. Prevê serviço de assistência ao estudante, social e psicopedagógica. Apoio de profissionais da saúde e psicólogos.
Lei 11.091/2005	Dispõe sobre o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito da EPT.	Técnico-administrativo, propriamente dito.
Decreto 5.825/2006	Estabelece as diretrizes para elaboração dos planos de desenvolvimento dos integrantes do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos da educação.	Técnico-administrativo, propriamente dito.
Lei 11.892/2008	Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.	Técnico-administrativo Propriamente dito.
Lei 13.005/ 2014	Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE)	Corpo técnico; profissionais de apoio ou auxiliares; profissionais de serviços e apoio escolares; pessoal técnico; educadores; demais profissionais da educação básica; profissionais da educação não-docentes. Prevê serviço de assistência ao estudante, social e psicopedagógica. Apoio de profissionais da saúde e psicólogos.

Fonte: Magalhães (2016, p. 86-88).

O Quadro 1 demonstra a presença de não-docentes desde o marco da RFEPCT no Brasil, com a criação Escolas de Aprendizes Artífices (1909). É evidente em cada período o aumento da presença desses profissionais e as diferentes nomenclaturas, que por si só dificultam

[...] a identificação do trabalho desenvolvido por esse profissional, bem como, obstrui o processo de construção da sua identidade, reflexo da omissão das políticas públicas [...] na valorização e no reconhecimento desse profissional como também agentes do processo educativo (MAGALHÃES, 2016, p. 17).

No intento de complementar o quadro acima, apresentamos o Quadro 2, elaborado com base no Art. 1º, da Lei nº 11.091/2005 (PCCTAE): “Art. 1º Fica estruturado o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, composto pelos cargos efetivos de técnico-administrativos e de técnico marítimos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987[...]” (BRASIL, 2005, não paginado).

Quadro 1 – Comparativo da nomenclatura e atribuições gerais do PUCRCE e PCCTAE

ANO	NORMA	NOMENCLATURA	ATRIBUIÇÕES GERAIS
1987	Lei 7.596 PUCRCE	Técnico-administrativo e Técnico-marítimos	Art. 17. São consideradas atividades do pessoal técnico-administrativo: I - as relacionadas com a permanente manutenção e adequação do apoio técnico, administrativo e operacional necessário ao cumprimento dos objetivos institucionais; II - as inerentes ao exercício de direção, chefia, coordenação, assessoramento e assistência, na própria instituição.
2005	Lei 11.091 PCCTAE	Técnico-Administrativo em Educação (TAE)	Art. 8º São atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira, sem prejuízo das atribuições específicas e observados os requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações: I - planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino; II - planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades técnico-administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; III - executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino. § 1º As atribuições gerais referidas neste artigo serão exercidas de acordo com o ambiente organizacional. § 2º As atribuições específicas de cada cargo serão detalhadas em regulamento

Fonte: Elaborado pela autora, com base no PUCRCE (1987) e PCCTAE (2005).

Anteriormente ao PCCTAE (12 de janeiro de 2005), as nomenclaturas dadas para o atual TAE eram de **técnico-administrativos** e de **técnico-marítimos** e a regulamentação da

categoria era pela Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, conforme Art. 3º, da dessa Lei nº 7.596/1987

Art. 3º As universidades e demais instituições federais de ensino superior, estruturadas sob a forma de autarquia ou de fundação pública, **terão um Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos** para o pessoal docente e para os servidores técnicos e administrativos, aprovado, em regulamento, pelo Poder Executivo, assegurada a observância do princípio da isonomia salarial e a uniformidade de critérios tanto para ingresso mediante concurso público de provas, ou de provas e títulos, quanto para a promoção e ascensão funcional, com valorização do desempenho e da titulação do servidor. (BRASIL, 1987, não paginado, grifo nosso).

Essa Lei nº 7.596/1987 é um importante marco na história dos TAE, pois é a partir dela que todos os trabalhadores não-docentes das Instituições Federais de Ensino (IFEs) são aglutinados em um único instrumento normativo, tornando obrigatória a contratação por concurso público, com a obrigatoriedade de um plano de cargos e salários para os servidores das IFEs e, para regulamentação da referida Lei, foi sancionado o Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987, que aprovou o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE).

Constatamos que no marco de 33 (trinta e três) anos, os “não-docentes” das IFEs passaram por dois planos. Cabe destacar que o instrumento normativo mais recente não revogou o antigo, ainda em vigência, e alguns servidores pertencentes ao PUCRCE, que não optaram pelo reenquadramento no PCCTAE, fazem parte do quadro em extinção regido pela Lei nº 7.596/1987.

Os dois planos apresentam especificações gerais, como demonstra a Figura 02. Ao compararmos as atribuições gerais, percebemos que o PCCTAE, além de apresentar uma nomenclatura única, inclui o termo “em educação”, o que aponta para o reconhecimento desse trabalhador como um profissional da educação. Além disso, também é evidente uma maior relação com o tripé das IFEs – ensino, pesquisa e extensão. Essas palavras não eram citadas na especificação geral do cargo no PUCRCE.

A ampliação da dimensão da atuação educativa dessa categoria fica mais evidente quando observamos as atribuições gerais, relacionadas ao ambiente organizacional. Os ambientes organizacionais foram regulamentados pelo Decreto nº 5.824, de 29 de junho de 2006, que especifica dez (10) ambientes organizacionais de atuação dos servidores TAEs. São eles:

- | | |
|--|----------------------------------|
| 1. Administrativo | 5. Ciências da Saúde* |
| 1. Infra-estrutura | 6. Agropecuário* |
| 2. Ciências Humanas, Jurídicas e Econômicas* | 7. Informação |
| 3. Ciências Biológicas* | 8. Artes, Comunicação e Difusão* |
| 4. Ciências Exatas e da Natureza* | 9. Marítimo, fluvial e Lacustre |

Na maioria desses ambientes organizacionais (os que estão destacados com *), é apresentada a descrição de “Planejamento, execução e avaliação das atividades de pesquisa e extensão e de apoio ao ensino em sala de aula, nos laboratórios, oficinas, campos de experimento ou outros espaços onde ocorram a produção e a transmissão do conhecimento [...]” (BRASIL, 2006, não paginado). O que define esse ambiente organizacional não é o cargo ocupado pelo TAE, mas sim a lotação desse servidor (local de exercício da atividade) e as atividades desenvolvidas nesse ambiente. Isso evidencia a categoria TAE como atores do tripé institucional.

Apesar de o PCCTAE apresentar avanços quanto ao reconhecimento da atuação TAE, na pesquisa de Moura, Magalhães, C. e Magalhães, R. (2015), que analisou a consolidação da categoria TAE na materialização do Plano Nacional de Educação 2014-2021, os resultados apresentaram realidades dialéticas e contraditórias, resumidas pelos autores com os termos “invisibilidade” e “não reconhecimento”. A “invisibilidade”, seria a presença ausente do trabalho dos técnicos, e o “não reconhecimento”, por sua vez, seria a ausência do TAE nos documentos legais.

Esse cenário controverso repercute na invisibilidade dos técnicos, fortalecendo a hegemonia prescrita, uma vez que nega aos técnicos a participação efetiva no processo educativo. Em consonância com a invisibilidade é a omissão das políticas públicas, do reconhecimento dos saberes desses profissionais e a possibilidade de desenvolverem uma prática educativa, formadora de cidadãos emancipados, críticos e reflexivos, capazes de contribuir para a construção de um projeto societal diferente do que está estabelecido pelo modo de produção capitalista, de ideologia neoliberal. (MOURA; MAGALHÃES, C.; MAGALHÃES, R., 2015, p. 6)

De encontro a uma pesquisa realizada por Magalhães (2016), que analisou o trabalho TAE com base nas políticas públicas da EP, revela que:

[...] a realidade histórica das políticas públicas da EP e os dispositivos legais que tratam do trabalho do técnico-administrativo, revelou-se essencialmente contraditórios, sendo esses últimos, marcados pela presença ausente dos trabalhadores da educação, mas que, dialeticamente, apontam para o avanço na continuidade da discussão em direção à construção e fortalecimento da identidade e reconhecimento da dimensão educativa do trabalho do técnico-administrativo. (MAGALHÃES, 2016, p. 153).

A busca pela construção da identidade do trabalhador TAE fica evidente quando analisamos o percurso da organização da categoria, que de forma ativa buscou, na década de 80, durante a ditadura militar, isonomia entre os trabalhadores das IFEs Brasileiras,

As relações de trabalho se diferenciavam entre as universidades e também dentro das próprias instituições. No caso das autarquias, havia em seus quadros servidores estatutários, regidos pela Lei 1.711 de 1952, além de outros servidores cuja relação se estabelecia pela CLT (tabelas especiais – os chamados “tabelistas”) e, ainda, os contratos temporários ou contra-recibo – os “recibados”. (FASUBRA, 2018, p. 8).

Naquela conjuntura, era proibida a associação sindical dos servidores públicos, mas, em meados da década de 80, tanto os trabalhadores das Universidades Federais, como os trabalhadores das Escolas Técnicas e Agrotécnicas, já haviam se organizado em associações, com articulação nacional que posteriormente, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 se tornaram sindicatos Fasubra e Sinasefe. Como consequência da organização desses trabalhadores e das greves da década de 80 que tivemos, em 1987, a criação do PUCRCE. Além da carreira, também já estava na pauta daquelas greves questões como orçamento da educação, verbas para o funcionamento da instituição, bem como estrutura organizacional da educação brasileira.

Com a redemocratização, essas pautas continuaram e se somaram a outras para além da política salarial. Pautas a respeito da organização didático-pedagógica e administrativas das IFEs, como a defesa das IFEs públicas, gratuitas, autônomas, democráticas, laicas, de boa qualidade e socialmente referenciadas; contra a mercantilização da educação; contra a terceirização; defesa da previdência pública e aposentadoria; não privatização das IFEs, destaque para pautas como a “rejeição do substitutivo do senador Darcy Ribeiro para a LDB”; e a luta pela revogação do Decreto nº 2.208/1997. Quanto à reestruturação da carreira, o destaque foi que, em 2004, a categoria, após greve, conquistou o compromisso do governo de construção do Plano de Carreira, que resultou em 2005 no PCCTAE. Com essa breve síntese das movimentações da categoria em sua organização sindical, percebemos que as legislações que tratam desses cargos são conquistadas após muitos debates e mobilizações que resultaram em algumas greves.

Bazana, Castro e Silva (2021) mapearam a produção intelectual dos TAEs dos IFs sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão e demonstram que os TAEs preferem escrever sobre “[...] temas ligados ao trabalho cotidiano, ou seja, o fazer diretamente executado e a administração das Instituições” (BAZANA; CASTRO; SILVA, 2021, p. 1180). Essa constatação nos remete à seguinte reflexão: os temas de interesse dos TAEs, produtos de

suas ações cotidianas, estão desvinculados do ensino, pesquisa e extensão, ou falta um esforço teórico-metodológico que, por meio de radical movimento de pensamento, contribua para que o TAE perceba e articule as suas ações cotidianas de trabalho ao tripé ensino, pesquisa, extensão? Qual a relação desse esforço teórico-metodológico necessário e indissociável da práxis, com a compreensão e defesa da instituição em que está lotado e do projeto que ela representa? De acordo com Magalhães,

[...] a mudança de concepção perpassa o reconhecimento dos próprios técnicos, da sua possibilidade de contribuição à educação e à sociedade, avançando nas práticas para além do tecnicismo fragmentário do modo de produção capitalista, ciente das interferências do Estado neoliberal enfraquecedor da classe trabalhadora. Aos técnicos, cabe a ação de lançarem-se nas discussões e espaços formadores de opiniões e pensamentos, buscando desenvolver uma práxis capaz de transformar seu ambiente laboral e a realidade concreta. (MAGALHÃES, 2016, p. 155).

É na assimilação das atividades fins da instituição de ensino com o trabalho que desenvolve no cotidiano para viabilizar tais atividades fins que essa categoria profissional vai caminhar para se perceber, de fato, como educadora e não meramente como operacionalizadora para que a ação educativa nos âmbitos do ensino, pesquisa e extensão seja realizada. Não é necessário que escrevam sobre atividades que não fazem parte das suas ações laborais, mas, ao escreverem sobre as questões de seus cotidianos laborais, o debate da educação, da pesquisa e da extensão precisa estar presente na perspectiva do trabalho como princípio educativo. Ao perceber o resultado final de seus trabalhos materializado nos milhares de diplomados no ensino superior, técnicos-integrados ao ensino médio, pós-graduações, assim como nas milhares de pesquisas e extensões que influenciam nas vidas de milhares de pessoas, consolida-se, nessa categoria profissional, o que se busca por meio da proposta dos IFs: a superação do trabalho alienado e a percepção do resultado final do próprio trabalho.

3 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se metodologicamente como de abordagem qualitativa, de natureza aplicada, cujos objetivos são exploratórios/explicativos e cujo procedimento técnico situa-se no campo do estudo de caso. É qualitativa, pois se caracteriza pela busca de compreender um grupo social, uma organização ou uma instituição (GIL, 2002). Ao buscar produzir conhecimentos acerca da visão de uma população específica do IFC sobre o PPP da Instituição, com o objetivo de aplicação prática na busca de solucionar problemas que podem vir a ser identificados no processo de investigação, a pesquisa adquire a natureza aplicada.

Os objetivos da pesquisa são exploratórios, pois têm como “[...] objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL 2002, p. 41), e, ao mesmo tempo, também podemos considerar a pesquisa como explicativa, uma vez que “[...] essas pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas” (GIL, 2002, p. 42).

Quanto aos procedimentos técnicos, o nosso trabalho caracteriza-se como estudo de caso. Segundo Gil (2002, p. 54), corroborando com Yin (2001), estudo de caso “[...] é encarado como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos”. O autor complementa que “[...] os propósitos do estudo de caso não são os de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas sim o de proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados” (GIL, 2002, p. 55).

Podemos dividir esta pesquisa em duas etapas. A primeira compreendeu a revisão bibliográfica, a construção do pré-projeto e do projeto de pesquisa e a elaboração, aplicação e análise do questionário para a prospecção de como a população estudada apreendia o problema estabelecido pela pesquisa. Esses passos possibilitaram a segunda etapa da pesquisa, que compreendeu a elaboração, aplicação e avaliação do PE.

A revisão bibliográfica foi realizada em buscadores de repositórios científicos e em periódicos qualificados, como o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e o Scielo Brasil, nos quais inserimos palavras-chaves sobre o tema de nossa pesquisa, como “projeto político-pedagógico”, “Técnico-administrativo em Educação” e “Institutos Federais”. A partir dessa

revisão bibliográfica elegemos os trabalhos que entendemos que contribuiriam para o desenvolvimento do tema e nos subsidiariam nas próximas etapas.

Para a coleta de dados, usamos o questionário *on-line* (apensado) como técnica de interrogação. Esse recurso foi elaborado na plataforma Google Formulários e constitui-se de perguntas de múltipla escolha e perguntas abertas, com o objetivo de os respondentes dissertarem sobre a questão de múltipla escolha respondida. Os conteúdos dessas questões foram divididos entre dados pessoais e funcionais, questões especificamente sobre o PPP do IFC, conceitos de EPT, etapa de elaboração e execução do PPP e uma questão aberta ao final, para observações e comentários que julgassem relevantes sobre os assuntos apresentados no questionário.

O convite para participar da pesquisa foi encaminhado por meio da Coordenação-Geral de Comunicação (Cecom) do IFC e dos Gabinetes da Direção-Geral dos *campi*, por *e-mail* institucional, para todos os TAEs da amostra selecionada. Ao todo, 268 TAEs (123 da Reitoria, 39 do *Campus* Blumenau e 92 do *Campus* Camboriú) receberam o questionário. Para que a pesquisa se mantenha ética diante das identidades dos TAEs participantes, utilizamos nomes fictícios, mantendo apenas os dados e informações essenciais.

Escolhemos essas três unidades pelo fato de o IFC ser formado por 15 *campi* e a Reitoria, todos localizados no estado de Santa Catarina, Brasil. O IFC originou-se de cinco instituições pré-existentes – Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, de Rio do Sul e de Sombrio e duas Escolas Técnicas Vinculadas à Universidade Federal de Santa Catarina (Colégio Agrícola de Camboriú e Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes, município de Araquari) –, que, em 30 de dezembro de 2008, com a publicação da Lei nº 11.892, passaram à condição de *campi* do IFC. A Reitoria é sediada no município de Blumenau. Posteriormente, foram criados mais dez *campi*, distribuídos nos municípios de Abelardo Luz, Blumenau, Brusque, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul e Videira (IFC-PDI, 2019).

Nessas dezesseis unidades, trabalham o total de 887 TAEs, nas mais variadas funções, conforme podemos observar na Fig. 1.

Figura 1 – Quantitativo de TAEs no IFC, por unidade de lotação

Unidades	TAE
Abelardo Luz	9
Araquari	83
Blumenau	39
Brusque	26
Camboriú	92
Concórdia	102
Fraiburgo	34
Ibirama	22
Luzerna	39
Rio do Sul	87
Reitoria	123
Santa Rosa do Sul	85
São Bento do Sul	22
São Francisco do Sul	29
Sombrio	28
Videira	58
Total	878

Fonte: IFC-PDI (2019, p. 113, adaptado pela autora).

Para a amostra de nosso estudo de caso, selecionamos três unidades. A decisão foi baseada em critério de espaços diferenciados, no que tange às suas funcionalidades, pois entendemos que a diferencialidade espacial é determinante no exercício de funções, isto é, as diferentes funções no mesmo espaço produzem ações e compreensões diferenciadas acerca das funções desenvolvidas no espaço específico. Nesse sentido, compreendemos que, apesar de a carreira profissional objeto das nossas preocupações, nos espaços estudados, ser a mesma, aventamos como hipótese a possibilidade de tais concepções destoarem, mesmo se tratando de servidores cujas áreas de formação sejam ligadas à educação e ao ensino.

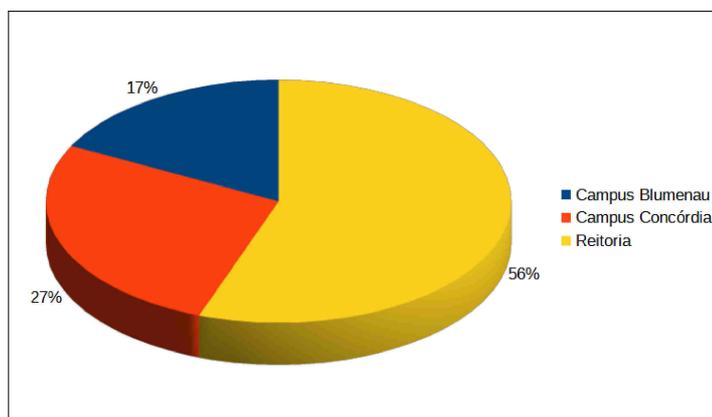
No IFC, podemos observar espaços estritamente da gestão e espaços onde ensino, pesquisa, extensão e gestão se dão de modo concomitante, ou seja, respectivamente Reitoria e os *campi*. Pelo critério de espaço, a Reitoria, por ser a única unidade estritamente de gestão, foi um de nossos casos de estudo; já quanto à gestão e ensino, pesquisa e extensão em concomitância, temos as outras 15 unidades (*campi*), que atendem a esse critério. Escolhemos o *Campus* Concórdia por ser um *campus* preexistente e com o maior quantitativo de TAEs lotados. E o *Campus* Blumenau foi escolhido pois faz parte dos *campi* criados após a Lei de criação dos IFs.

Após a aplicação do questionário, seguimos para a análise dos dados coletados cujas perguntas tiveram a intencionalidade de aferir informações sobre a compreensão da população objeto da pesquisa, a cerca do PPP. Essas informações permitiram conhecer e estabelecer uma

característica da categoria TAE em cada um dos espaços pesquisados para podermos fazer uma análise comparativa.

Participaram desse momento da pesquisa 63 servidores (Fig. 2). Desses, 11 são lotados no *Campus Blumenau*, 17 no *Campus Concórdia*, e 35 estão na Reitoria. Todos afirmaram em suas respostas que leram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e concordaram em participar da pesquisa. A Fig. 2 contribui para dimensionar melhor esses números. Destacamos que os indicadores que apresentamos neste capítulo são oriundos do processo metodológico de prospecção de informações sobre os TAEs, essenciais para a construção do PE.

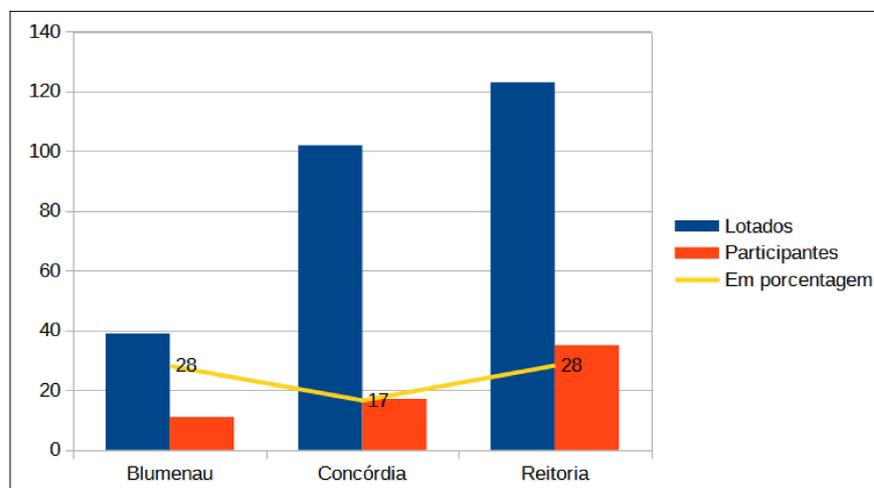
Figura 1 – Unidade de exercício dos servidores participantes da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora.

É importante salientar que, ao compararmos total de lotados na unidade (Fig. 3) com os respondentes, chegamos à conclusão de que, nas três unidades, menos de 30% da categoria objeto deste trabalho respondeu ao questionário: 28% em Blumenau, 17% em Concórdia e 28% na Reitoria. A Fig. 3 apresenta em azul o número total de servidores lotados nas unidades e em vermelho os servidores que responderam ao questionário de pesquisa, e a linha amarela demonstra a porcentagem de participação por unidade.

Figura 1 – Número total de servidores lotados nas unidades, participantes da pesquisa e porcentagem de participação por unidade



Fonte: Elaborado pela autora.

Outro indicador interessante que pode nos ajudar a desvelar o pensamento dessa categoria e assim compreendê-la é a escolaridade. O Quadro 3 apresenta o grau de formação dos respondentes por unidade e a média das três unidades. Em todas as unidades, a maioria dos TAEs tem graduação, especialização ou mestrado (cursando ou concluído). Ensino médio somente apareceu em Concórdia (6%). Doutorado apareceu em Concórdia (6%) e na Reitoria (6% concluído e 3% cursando). Já Pós-Doutorado foi marcado somente na Reitoria (3%).

Quadro 1 – Grau de formação dos respondentes

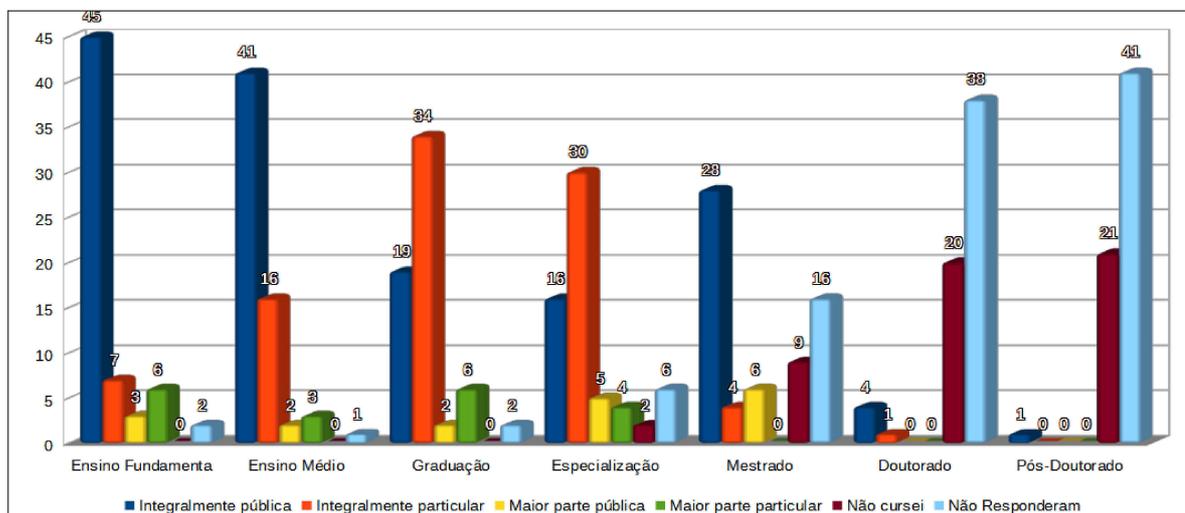
Opções	Blumenau	Concórdia	Reitoria	Média
Ensino Fundamental Incompleto	0	0	0	0
Ensino Fundamental Completo	0	0	0	0
Ensino Médio Incompleto	0	0	0	0
Ensino Médio Completo	0	6	0	2
Graduação – Cursando	0	0	0	0
Graduação	9	0	3	3
Pós-graduação Especialização - Cursando	0	0	0	0
Pós-graduação Especialização	55	18	37	35
Mestrado – Cursando	0	29	14	16
Mestrado	36	41	34	37
Doutor – Cursando	0	0	3	2
Doutor	0	6	6	5
Pós-doutorado – Cursando	0	0	0	0
Pós-doutorado	0	0	3	2
Não Responderam	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pela autora. Nota: Os valores apresentados estão em porcentagem.

Quando questionados onde realizaram suas formações (Fig. 4), percebemos que, quanto ao Ensino Fundamental e Médio, a maioria realizou-os integralmente em escola

pública. Quando falamos de graduação e especialização, inverte-se integralmente para particular. O mestrado volta a ser a maioria cursado em uma instituição pública.

Figura 1 – Natureza das instituições de formação dos respondentes



Fonte: Elaborado pela autora. Nota: O gráfico apresenta a soma das três unidades.

O Cargo TAE tem 325 denominações. No Quadro 4, é apresentada a denominação do cargo de cada participante da pesquisa. Apareceram 25 denominações diferentes. Assistente em administração, com 18 respostas, foi a denominação que mais apareceu, seguida da denominação técnico em assuntos educacionais, 10 respostas e analista da tecnologia da informação, com três respostas. As demais tiveram incidência de um ou dois respondentes e podem ser visualizadas no Quadro 4.

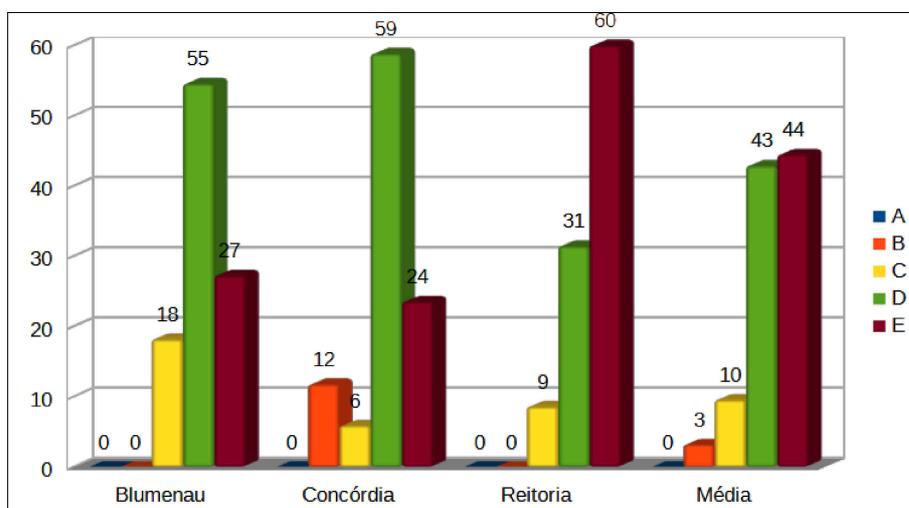
Quadro 1 –Quantidade de respondentes por cargo

	Opções	Blumenau	Concórdia	Reitoria	Soma
1	Administrador	0	0	1	1
2	Analista de Tecnologia da Informação	0	0	3	3
3	Assistente de Alunos	1	0	0	1
4	Assistente de Tecnologia da Informação	1	0	0	1
5	Assistente em Administração	4	5	9	18
6	Assistente Social	0	1	1	2
7	Auditor	1	0	1	2
8	Auxiliar de Cozinha	0	1	0	1
9	Auxiliar em Administração	0	0	2	2
10	Auxiliar em Assuntos Educacionais	0	0	1	1
11	Bibliotecário-Documentalista	0	1	0	1
12	Enfermeiro do Trabalho	0	0	1	1
13	Engenheiro/área	0	0	2	2
14	Lancheiro	0	1	0	1
15	Pedagogo/área	0	1	1	2
16	Publicitário	0	0	1	1
17	Técnico de Laboratório/área	1	0	0	1
18	Técnico de Tecnologia da Informação	0	0	2	2
19	Técnico em Alimentos e Laticínios	0	1	0	1
20	Técnico em Assuntos Educacionais	1	1	8	10
21	Técnico em Contabilidade	1	0	0	1
22	Técnico em Enfermagem	0	1	0	1
23	Tecnólogo/formação	0	0	1	1
24	Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais	0	1	0	1
25	Vigilante	0	1	0	1
	Não Responderam	1	2	1	4

Fonte: Elaborado pela autora.

Cada denominação de cargo é enquadrada em um nível de qualificação, representado por uma letra de A a E. A legislação define o nível de classificação como “[...] conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições” (BRASIL, 2005). A Fig. 5 demonstra a porcentagem de resposta que cada nível teve. Em Blumenau e Concórdia, a maioria foi de nível D, 55% e 59% respectivamente. Já a Reitoria teve mais incidência do nível E, com 60%.

Figura 1 –Nível de classificação do cargo dos respondentes, por unidade de exercício



Fonte: Elaborado pela autora. Nota: Os valores apresentados estão em porcentagem.

Quanto ao ano de ingresso no cargo, tivemos respondentes que ingressaram de 1987 a 2017. No Quadro 5, é possível visualizar o número de respondentes por ano de ingresso, por unidade e também pela soma das três unidades.

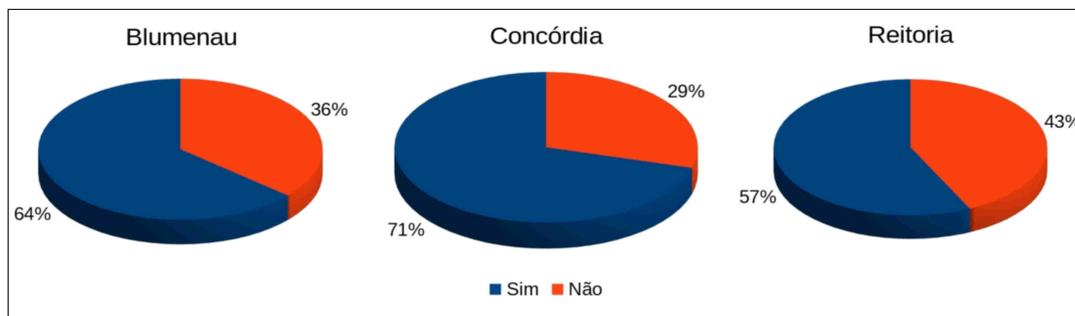
Quadro 1 –Ano de ingresso dos respondentes no cargo

Opções	Blumenau	Concórdia	Reitoria	Soma
1987	0	1	0	1
1995	0	1	0	1
1996	0	1	0	1
2004	0	2	0	2
2008	0	0	1	1
2009	1	0	1	2
2010	1	1	5	7
2011	0	2	5	7
2013	1	1	7	9
2014	3	5	11	19
2015	0	2	3	5
2016	1	0	1	2
2017	4	1	1	6

Fonte: Elaborado pela autora.

Quando questionados se conhecem o PPP do IFC, do total de participantes, 61% responderam que sim e 31% que não conhecem. Ao analisarmos os dados por unidade, no *Campus* Blumenau, 71% responderam que conhecem e 29% que não conhecem. No *Campus* Concórdia, 64% conhecem o documento e 36% não; já na Reitoria, 57% conhecem e 43% não. No geral, a maioria dos respondentes afirmam conhecer o PPP, como podemos visualizar na Figura 6.

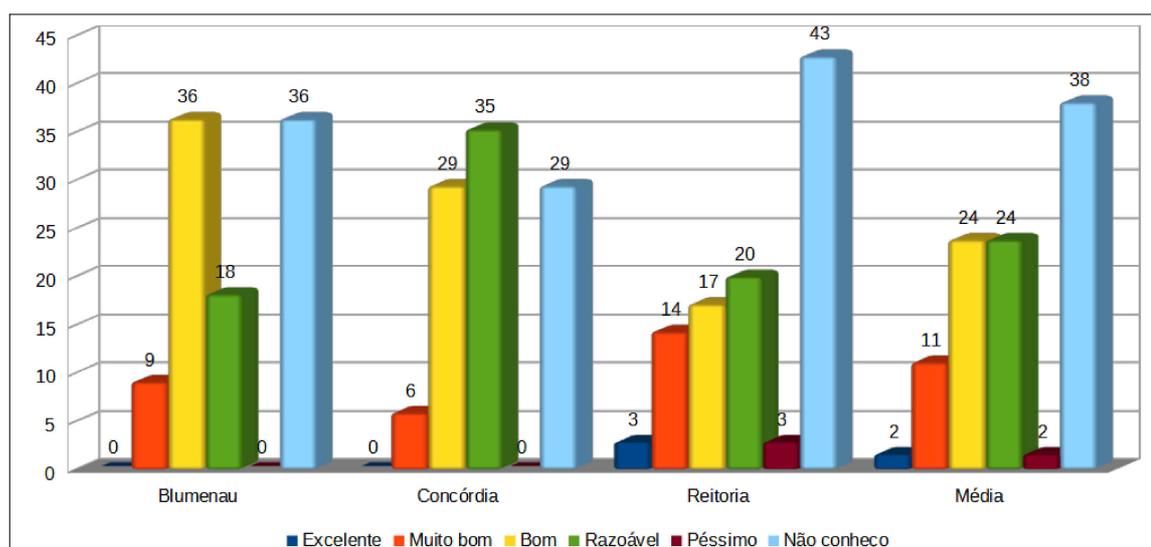
Figura 1 – Respostas à pergunta “Você conhece o projeto político-pedagógico do IFC?”, por unidade de atuação



Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando perguntado sobre o nível de conhecimento do documento, onde deveriam responder dentre as opções “excelente”, “muito bom”, “bom”, “razoável” e “péssimo”, 36% dos TAEs lotados no *Campus* Blumenau responderam que o conhecimento é bom, 18% razoável e 9% muito bom. No *Campus* Concórdia, 29% bom, 35% razoável e 6% muito bom. Na Reitoria, 17% bom, 20% razoável e 14% muito bom, 3% péssimo e 3% excelente. Na Fig. 7, podemos ver esses dados ilustrados, bem como comparar com a média das respostas das unidades, que correspondeu a 24% bom, 24% razoável, 11% muito bom, 2% péssimo e 2% excelente (Fig. 7). Percebe-se predominância das respostas bom e razoável.

Figura 1 – Grau de conhecimento dos respondentes sobre o PPP do IFC

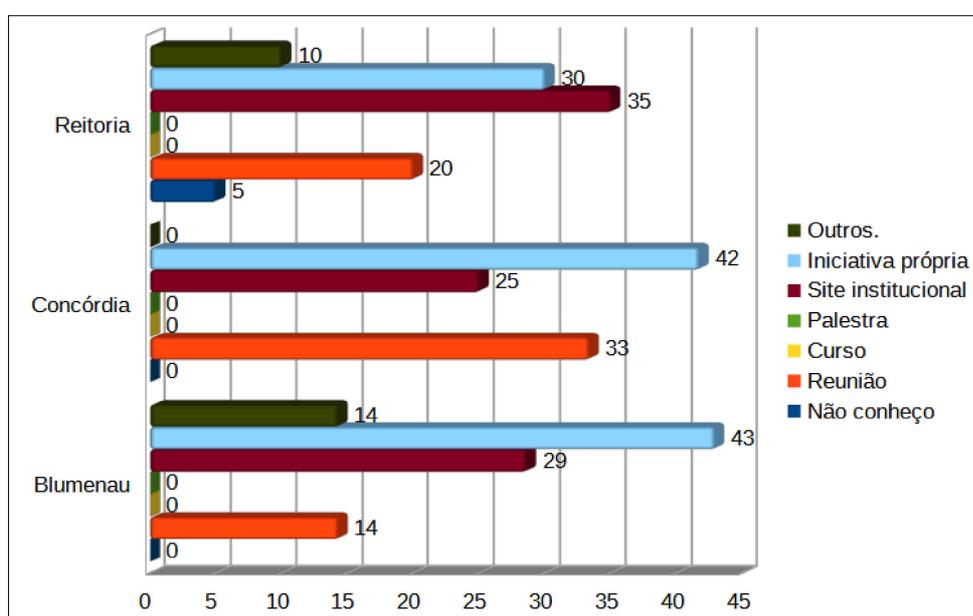


Fonte: Elaborado pela autora. Nota: Os valores apresentados estão em porcentagem.

Na questão “Como você ficou sabendo sobre o projeto político-pedagógico do IFC”, poderiam escolher uma das seguintes opções: “não conheço”, “reunião”, “curso ou palestra”, “*site* institucional”, “iniciativa própria” ou “outros”. A maioria dos participantes lotados nos

Campi Blumenau e Concórdia responderam “por iniciativa própria”, 43% e 42% respectivamente. Já a maioria dos lotados na Reitoria (35%) respondeu “*site* institucional”, seguido de 30% “por iniciativa própria”. A Fig. 8 demonstra a porcentagem de cada unidade de como os servidores sujeitos desta pesquisa ficaram sabendo do PPP. Os respondentes que assinalaram “outros” descreveram que foi por “iniciativa das chefias ao ingressar no instituto” e “trabalhando no 1º planejamento estratégico 2013”.

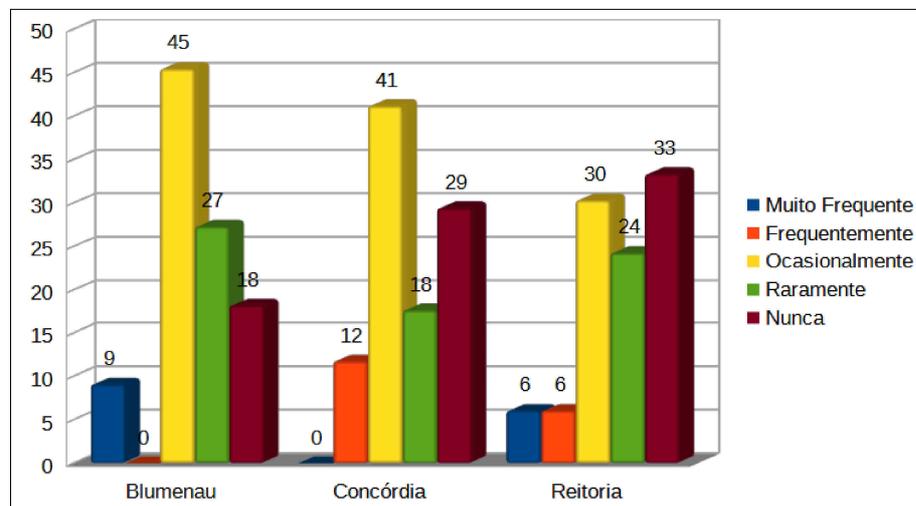
Figura 1 – Respostas à pergunta “Como você ficou sabendo sobre o projeto político-pedagógico do IFC?”



Fonte: Elaborado pela autora. Nota: Os valores apresentados estão em porcentagem.

A pergunta “Com que frequência você utiliza o projeto político-pedagógico do IFC no seu trabalho?” (Fig. 9), poderia ser respondida com as opções “muito frequente”, “frequentemente”, “ocasionalmente”, “raramente” ou “nunca”. No *Campus* Blumenau, as respostas foram 9% muito frequente, 0% frequentemente, 45% ocasionalmente, 27% raramente e 18% nunca. No *Campus* Concórdia, 0% muito frequente, 12% frequentemente, 41% ocasionalmente, 18% raramente e 29% nunca. Na Reitoria, 6% muito frequente, 6% frequentemente, 30% ocasionalmente, 24% raramente e 33% nunca.

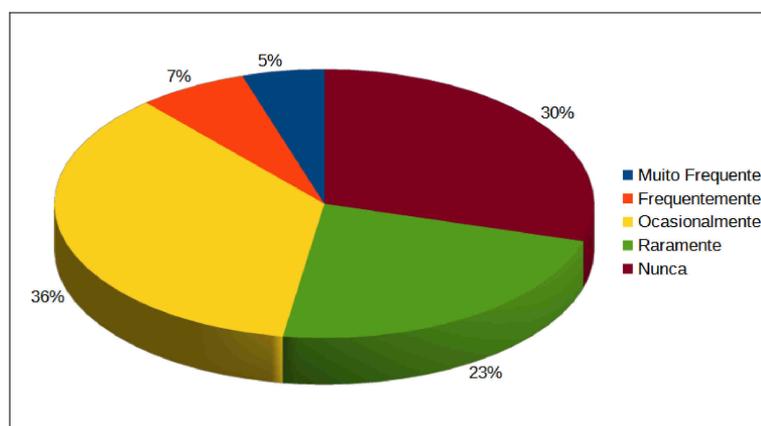
Figura 1 – Frequência de uso do PPP no contexto de trabalho dos respondentes, por unidade de exercício



Fonte: Elaborado pela autora. Nota: Os valores apresentados estão em porcentagem.

Percebemos que as opções “nunca”, “raramente” e “ocasionalmente” prevalecem nas respostas. Se somarmos todas as unidades, as respostas “muito frequentemente” e “frequentemente” são apenas 12 % da amostra (Fig. 10).

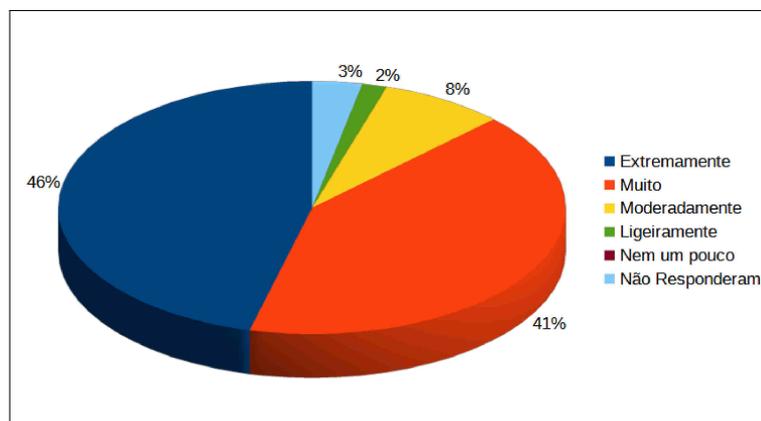
Figura 1 – Frequência de uso do PPP no contexto de trabalho dos respondentes



Fonte: Elaborado pela autora.

Ao perguntarmos aos participantes “Para você, qual a importância do projeto político-pedagógico do IFC?”, a questão poderia ser respondida em uma escala de “extremamente importante” a “nem um pouco importante”. Do total de participantes, 46% responderam “extremamente importante”, 41% “muito importante”, 8% “moderadamente importante”, 2% “ligeiramente importante” e 0% “nem um pouco importante” (Fig. 11).

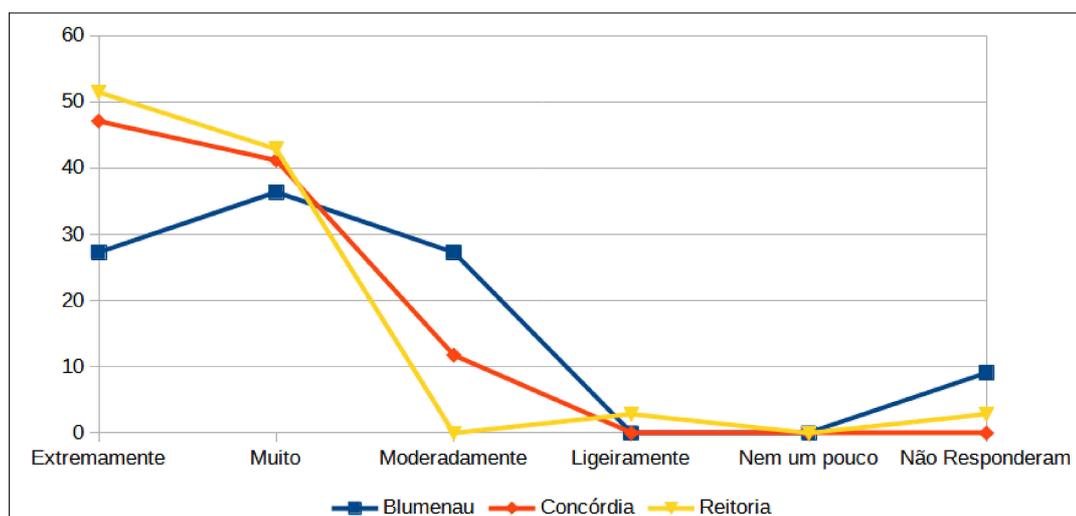
Figura 1 – Grau de importância do PPP do IFC para os respondentes



Fonte: Elaborado pela autora.

Quando analisamos os dados separadamente por unidades, comparando com a média, conforme a Fig. 12, que ilustra os dados em linhas, observamos que Reitoria e *Campus* Concórdia seguem o mesmo padrão da média, apresentando a maioria das respostas como “extremamente importante” (51% Reitoria e 47% Concórdia); já no *Campus* Blumenau, a maioria das respostas foi na opção “muito importante” (36%), mas considerando que “extremamente” e “muito importante” são duas respostas que demonstram relevância do documento nas três unidades, a importância prevalece. O ponto que sai da curva é o da opção “moderadamente” do *Campus* Blumenau, com 27% das respostas, Concórdia 12% e Reitoria 0%. A opção “ligeiramente importante” teve respostas somente de servidores da Reitoria (3%), e a opção “nem um pouco importante” não teve respostas.

Figura 1 – Grau de importância do PPP do IFC para os respondentes, por unidade de exercício

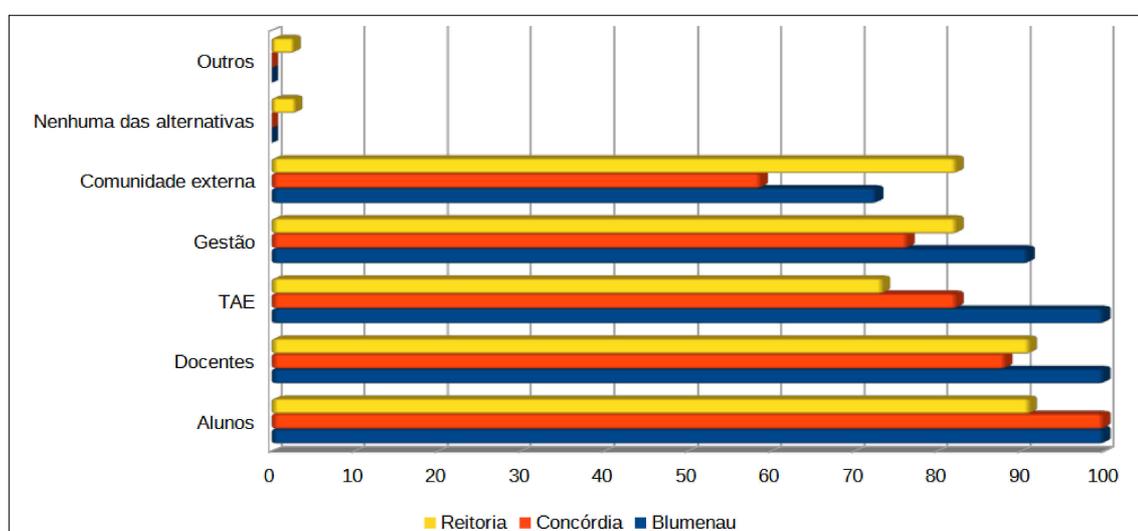


Fonte: Elaborado pela autora. Nota: Os valores apresentados estão em porcentagem.

Ao serem perguntados “A quem você considera que o projeto político-pedagógico do IFC interessa?”, os participantes poderiam selecionar mais de uma opção, que eram: “alunos”, “docentes”, “técnico-administrativos em educação”, “gestão”, “comunidade externa”, “nenhuma das alternativas” ou “outros” (Fig. 13). Quando optassem “outros”, poderiam descrever. Essa alternativa teve apenas respostas da Reitoria, 3%, e as descrições foram “todos” e “todas as partes afetadas ou interessadas”. Como poderiam ter assinalado mais de uma opção apresentada, não sabemos o que descrições podem refletir.

O *Campus* Blumenau teve 100% das respostas em alunos, docentes e TAEs, outros 91% também responderam gestão e 73% comunidade externa. No *Campus* Concórdia, obteve 100% para alunos, 88% docentes, 82% TAEs, 76% gestão e 59% comunidade externa. Na Reitoria, nenhuma das opções de respostas é consenso entre os servidores. As respostas marcadas foram: 91% alunos, 91% docentes, 74% TAEs, 82% gestão, 82% comunidade externa e 3% nenhuma das alternativas.

Figura 1 – Respostas à pergunta “A quem você considera que o PPP do IFC interessa?”



Fonte: Elaborado pela autora. Nota: Os valores apresentados estão em porcentagem.

Com o objetivo de verificar, do ponto de vista dos TAEs, se eles observam oportunidade de contribuir com a elaboração, se eles têm sugestões e opiniões quanto ao PPP do IFC, apresentamos no questionário uma questão baseada no questionário aplicado por Alberto (2007, p. 184), em que o autor elaborou afirmativas que representam oportunidades de participação. Para responder, os TAEs deveriam analisar as seis alternativas apresentadas como resposta à pergunta “Quanto à elaboração do projeto político-pedagógico do IFC,

analise as oportunidades de participação descritas e assinale a que mais se relaciona a sua situação.” (Quadro 6).

Quadro 1 – Respostas à pergunta “Quanto à elaboração do projeto político-pedagógico do IFC, analise as oportunidades de participação descritas e assinale a que mais se relaciona a sua situação”

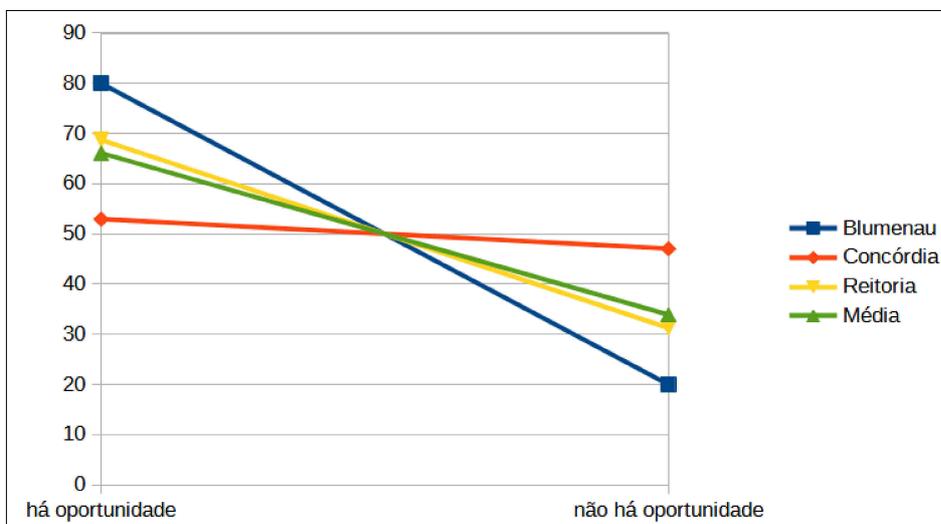
Opções	Blumenau	Concórdia	Reitoria
há oportunidade de contribuir com sugestões e você dá a sua opinião	45%	18%	24%
há oportunidade, você tem sugestões, mas prefere não dar a sua opinião	9%	0%	3%
há oportunidade, mas você não tem sugestões	18%	35%	34%
não há oportunidade, mas você mesmo assim contribui com sugestões	9%	24%	11%
não há oportunidade, você tem sugestões, mas prefere não dar a sua opinião	0%	6%	5%
não há oportunidade e você não tem sugestões	9%	18%	16%
não responderam	9%	0%	6%

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à oportunidade ou não de participar da elaboração do PPP IFC, em todas as unidades, a maioria informou que há oportunidade (Blumenau 80%, Concórdia 53% e Reitoria 69%). Responderam que não há oportunidade de participação 20% dos TAEs de Blumenau, 47% Concórdia e 31% Reitoria. Conforme podemos observar no gráfico (Fig. 14), Concórdia foi a unidade em que as respostas foram mais parecidas, quase um empate.

Ao somarmos as respostas das unidades, a maioria dos servidores (66%) visualizam ter oportunidade de participação, porém 34% do total da amostragem respondeu não haver oportunidades (como se pode observar na linha verde do gráfico). Esse resultado demonstra que uma parcela dos servidores acredita não existir oportunidade de participação na elaboração do PPP da instituição e, como a elaboração desse documento deve ser coletiva, essa etapa não está sendo efetiva.

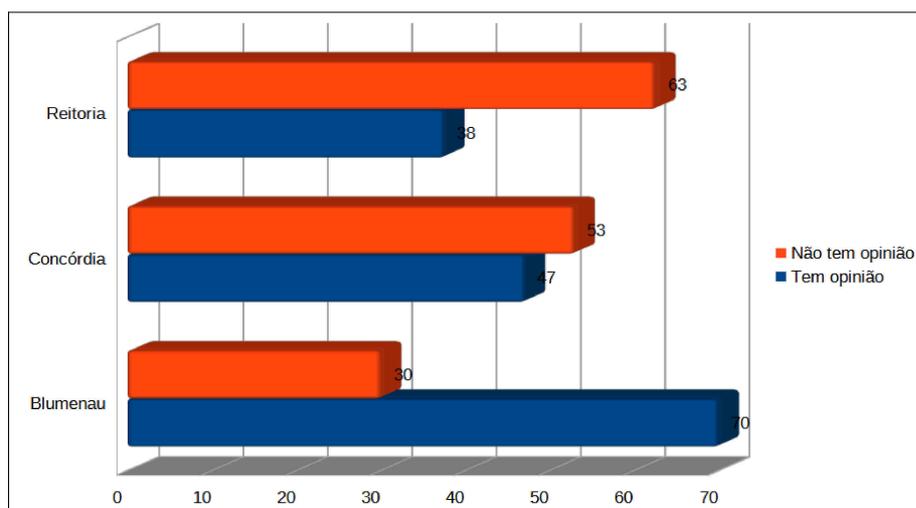
Figura 1 – Oportunidade de participar da elaboração do PPP, por unidade de exercício



Fonte: Elaborado pela autora. Nota: Os valores apresentados estão em porcentagem.

Das seis assertivas (Quadro 6) apresentadas como resposta, a questão, além da oportunidade de participação na elaboração do PPP do ponto de vista dos TAEs, também permite analisar se os servidores têm ou não sugestões/opinião sobre o PPP. A Fig. 15 ilustra o resultado por unidade. A maioria da Reitoria (63%) e Concórdia (53%) respondeu não ter opinião/sugestão sobre o documento. No Campus Blumenau, esse resultado é invertido: a maioria (70%) respondeu ter opinião/sugestão.

Figura 1 – Porcentagem de respondentes que têm ou não têm opinião/sugestão sobre o PPP, por unidade de exercício

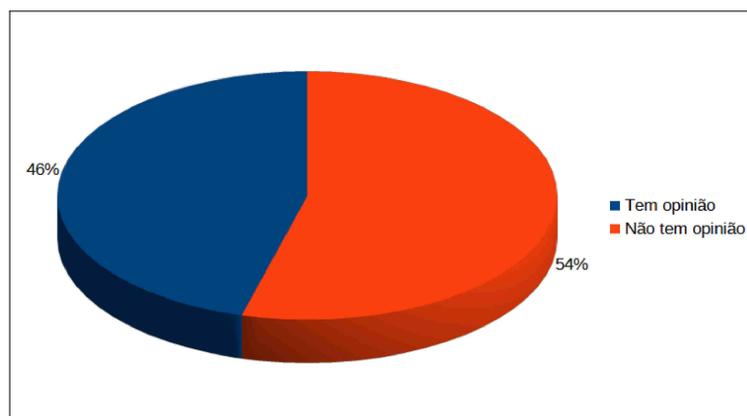


Fonte: Elaborado pela autora.

Ao somarmos os resultados das 3 unidades pesquisadas e gerarmos a média (Fig. 16), o resultado geral das três unidades é de que a maioria dos servidores (54%) não tem nenhum

tipo de sugestão/opinião e 46% informam ter sugestões/opinião. Realmente, os 54% podem não ter nenhuma opinião ou sugestão sobre o documento, porém quando um assunto é realmente debatido, estudado, analisado por um grupo de pessoas, como deve ser feito em um processo democrático, dificilmente a pessoa, com as particularidades de sua trajetória profissional e pessoal não formará o seu julgamento.

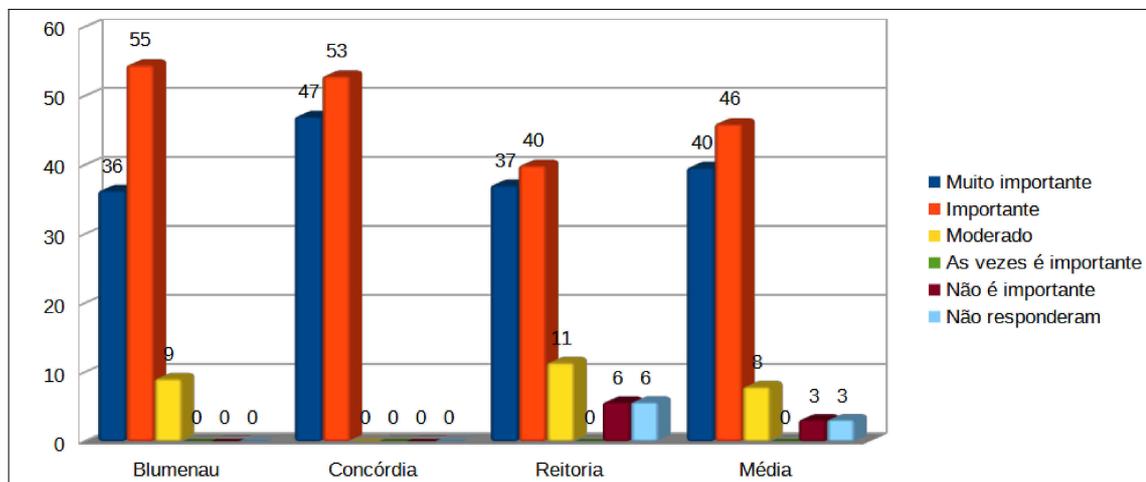
Figura 1 – Porcentagem de respondentes que têm ou não têm opinião/sugestão sobre o PPP



Fonte: Elaborado pela autora.

Com o objetivo de analisar como o TAE visualiza a importância da sua participação e do seu segmento na elaboração do documento, aplicamos a pergunta “Qual a importância da contribuição do TAE na elaboração do PPP do IFC?” e apresentamos cinco opções de respostas em uma escala de importância (muito importante, importante, moderado, às vezes é importante, não é importante). Nas respostas, prevaleceram as opções “muito importante” e “importante” em todas as unidades, média de 40% e 46% respectivamente. A opção “moderado” apresentou respostas somente em Blumenau e Reitoria, com 8% de média. A opção “não é importante” foi marcada apenas na Reitoria, em 6% das respostas. Na Reitoria, 6% optaram por não responder essa questão (Fig. 17).

Figura 1 – Grau de importância atribuído pelos respondentes à contribuição do TAE na elaboração do PPP do IFC

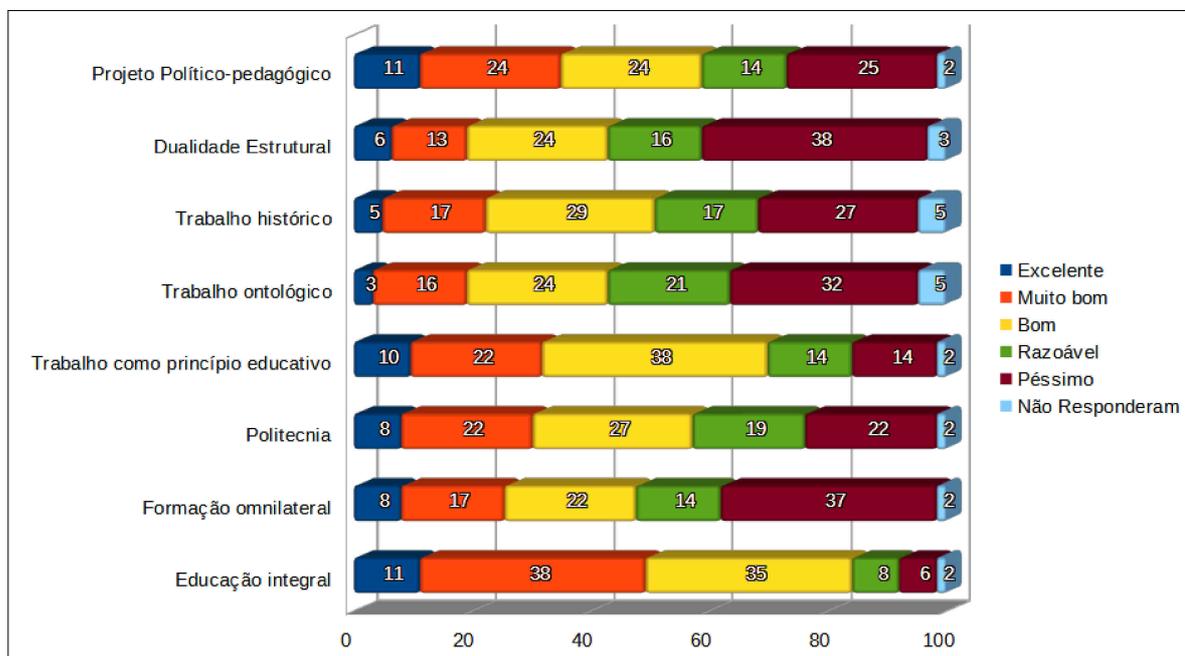


Fonte: Elaborado pela autora. Nota: Os valores apresentados estão em porcentagem.

Apresentamos conceitos-chave da EPT – educação integral, formação omnilateral, politecnia, trabalho como princípio educativo, trabalho ontológico, trabalho histórico, dualidade estrutural, projeto político-pedagógico – e pedimos que os TAEs informassem seu grau de entendimento para cada conceito, em uma escala de “excelente” a “péssimo”. Também poderiam responder “não conheço”. Para melhor visualização, no gráfico optamos por somar as opções péssimo e não conheço. A Figura 18 apresenta a média das respostas recebidas.

Ao responder sobre educação integral, optaram por “excelente” 11%, “muito bom” 38%, “bom” 35%, “razoável” 8% e “péssimo” 6%. Quanto à formação omnilateral, responderam “excelente” 8%, “muito bom” 17%, “bom” 22%, “razoável” 14% e “péssimo” 37%. Referente ao conceito de politecnia, selecionaram “excelente” 8%, “muito bom” 22%, “bom” 27%, “razoável” 19% e “péssimo” 22%. Para o conceito de trabalho como princípio educativo, assinalaram “excelente” 10%, “muito bom” 22%, “bom” 38%, “razoável” 14% e “péssimo” 14%. Para trabalho ontológico, optaram por “excelente” 3%, “muito bom” 16%, “bom” 24%, “razoável” 21% e “péssimo” 32%. Para trabalho histórico, responderam “excelente” 5%, “muito bom” 17%, “bom” 29%, “razoável” 17% e “péssimo” 27%. Por fim, sobre dualidade estrutural, selecionaram “excelente” 6%, “muito bom” 13%, “bom” 24%, “razoável” 16% e “péssimo” 38%.

Figura 1 – Grau de conhecimento dos respondentes sobre os conceitos-chave da EPT

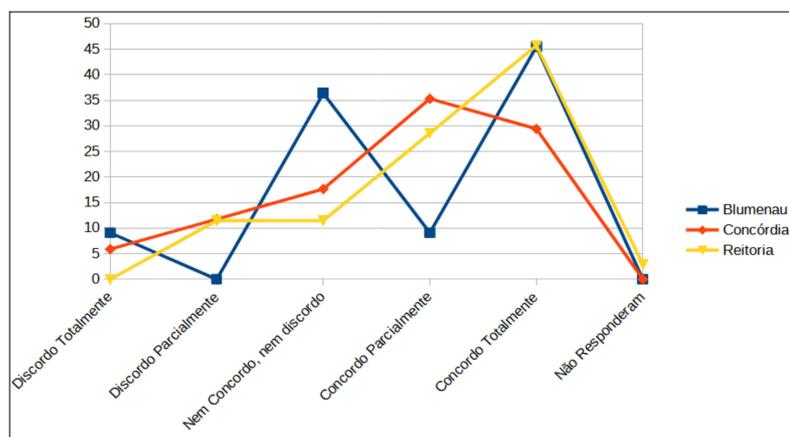


Fonte: Elaborado pela autora. Nota: Os valores apresentados estão em porcentagem.

Quanto ao conhecimento sobre o PPP do IFC, apresentamos três afirmativas, extraídas do PPP da instituição, e pedimos que os participantes respondessem, em uma escala de “discordo totalmente” a “concordo totalmente”, ao enunciado “avalie as afirmativas abaixo sobre o projeto político-pedagógico do IFC”.

A primeira afirmativa era “O IFC deve preceder a formação humana e cidadã, antes da qualificação para a laboralidade”. As respostas podem ser visualizadas na Fig. 19.

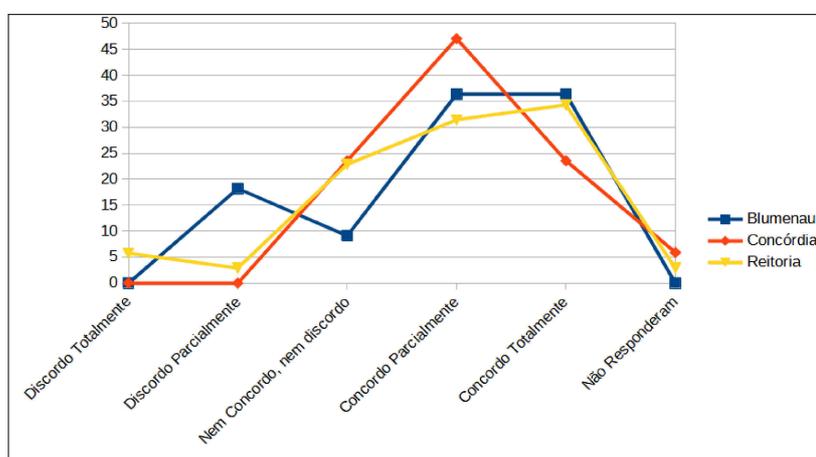
Figura 1 – Grau de concordância dos respondentes com a afirmação “O IFC deve preceder a formação humana e cidadã, antes da qualificação para a laboralidade”, por unidade de exercício



Fonte: Elaborado pela autora. Nota: Os valores apresentados estão em porcentagem.

A segunda afirmativa era “O IFC tem o compromisso com valores democráticos de uma escola republicana que questiona os privilégios de herança e reconhece a igualdade, o respeito aos direitos humanos e a vontade da maioria formada de modo legítimo.” As respostas podem ser visualizadas na Fig. 20.

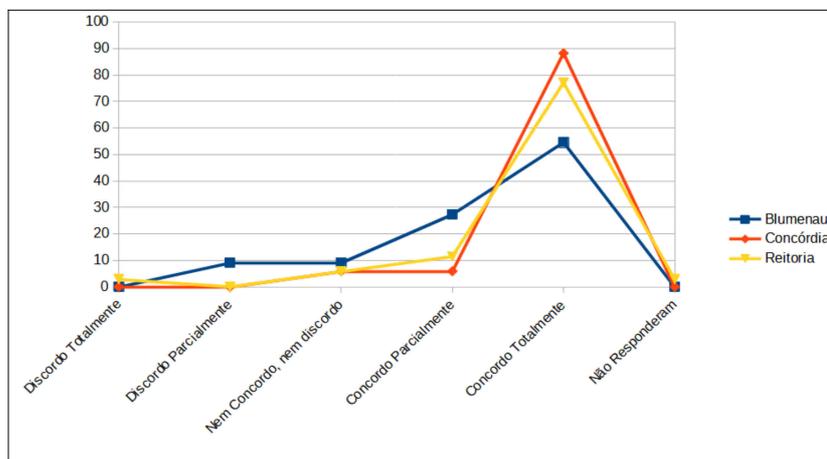
Figura 1 – Grau de concordância dos respondentes com a afirmação “O IFC tem o compromisso com valores democráticos de uma escola republicana que questiona os privilégios de herança e reconhece a igualdade, o respeito aos direitos humanos e a vontade da maioria formada de modo legítimo”, por unidade de exercício



Fonte: Elaborado pela autora. Nota: Os valores apresentados estão em porcentagem.

A terceira afirmativa era “O IFC deve formar para a cidadania ativa, para a participação na vida pública, para promover valores democráticos, o respeito à diferença e à diversidade”. As respostas podem ser visualizadas na Fig. 21.

Figura 1 – Grau de concordância dos respondentes com a afirmação “O IFC deve formar para a cidadania ativa, para a participação na vida pública, para promover valores democráticos, o respeito à diferença e à diversidade”, por unidade de exercício



Fonte: Elaborado pela autora. Nota: Os valores apresentados estão em porcentagem.

Nas respostas às três afirmativas, prevalece, nas três unidades, a concordância. As porcentagens exatas das respostas de cada unidade podem ser visualizadas nos Quadros 7, 8 e 9.

Quadro 1 – Grau de concordância dos respondentes com a afirmação “O IFC deve preceder a formação humana e cidadã, antes da qualificação para a laboralidade”

Opções	Blumenau	Concórdia	Reitoria	Média
Discordo Totalmente	9	6	0	3
Discordo Parcialmente	0	12	11	10
Nem Concordo, nem discordo	36	18	11	17
Concordo Parcialmente	9	35	29	27
Concordo Totalmente	45	29	46	41
Não Responderam	0	0	3	2

Fonte: Elaborado pela autora. Nota: Os valores apresentados estão em porcentagem.

Quadro 1 – Grau de concordância dos respondentes com a afirmação “O IFC tem o compromisso com valores democráticos de uma escola republicana que questiona os privilégios de herança e reconhece a igualdade, o respeito aos direitos humanos e à vontade da maioria formada de modo legítimo”

Opções	Blumenau	Concórdia	Reitoria	Média
Discordo Totalmente	0	0	6	3
Discordo Parcialmente	18	0	3	5
Nem Concordo, nem discordo	9	24	23	21
Concordo Parcialmente	36	47	31	37
Concordo Totalmente	36	24	34	32
Não Responderam	0	6	3	3

Fonte: Elaborado pela autora. Nota: Os valores apresentados estão em porcentagem.

Quadro 1 – Grau de concordância dos respondentes com a afirmação “O IFC deve formar para a cidadania ativa, para a participação na vida pública, para promover valores democráticos, o respeito à diferença e à diversidade”

Opções	Blumenau	Concórdia	Reitoria	Média
Discordo Totalmente	0	0	3	2
Discordo Parcialmente	9	0	0	2
Nem Concordo, nem discordo	9	6	6	6
Concordo Parcialmente	27	6	11	13
Concordo Totalmente	55	88	77	76
Não Responderam	0	0	3	2

Fonte: Elaborado pela autora. Nota: Os valores apresentados estão em porcentagem.

A partir dos resultados desta análise, em que percebemos os mais variados níveis de conhecimento e entendimento sobre PPP, diagnosticamos ser necessário um material que abordasse o PPP de modo amplo, desde a obrigatoriedade desse documento para qualquer instituição de ensino, até as especificidades do PPP de um IF, e, por ser aplicado no IFC, as particularidades dessa instituição específica. A intenção foi de um material introdutório e objetivo, que oferecesse indicações de conteúdo para aprofundamento de estudo sobre os temas tratados, como *sites*, artigos e livros.

Assim, elaboramos o PE, que intitulamos “Guia de leitura crítica para PPPs de IFs”. O PE foi criado na plataforma *Genially*, uma ferramenta *on-line* para criar conteúdo interativo.²

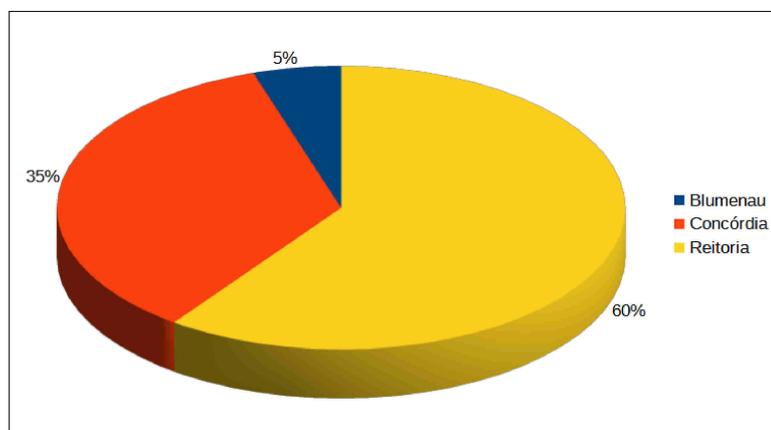
A metodologia de aplicação do PE foi a mesma do primeiro questionário de pesquisa, ou seja, foram convidados para conhecer e avaliar o PE 268 TAEs, via *e-mail* institucional. Para a avaliação do produto, criamos um formulário *on-line*, com perguntas estruturadas e abertas, elaboradas no Google Formulário, que podia ser acessada *on-line* após a leitura do PE. A organização do formulário foi com três blocos de questões: o primeiro para qualificar os respondentes; o segundo de conhecimentos prévios à aplicação do PE; e o terceiro com questões diretamente de avaliação do produto. As análises desses dados serão apresentadas no capítulo a seguir, intitulado “Resultados e Discussões”.

² A versão utilizada foi a gratuita, e o produto está disponível no endereço <https://bit.ly/3NL6Jua>.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

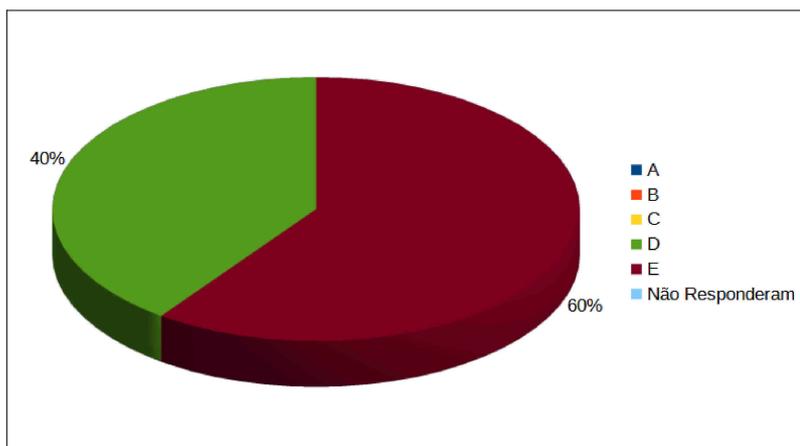
Neste capítulo, apresentamos a avaliação do PE. Responderam ao questionário de avaliação 20 TAEs. Desses, 5% em exercício no *Campus* Blumenau, 35% no *Campus* Concórdia e 60% na Reitoria (Fig. 22). Dentre os respondentes, 60% tem nível de classificação do cargo E e 40% nível D (Fig. 23). Os respondentes ingressaram no cargo no período de 1995 a 2017, tendo a grande maioria ingressado em 2014 (35%), seguida de 2013 (10%) (Fig. 24).

Figura 1 – Unidade de exercício dos respondentes



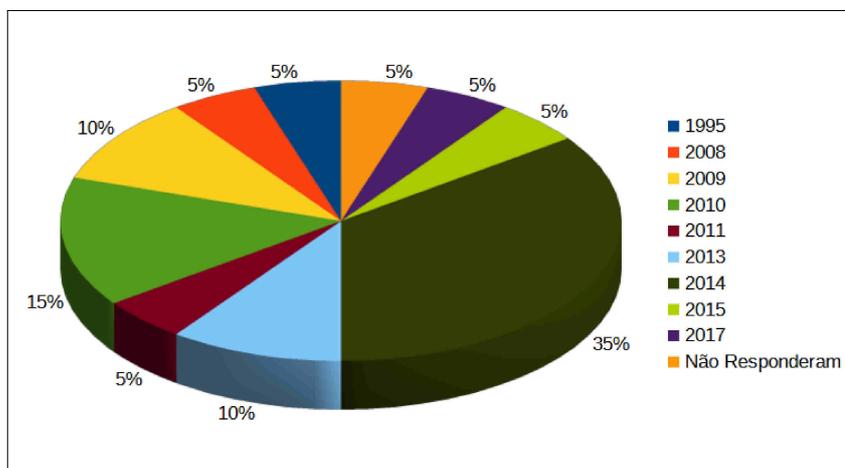
Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 1 – Nível de classificação do cargo dos respondentes



Fonte: Elaborado pela autora.

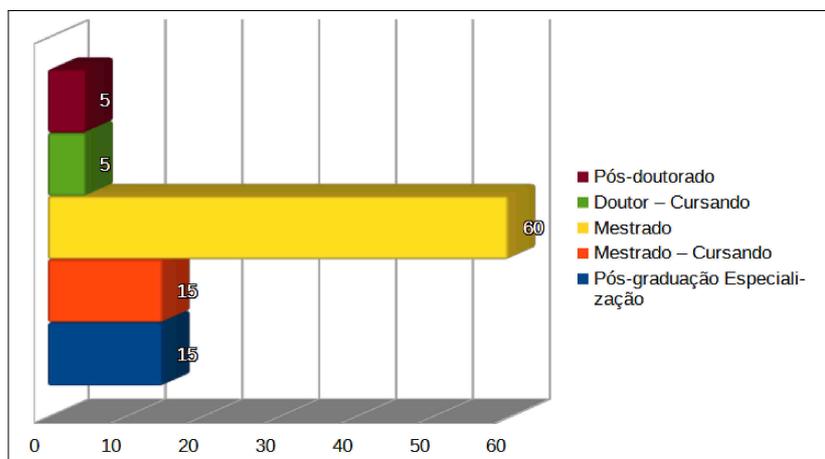
Figura 1 – Ano de ingresso dos respondentes no cargo



Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à formação acadêmica, 60% são mestres, 15% estão cursando mestrado, 15% têm especialização, 5% cursando doutorado e 5% têm Pós-Doutorado (Fig. 25).

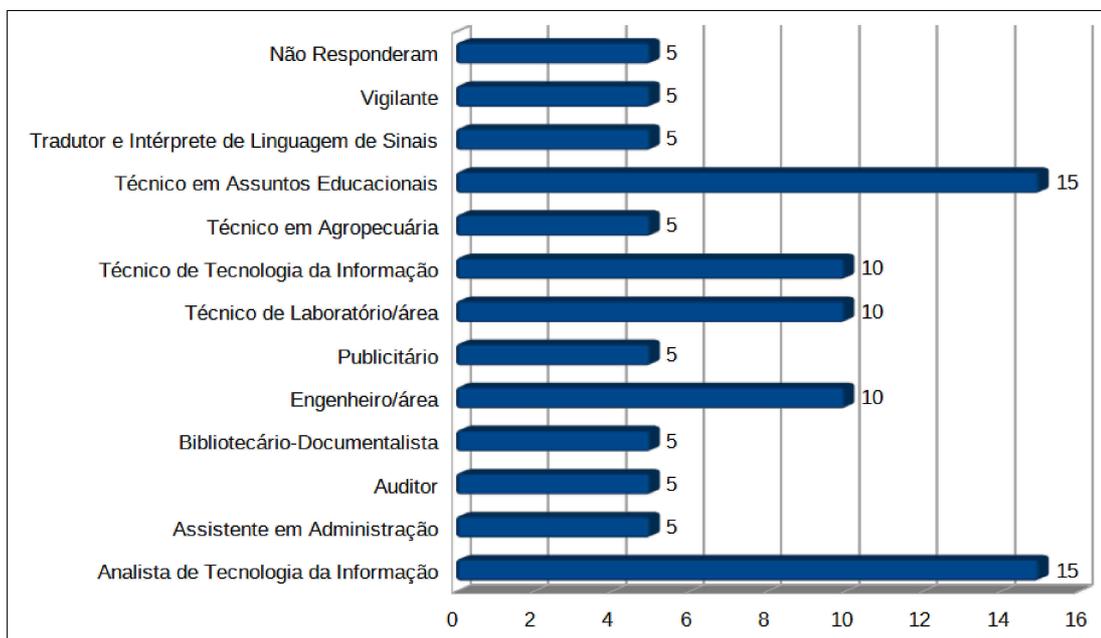
Figura 1 – Formação acadêmica dos respondentes



Fonte: Elaborado pela autora. Nota: Os valores apresentados estão em porcentagem.

Servidores de doze denominações de cargos diferentes avaliaram o PE (Fig. 26). A maioria que respondeu foi do cargo de analista de tecnologia da informação (15%) e técnico em assuntos educacionais (15%), seguidos de técnico de tecnologia da informação (10%), técnico de laboratório (10%) e engenheiro (10%). Os cargos de assistente em administração, auditor, bibliotecário-documentalista, publicitário, técnico em agropecuária, tradutor e intérprete de linguagem de sinais e vigilante tiveram incidência de 5% cada.

Figura 1 – Denominação dos cargos dos respondentes

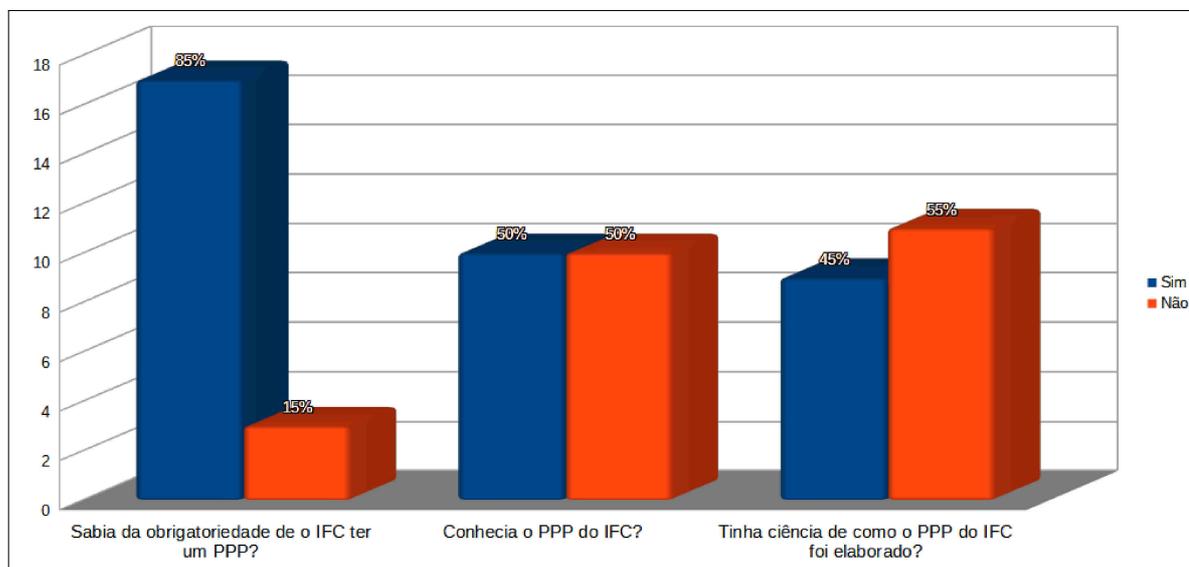


Fonte: Elaborado pela autora. Nota: Os valores apresentados estão em porcentagem.

Quanto ao conhecimento sobre PPP antes da leitura do Guia, aplicamos três questões, que poderiam ser respondidas com “sim” ou “não”, conforme Fig. 27. As perguntas tinham o objetivo de saber se, antes de conhecer o “Guia de leitura crítica para PPPs de IF”, o TAE conhecia o PPP do IFC e seu processo de elaboração, bem como se sabia da obrigatoriedade desse documento. Todos responderam a essas questões.

Na questão “Sabia da obrigatoriedade de o IFC ter um Projeto Político-Pedagógico (PPP)?”, 85% responderam que sim e 15% não sabiam. Quando perguntados se “Conhecia o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do IFC?”, 50% responderam que sim e 50% responderam que não conheciam o PPP. Ao responderem à questão “Tinha ciência de como o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do IFC foi elaborado?”, 45% assinalaram “sim” e 55% que não tinham ciência.

Figura 1 – Respostas a perguntas sobre o PPC do IFC



Fonte: Elaborado pela autora.

Interessante perceber que 85% dos respondentes sabiam da obrigatoriedade de o IFC ter um PPP, mas, mesmo assim, 50% não conhecem o PPP da instituição em que trabalha e 55% não sabiam como o PPP foi elaborado. Como o último respondente ingressou no cargo em 2017, todos passaram ao menos por uma discussão institucional.

A Figura 27 apresenta em forma de gráfico as questões que fizemos sobre o “Guia de leitura crítica para PPPs de IFs”. Apresentamos sete afirmações, que deveriam ser respondidas utilizando a escala Likert, onde um correspondia a “discordo totalmente” e cinco a “concordo totalmente”. Ao final de cada afirmativa, apresentamos uma questão aberta para que os respondentes pudessem fazer observações e comentários sobre a afirmativa.

A questão “O *layout* (modo como estão distribuídos os elementos textuais, gráficos e as imagens) é adequado e atrativo” apresentou 85% das respostas “concordo totalmente”, 5% “concordo parcialmente”, 5% “não concordo nem discordo”, 5% “discordo parcialmente” e 0% “discordo totalmente”. Houve três observações nessa questão:

O layout é agradável. (TAE108)

Muito interativo e ilustrativo. Facilita a leitura e estimula a curiosidade em continuar no aprofundamento proposto. (TAE109)

O layout é agradável e favorece à leitura. (TAE113)

Quando questionados se “A forma de apresentação dos conceitos é de fácil compreensão”, 70% responderam “concordo totalmente”, 20% “concordo parcialmente”, 5% “não concordo nem discordo”, 5% “discordo parcialmente” e 0% “discordo totalmente”. Dois TAEs registraram suas observações:

O texto favorece a compreensão, mas não entendi como PPI e PPP se relacionam (se um é mais importante que o outro, etc.) (TAE108)

Sim... são de fácil compressão pra quem já conhece a instituição. (TAE109)

Quanto ao questionado pelo TAE108, o PPI e PPP são a mesma coisa. O IFC utiliza o termo Institucional após o termo PPP; por isso o “I” na sigla. O antigo PPP do IFC, vigente de 2014-2018, era denominado Projeto Pedagógico Institucional (PPI). O termo PPI ainda consta em algumas partes do documento atual, PDI (2019/2023), porém o título que chama o texto já é denominado Projeto Político-Pedagógico Institucional. Explicamos no texto do PE que “O PPP do IFC consta como capítulo 2 do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019/2023 do IFC, páginas 43 a 82, e é intitulado ‘Projeto Político-Pedagógico Institucional’ e ‘Projeto Pedagógico Institucional (PPI)’”.

Com relação à afirmação “Sua percepção sobre Projeto Político-Pedagógico (PPP) mudou”, 40% responderam “concordo totalmente”, 30% “concordo parcialmente”, 10% “não concordo nem discordo”, 20% “discordo parcialmente” e 0% “discordo totalmente”. Dois TAEs registraram suas observações:

Eu tinha noção da importância do documento. (TAE108).

Me estimulou a conhecer o documento principal e norteador do trabalho. (TAE109).

Na assertiva “O conteúdo estimula o aprofundamento do tema”, 75% responderam “concordo totalmente”, 10% “concordo parcialmente”, 5% “não concordo nem discordo”, 0% “discordo parcialmente” e 10% “discordo totalmente”. Dois TAEs registraram suas observações:

A bibliografia é adequadamente referenciada, promovendo o aprofundamento do tema. (TAE108).

A interatividade é muito interessante e facilita a imersão no documento (TAE109).

Quanto à afirmação “O conteúdo estimula a criticidade quanto ao PPP dos IFs”, 55% responderam “concordo totalmente”, 35% “concordo parcialmente”, 0% “não concordo nem discordo”, 5% “discordo parcialmente” e 5% “discordo totalmente”. Dois TAEs registraram suas observações:

O conteúdo promove reflexões que certamente promovem a criticidade. (TAE108).

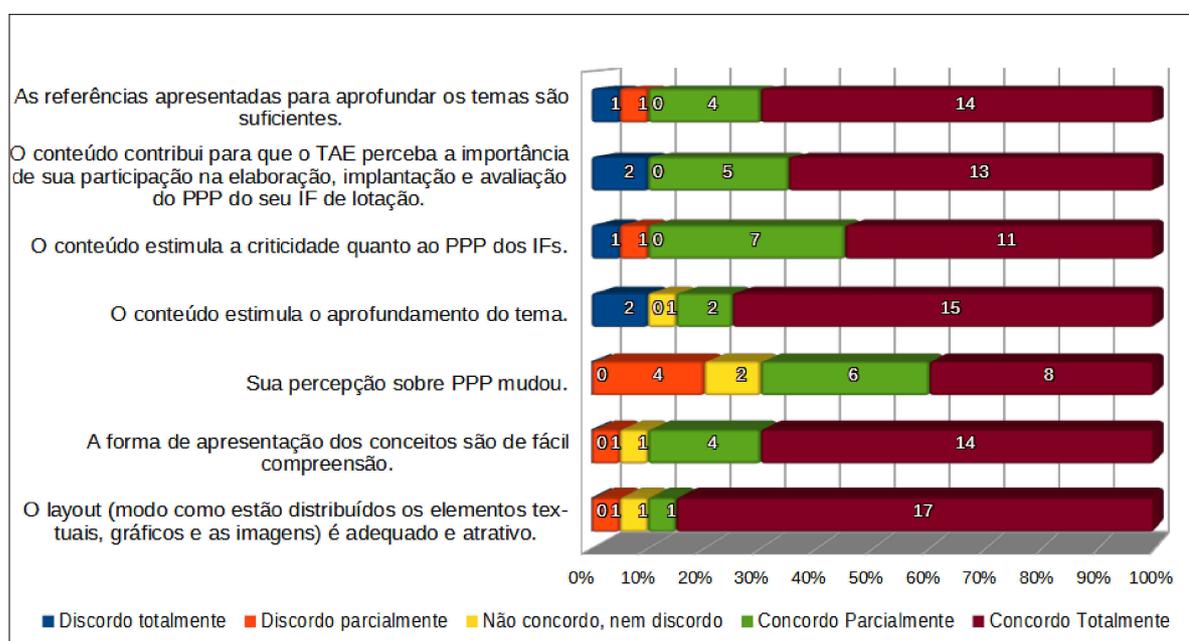
Sim, pois apresenta as bases legais que sustentam o tema PPP e os principais conceitos vigentes (TAE109).

Na afirmativa “O conteúdo contribui para que o TAE perceba a importância de sua participação na elaboração, implantação e avaliação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) do

seu IF de lotação”, 65% responderam “concordo totalmente”, 25% “concordo parcialmente”, 0% “não concordo nem discordo”, 0% “discordo parcialmente” e 10% “discordo totalmente”.

Na assertiva “As referências apresentadas para aprofundar os temas são suficientes”, 70% responderam “concordo totalmente”, 20% “concordo parcialmente”, 0% “não concordo nem discordo”, 5% “discordo parcialmente” e 5% “discordo totalmente”. O TAE109 observou que “Sim, certamente acrescentaria fontes de PPP de universidades que possui políticas educacionais semelhantes aos IFs”.

Figura 1 – Grau de concordância dos respondentes em relação a afirmações diversas sobre o Guia de leitura crítica para PPPs de IFs



Fonte: Elaborado pela autora.

No final do questionário de avaliação, deixamos uma questão aberta, com o enunciado “Este espaço é destinado para observações e comentários que julgar relevantes sobre os assuntos apresentados neste questionário, bem como sugestões de melhoria para o ‘Guia de leitura crítica para PPPs de IFs’”. Oito TAEs responderam essa questão. No Quadro 10, apresentamos todas as respostas.

Quadro 1 – Observações, comentários e sugestões de melhoria ao “Guia de leitura crítica para PPPs de IFs”

ID	Observações/Comentários
TAE101	O Produto está muito didático, visualmente maravilhoso e com conteúdo excelente.
TAE105	O material é excelente e estimula a leitura mais apurada do PPP. Também incentiva e deixa claro a importância da participação durante o processo de elaboração e/ou revisão, atualização do PPP.
TAE106	Excelente e necessário trabalho. Parabéns.
TAE108	O assunto que cerca a pesquisa (e o questionário) é importante, embora muitas vezes seja reservado a um segundo plano. O produto de pesquisa será importante para o esclarecimento do tema.
TAE109	Parabéns. Ótimo trabalho. De fato um produto educacional relevante
TAE113	Eu achei o produto muito interessante, completo e trabalhado de forma leve, limpa e agradável. Para quem tem interesse em se aprofundar, as referências e links oferecidos durante o texto, são excelentes fontes de estudo. Foi um lindo trabalho, um maravilhoso produto, fruto de uma grande pesquisa e que será extremamente útil para todos os servidores. Parabéns Maysa e prof. Cloves.
TAE114	Gostei muito do produto educacional proposto. É de extrema importância e relevância que os TAEs se apropriem dos processos e consigam participar de maneira crítica da elaboração e avaliação dos principais documentos norteadores da instituição. Parabéns à mestrande e ao orientador pelo material elaborado.
TAE118	Parabéns, belo projeto e pesquisa! Contribui para melhorar o entendimento do PPPs.

Fonte: Elaborado pela autora.

Como podemos observar no Quadro 10, a totalidade das afirmativas apresentadas de avaliação do produto foram positivas. Nenhuma das oito pessoas que deixaram observações na última questão propuseram melhorias ou fizeram alguma crítica. Nesse sentido, consideramos que o produto cumpriu o papel de estimular, entre os TAEs, o debate e o interesse pelo PPP.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos da inquietação sobre como os TAEs percebem a educação ofertada pela instituição onde trabalham e como se percebem neste processo. Em muitos momentos, aventamos se eles poderiam se considerar educadores por trabalharem em uma instituição de ensino. Responder àquelas indagações exigiu de nós entrar no debate acerca da essência constitutiva do projeto que deu origem aos IFs, cujo debate está assentado na proposta da escola unitária, integrada e integral, omnilateral, que busca romper a dualidade estrutural da sociedade de classes que se revela na educação na forma de duas propostas educacionais distintas: uma para a classe que vive do trabalho, uma educação interessada, voltada ao interesse imediato do estágio do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo; e outra, desinteressada, propedêutica, que abrange a cultura geral e clássica historicamente produzida pela experiência humana e é destinada aos que estão determinados a se tornarem dirigentes (GRAMSCI, 2000).

Essa relação de dualidade e a proposta contida no projeto dos IFs levou-nos a refletir sobre a prática dos TAEs na realização cotidiana dos seus trabalhos, o que nos levou a questionar acerca da contradição da ação laboral fragmentada que essa categoria funcional realiza para que seja possível colocar em movimento a possibilidade da formação integral cujo objetivo é que o educando, em sua prática laboral, perceba a acumulação de trabalhos contidos nas ferramentas que lhe são necessárias para realizar o seu trabalho e também que se reconheça no produto final do trabalho que está a desenvolver. Percebemos que nos havíamos enfiado numa crise epistemológica; nos dizeres de Platão, em uma aporia (GUINSBURG, 2012).

Por ser o PPP documento basilar da instituição, mergulhamos em sua essência e buscamos os processos que o constituíram, com o fito de, em outro momento, aferir o conhecimento dos TAEs sobre o documento, o que expressaria o conhecimento sobre os próprios sentidos da instituição na qual trabalham e cujos resultados habitam as páginas pretéritas deste trabalho. Nesse sentido, entendemos que não basta trabalhar em uma instituição de ensino para adquirir a qualidade de educador, do mesmo modo que não basta não ser proprietário dos meios de produção para ser classe trabalhadora. Tal como nos ensina o historiador inglês Edward Paul Thompson, a

[...] classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de

classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe [...] (THOMPSON, 1987, p. 10).

Nesse sentido, entendemos que o TAE que pode ser considerado um educador é aquele que compreende o produto da sua ação laboral cotidiana no âmbito da sua instituição. Ele conhece a instituição e os processos que a constituíram, os conflitos e interesses em jogo, cujas contradições e choques desiguais de forças resultaram na forma que caracteriza a instituição. Esse servidor educador se apropria dos documentos e, nos processos de elaborá-los, participa das disputas, pois independente do projeto, as contradições são permanentes pois são reflexos da estrutura social, ou seja, não está imbuído da consciência ingênua (GRAMSCI, 2010). Contudo, isso não impede que aqueles que não se apropriam das condições para adquirirem a qualidade de educadores não possam superar a consciência ingênua e se transformar em educadores. É a experiência que vai possibilitar esse movimento de transformação que será omnilateral, pois, ao se tornar educador, ele também se perceberá classe. Dessa forma, acreditamos que a nossa pesquisa, seja por meio da provocação no debate, ou pelo produto educacional, contribui para se pensar os sentidos do trabalho dos TAE e a educação que buscamos defender e construir no cotidiano.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ALBERTO, Jorge Luís Moreira. **A participação de funcionários na construção do projeto político-pedagógico de uma instituição de ensino superior**: limites e possibilidades. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) -- Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007.

BAZANA, Maysa Eichner da Silva; CASTRO, Cloves Alexandre de; SILVA, Michel Goulart da. Institutos Federais: a produção intelectual dos técnico-administrativos em educação. **Revista Educar Mais**, [s. l.], v. 5, n. 5, p. 1171-1182, 15 set. 2021. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense. Disponível em: <https://bit.ly/3MASlZO>. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.824, de 29 de junho de 2006**. Estabelece os procedimentos para a concessão do Incentivo à Qualificação e para a efetivação do enquadramento por nível de capacitação dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3LCvwPr>. Acesso em: 15 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987**. Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. Brasília, DF: Presidência da República, 1987. Disponível em: <https://bit.ly/3wJniQ2>. Acesso em: 15 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3lwFG9H>. Acesso em: 18 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3sRguPn>. Acesso em: 05 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987**. Altera dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, e pelo Decreto-lei nº 2.299, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1987. Disponível em: <https://bit.ly/3G55qUd>. Acesso em: 18 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Concepção e diretrizes**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3yVfkGe>. Acesso em: 16 de out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ofício-Circular nº 1/2017/COLEP/CGGP/SAA-MEC**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3ltfWLS>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Executiva Subsecretaria de Assuntos Administrativos Coordenação Geral de Gestão de Pessoas. **Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC**. Brasília, DF: MEC, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/38IycO7>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CASTRO, Cloves Alexandre de; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; SCHENKEL, Cladecir Alberto. História socioespacial do trabalho no Brasil, educação profissional tecnológica e a questão regional. **Revista Labor**, v. 1, n. 24, p. 331-355, 19 out. 2020.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CICHACZEWSKI, João Carlos. **Uma história por fazer-se: o sentido da formação profissional nos IFs**. Blumenau: Produto Educacional (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica), 2020. 87 p. Disponível em: <https://bit.ly/38FETAs>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FASUBRA. **Memorial 30 anos: linha do tempo – Fasubra Sindical**. Brasília, DF: Fasubra Sindical, 2018. Disponível em: <http://fasubra.org.br/publicacoes/>. Acesso em: 11 nov. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2018. 320 p. Disponível em: <https://bit.ly/3PxGEQT>. Acesso em: 17 out. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação & Sociedade**, [s. l.], v. 28, n. 100, p. 1129-1152, out. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3PEuPZk>. Acesso em: 19 out. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da Educação Profissional e Tecnológica com a universalização da Educação Básica. In: MOLL, Jaqueline (org.). **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. São Paulo: Artmed, 2010. p. 25-41.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. **Ensino Médio integrado à Educação Profissional**, [s. l.], Boletim 7, p. 29-50, maio/jun. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3NuuJS4>. Acesso em: 17 out. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: os intelectuais. O princípio educativo**. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. (v. 2).

GUINSBURG, J. **A República de Platão**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), de 2019**. Blumenau, SC, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/31AfNG5>. Acesso em: 28 fev. 2020.

MAGALHÃES, Caroline Stéphanie Campos Arimateia. **Trabalho educativo do técnico-administrativo do IFRN/CNAT: consensos e**. 2016. 173 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3LIqm4E>. Acesso em: 14 fev. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plataforma Nilo Peçanha – PNP 2022 (Ano Base 2021)**. Disponível em: <https://bit.ly/3yRXfci>. Acesso em: 9 maio 2022.

MONLEVADE, João Antonio Cabral de. História e construção da identidade: compromissos e expectativas. **Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 5, n. 3, p. 339-352, jun. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3NvHQCe>. Acesso em: 5 set. 2020.

MOURA, Dante Henrique; MAGALHÃES, Caroline Stephanie Campos Arimateia; MAGALHÃES, Ricardo Rodrigues. Profissionais da educação no PNE 2014-2024: acomodação ou conflito de interesses. *In*: COLÓQUIO NACIONAL A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 3., 2015, Natal. **Anais [...]**. Natal: [s. n.], 2015. p. 1-8. Disponível em: <https://bit.ly/3ME1ZWL>. Acesso em: 14 fev. 2020.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos Institutos Federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal: IFRN, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3PyEARQ>. Acesso em: 20 fev. 2020.

PADOIN, E.; AMORIM, M. O percurso da Educação Profissional no Brasil e a criação dos Institutos Federais nesse contexto. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 15., 2016, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. p. 1-14. Disponível em: <https://bit.ly/386Lunl>. Acesso em: 20 fev. 2020.

RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básicos. *In*: MOLL, Jaqueline (org.). **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. São Paulo: Artmed, 2010. p. 42-57.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SCHENKEL, C. A. **Gestão ambiental: perfil profissional e formação em cursos superiores de tecnologia e de bacharelado**. 2012. 348 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

SILVA, Caetana Juracy Rezende. **Bases conceituais da educação profissional e tecnológica**. Curso O projeto político pedagógico dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Unidade 1). Brasília, DF: FE/UnB, 2021.

THOMPSON. Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (v. 1).

VILA, Martinho da. **O pequeno burguês**. [S. l.], 1969. Disponível em: <https://bit.ly/3yRXGmW>. Acesso em: 9 maio 2022.

Questionário

Prezado(a) Servidor(a) Técnico-Administrativo(a) em Educação(TAE).

Olá! Me chamo Maysa Eichner da Silva Bazana, sou servidora TAE, Assistente em Administração, lotada na Reitoria do IFC e discente do curso de Pós-graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), polo Campus Blumenau/IFC, orientanda do Professor Doutor Cloves Alexandre de Castro.

Estou desenvolvendo uma pesquisa intitulada provisoriamente como “CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA DOS INSTITUTOS FEDERAIS: A PERCEPÇÃO DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS(AS) EM EDUCAÇÃO”, que busca conhecer a percepção dos TAEs, do IFC acerca da concepção pedagógica da Instituição.

O local do estudo é o IFC, e pela delimitação da pesquisa, especificamente Reitoria, Campus Blumenau e Campus Concórdia. Por isso, o questionário é dirigido aos Servidores(a) TAE lotados nessas unidades.

Convido você a participar da pesquisa, respondendo a este questionário, que tem o tempo de resposta estimado em 15 minutos. Suas respostas contribuirão para pensar a Educação Profissional e Tecnológica a partir da escala que a viabiliza ser realizada.

Comprometo-me a manter confidencialidade e sigilo sobre todas as informações fornecidas neste questionário. Além disso, mantereí o anonimato dos(as) participantes da pesquisa.

É importante que você leia e guarde uma cópia do TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE), clicando no link a seguir:<<https://bit.ly/2Sn2VYN>>. Com as explicações que constam no TCLE, espero que você esteja suficientemente informada a respeito da pesquisa que será realizada, e concorde em responder ao questionário.

Caso você tenha alguma dúvida ou queira mais informações entre em contato comigo. Estarei à sua disposição.

Maysa Eichner da Silva Bazana
Fone:(47) 9 9222-0163
Email: maysa.bazana@ifc.edu.br

*Obrigatório

1. *

Marcar apenas uma oval.

Li e concordo em participar da pesquisa

Discordo *Pular para a seção 10 (Muito obrigada pela participação na pesquisa!)*

Clique em PRÓXIMA para avançar.

2. Unidade de lotação *

Marcar apenas uma oval.

- Reitoria
- Campus Abelardo Luz
- Campus Araquari
- Campus Blumenau
- Campus Brusque
- Campus Camboriú
- Campus Concórdia
- Campus Fraiburgo
- Campus Ibirama
- Campus Luzerna
- Campus Rio do Sul
- Campus Santa Rosa do Sul
- Campus São Bento do Sul
- Campus São Francisco do Sul
- Campus Sombrio
- Campus Videira

3. Unidade de exercício *

Marcar apenas uma oval.

- Reitoria
- Campus Abelardo Luz
- Campus Araquari
- Campus Blumenau
- Campus Brusque
- Campus Camboriú
- Campus Concórdia
- Campus Fraiburgo
- Campus Ibirama
- Campus Luzerna
- Campus Rio do Sul
- Campus Santa Rosa do Sul
- Campus São Bento do Sul
- Campus São Francisco do Sul
- Campus Sombrio
- Campus Videira

4. Gênero

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
- Masculino
- Outros

5. Cor

Marcar apenas uma oval.

Amarela

Branca

Indígena

Parda

Preta

6. Idade

Marcar apenas uma oval.

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

- 50
- 51
- 52
- 53
- 54
- 55
- 56
- 57
- 58
- 59
- 60
- 61
- 62
- 63
- 64
- 65
- 66
- 67
- 68
- 69
- 70
- 71
- 72
- 73
- 74
- 75
- 76
- 77
- 78
- 79
- 80

7. Formação

Marcar apenas uma oval.

- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Graduação – Cursando
- Graduação
- Pós-graduação Especialização - Cursando
- Pós-graduação Especialização
- Mestrado – Cursando
- Mestrado
- Doutor – Cursando
- Doutor
- Pós-doutorado – Cursando
- Pós-doutorado

8. Instituição onde realizou sua formação era

Responda de acordo com cada nível de formação.

Marcar apenas uma oval por linha.

	Integralmente pública	Integralmente particular	Maior parte pública	Maior parte particular	Não cursei
Ensino Fundamental	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ensino Médio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Graduação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pós-graduação Especialização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mestrado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Doutor	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pós-doutorado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

9. Você se informa por

Marcar apenas uma oval por linha.

	Muito Frequente	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
Jornal	<input type="radio"/>				
Televisão	<input type="radio"/>				
Internet	<input type="radio"/>				
Rádio	<input type="radio"/>				
Revista	<input type="radio"/>				
Boletim do sindicato	<input type="radio"/>				
Outras pessoas	<input type="radio"/>				
Não tenho me mantido informado(a)	<input type="radio"/>				

10. Participa ou participava de

Marque todas que se aplicam.

- Organizações Não Governamentais (ONGs)
- Grupos religiosos
- Grupos assistenciais
- Grêmios estudantis
- Partidos políticos
- Outros grupos voluntários
- Associação de classe
- Não atua
- Outro: _____

11. Renda familiar mensal:

Considere renda familiar o conjunto de rendimentos mensais de todas as pessoas que moram com você.

Marcar apenas uma oval.

- Até 3 salários mínimos
- De 4 a 7 salários mínimos
- De 8 a 11 salários mínimos
- De 12 a 15 salários mínimos
- Acima de 15 salários mínimos

12. Quantas pessoas dependem da renda familiar mensal?

Marcar apenas uma oval.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Clique em PRÓXIMA para avançar ou VOLTAR para retornar a seção anterior.

13. Cargo *

Marcar apenas uma oval.

- Docente
- Técnico-Administrativo em Educação (PCCTAE)
- Técnico-Administrativo (PUCRCE)

14. Denominação do Cargo

Marcar apenas uma oval.

- Açougueiro
- Adrecista
- Administrador
- Administrador de Edifícios
- Afinador de Instrumentos Musicais
- Ajustador Mecânico
- Almoхарife
- Analista de Tecnologia da Informação
- Antropólogo
- Apontador
- Armador
- Armazenista
- Arqueólogo
- Arquiteto e Urbanista
- Arquivista
- Arrais
- Ascensorista
- Assistente de Alunos
- Assistente de Direção e Produção
- Assistente de Estúdio
- Assistente de Laboratório
- Assistente de Montagem
- Assistente de Som
- Assistente de Tecnologia da Informação
- Assistente em Administração
- Assistente Social
- Assistente Técnico em Embarcações
- Astrônomo
- Atendente de Consultório/área
- Atendente de Enfermagem
- Auditor
- Auxiliar de Agropecuária

- Auxiliar de Alfaiate
- Auxiliar de Anatomia e Necropsia
- Auxiliar de Artes Gráficas
- Auxiliar de Biblioteca
- Auxiliar de Carpintaria
- Auxiliar de Cenografia
- Auxiliar de Cozinha
- Auxiliar de Creche
- Auxiliar de Curtume e Tanantes
- Auxiliar de Dobrador
- Auxiliar de Eletricista
- Auxiliar de Encanador
- Auxiliar de Enfermagem
- Auxiliar de Estofador
- Auxiliar de Farmácia
- Auxiliar de Figurino
- Auxiliar de Forjador de Metais
- Auxiliar de Fundição de Metais
- Auxiliar de Industrialização e Conservação de Alimentos
- Auxiliar de Infra-estrutura e Manutenção/área
- Auxiliar de Laboratório
- Auxiliar de Limpeza
- Auxiliar de Marcenaria
- Auxiliar de Mecânica
- Auxiliar de Meteorologia
- Auxiliar de Microfilmagem
- Auxiliar de Nutrição e Dietética
- Auxiliar de Oficina de Instrumentos Musicais
- Auxiliar de Padeiro
- Auxiliar de Processamento de Dados
- Auxiliar de Sapateiro
- Auxiliar de Saúde
- Auxiliar de Serralheria
- Auxiliar de Soldador
- Auxiliar de Topografia

- Auxiliar de Veterinária e Zootecnia
- Auxiliar em Administração
- Auxiliar em Assuntos Educacionais
- Auxiliar Operacional
- Auxiliar Rural
- Barbeiro
- Barqueiro
- Bibliotecário-Documentalista
- Biólogo
- Biomédico
- Bombeiro Hidráulico
- Brigadista de Incêndio
- Camareiro de Espetáculo
- CARGO
- Carpinteiro
- Carvoejador
- Cenógrafo
- Cenotécnico
- Chaveiro
- Comandante de Lancha
- Comandante de Navio
- Compositor Gráfico
- Condutor/Motorista Fluvial
- Confeccionador de Instrumentos Musicais
- Conservador de Pescado
- Contador
- Contínuo
- Contra-Mestre/Ofício
- Contra-regra
- Contramestre Fluvial/ Marítimo
- Copeiro
- Coreógrafo
- Costureiro
- Costureiro de Espetáculo/Cenário
- Cozinheiro

- Cozinheiro de Embarcações
- Datilógrafo de Textos Gráficos
- Decorador
- Desenhista Copista
- Desenhista Industrial
- Desenhista Projetista
- Desenhista Técnico/ Especialidade
- Detonador
- Diagramador
- Diretor de Artes Cênicas
- Diretor de Fotografia
- Diretor de Iluminação
- Diretor de Imagem
- Diretor de Produção
- Diretor de Programa
- Diretor de Som
- Discotecário
- Economista
- Economista Doméstico
- Editor de Imagem
- Editor de Publicações
- Eletricista
- Eletricista de Embarcação
- Eletricista de Espetáculo
- Encadernador
- Encanador/Bombeiro
- Enfermeiro do Trabalho
- Enfermeiro/área
- Engenheiro Agrônomo
- Engenheiro de Segurança do Trabalho
- Engenheiro/área
- Estatístico
- Estofador
- Farmacêutico
- Farmacêutico Bioquímico

- Figurinista
- Filósofo
- Físico
- Fisioterapeuta
- Fonoaudiólogo
- Fotógrafo
- Fotogravador
- Garçom
- Geógrafo
- Geólogo
- Guarda Florestal
- Hialotécnico
- Historiador
- Imediato
- Impositor
- Impressor
- Instrumentador Cirúrgico
- Jardineiro
- Jornalista
- Lancheiro
- Lavadeiro
- Linotipista
- Locutor
- Maquinista de Artes Cênicas
- Marceneiro
- Marinheiro
- Marinheiro de Máquinas
- Marinheiro Fluvial
- Marinheiro Fluvial de Máquinas
- Massagista
- Mateiro
- Matemático
- Mecânico
- Mecânico (apoio marítimo)
- Mecânico de Montagem e Manutenção

- Mecânico de Montagem e Manutenção
- Médico Veterinário
- Médico/área
- Mestre de Edificações e Infra-estrutura
- Mestre de Embarcações de Pequeno Porte
- Mestre de Rede
- Mestre Fluvial
- Mestre Regional
- Meteorologista
- Montador Cinematográfico
- Montador/Soldador
- Motociclista
- Motorista
- Museólogo
- Músico
- Musicoterapeuta
- Nutricionista/habilitação
- Oceanólogo
- Odontólogo
- Oleiro
- Operador de Caldeira
- Operador de Câmera de Cinema e TV
- Operador de Central Hidroelétrica
- Operador de Destilaria
- Operador de Estação de Tratamento D'água e Esgoto
- Operador de Luz
- Operador de Máquina Copiadora
- Operador de Máquina de Fotocompositora
- Operador de Máquinas Agrícolas
- Operador de Máquinas de Construção Civil
- Operador de Máquinas de Lavanderia
- Operador de Máquinas de Terraplanagem
- Operador de Rádio-Telecomunicações
- Operador de Tele-impressora
- Ortoptista

- Padeiro
- Pedagogo/área
- Pedreiro
- Pescador Profissional
- Pintor de Construção Cênica e Painéis
- Pintor/área
- Porteiro
- Primeiro Condutor
- Produtor Cultural
- Programador de Rádio e Televisão
- Programador Visual
- Psicólogo/área
- Publicitário
- Químico
- Recepcionista
- Recreacionista
- Redator
- Redeiro
- Regente
- Relações Públicas
- Restaurador/área
- Revisor de Provas Tipográficas
- Revisor de Texto
- Revisor de Texto Braille
- Roteirista
- Salva-vidas
- Sanitarista
- Sapateiro
- Secretário Executivo
- Segundo Condutor
- Seleiro
- Seringueiro
- Servente de Limpeza
- Servente de Obras
- Sociólogo

- Sonoplasta
- Taifeiro Fluvial
- Taifeiro Marítimo
- Taxidermista
- Técnico de Aerofotogrametria
- Técnico de Laboratório/área
- Técnico de Tecnologia da Informação
- Técnico Desportivo
- Técnico em Agrimensura
- Técnico em Agropecuária
- Técnico em Alimentos e Laticínios
- Técnico em Arquivo
- Técnico em Artes Gráficas
- Técnico em Assuntos Educacionais
- Técnico em Audiovisual
- Técnico em Cartografia
- Técnico em Cinematografia
- Técnico em Contabilidade
- Técnico em Curtume e Tanagem
- Técnico em Economia Doméstica
- Técnico em Edificações
- Técnico em Educação Física
- Técnico em Eletricidade
- Técnico em Eletroeletrônica
- Técnico em Eletromecânica
- Técnico em Eletrônica
- Técnico em Eletrotécnica
- Técnico em Enfermagem
- Técnico em Enfermagem do Trabalho
- Técnico em Enologia
- Técnico em Equipamentos Médico-Odontológico
- Técnico em Estatística
- Técnico em Estrada
- Técnico em Farmácia
- Técnico em Geologia

- Técnico em Herbário
- Técnico em Hidrologia
- Técnico em Higiene Dental
- Técnico em Instrumentação
- Técnico em Manutenção de Áudio/Vídeo
- Técnico em Mecânica
- Técnico em Metalurgia
- Técnico em Meteorologia
- Técnico em Microfilmagem
- Técnico em Mineração
- Técnico em Móveis e Esquadrias
- Técnico em Música
- Técnico em Nutrição e Dietética
- Técnico em Ortopédia
- Técnico em Ótica
- Técnico em Prótese Dentária
- Técnico em Química
- Técnico em Radiologia
- Técnico em Reabilitação ou Fisioterapia
- Técnico em Refrigeração
- Técnico em Restauração
- Técnico em Saneamento
- Técnico em Secretariado
- Técnico em Segurança do Trabalho
- Técnico em Som
- Técnico em Telecomunicações
- Técnico em Telefonia
- Técnicos em Anatomia e Necropsia
- Tecnólogo em Cooperativismo
- Tecnólogo/formação
- Telefonista
- Teólogo
- Terapeuta Ocupacional
- Tipógrafo
- Torneiro Mecânico

- Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais
- Tradutor Intérprete
- Transcritor de Sistema Braille
- Tratorista
- Vestiarista
- Vidraceiro
- Vidreiro
- Vigilante
- Visitador Sanitário
- Zootecnista

15. Ano de ingresso no cargo

Marcar apenas uma oval.

1940

1941

1942

1943

1944

1945

1946

1947

1948

1949

1950

1951

1952

1953

1954

1955

1956

1957

1958

1959

1960

1961

1962

1963

1964

1965

1966

1967

1968

1969

1970

1971

- 1972
- 1973
- 1974
- 1975
- 1976
- 1977
- 1978
- 1979
- 1980
- 1981
- 1982
- 1983
- 1984
- 1985
- 1986
- 1987
- 1988
- 1989
- 1990
- 1991
- 1992
- 1993
- 1994
- 1995
- 1996
- 1997
- 1998
- 1999
- 2000
- 2001
- 2002
- 2003
- 2004
- 2005
- 2006

- 2007
- 2008
- 2009
- 2010
- 2011
- 2012
- 2013
- 2014
- 2015
- 2016
- 2017
- 2018
- 2019
- 2020
- 2021

16. Nível de classificação do cargo: *

Marcar apenas uma oval.

- A
- B
- C
- D
- E
- Outro: _____

17. Você ocupou cargo de gestão no IFC nos últimos 13 anos? *

Cargo de Direção(CD). Função Gratificada (FG).

Marcar apenas uma oval.

- Não
- Sim. CD.
- Sim. FG.
- Sim. CD e FG.

18. Observações e comentários sobre a questão acima.

19. Instituição de ingresso no cargo

Marcar apenas uma oval.

- Escola Técnica Vinculada a Universidade
- Escola Técnica
- Escolas Agrotécnicas
- Centro Federal de Educação
- Universidade Federal
- Instituto Federal
- Outro: _____

20. Antes do seu atual nível de classificação do cargo, ocupou outro(os) na instituição?

Marcar apenas uma oval.

- Não
- A
- B
- C
- D
- E
- Outro: _____

21. Antes de trabalhar no IFC você trabalhou em outro lugar?

Marcar apenas uma oval.

- Não
- Sim. Privado
- Sim. Publico
- Sim. Publico e Privado

22. Você considera ter diferença entre trabalhar em um Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica em comparação com outros lugares?

Marcar apenas uma oval.

- Sim Totalmente
- Sim Parcialmente
- Nem sim, nem não
- Não Parcialmente
- Não Totalmente

23. Observações e comentários sobre a questão acima.

24. Por que decidiu trabalhar em um Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica ?

Clique em PRÓXIMA para avançar ou VOLTAR para retornar a seção anterior.

25. Você conhece o projeto político-pedagógico do IFC? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

26. Seu conhecimento sobre o projeto político-pedagógico do IFC é:

Marcar apenas uma oval.

Não conheço

Excelente

Muito bom

Bom

Razoável

Péssimo

27. Observações e comentários sobre a questão acima.

28. Como você ficou sabendo sobre o projeto político-pedagógico do IFC:

Marcar apenas uma oval.

- Não conheço
- Reunião
- Curso
- Palestra
- Site institucional
- Iniciativa própria
- Outro: _____

29. Com que frequência você utiliza o projeto político-pedagógico do IFC no seu trabalho?

Marcar apenas uma oval.

- Muito Frequente
- Frequentemente
- Ocasionalmente
- Raramente
- Nunca

30. Observações e comentários sobre a questão acima.

31. Para você qual a importância do projeto político-pedagógico do IFC?

Marcar apenas uma oval.

- Extremamente importante
- Muito importante
- Moderadamente importante
- Ligeiramente importante
- Nem um pouco importante

32. Observações e comentários sobre a questão acima.

33. A quem você considera que o projeto político-pedagógico do IFC interessa?

Marque todas que se aplicam.

- Alunos
- Docentes
- Técnico-Administrativos em Educação
- Gestão
- Comunidade externa
- Nenhuma das alternativas
- Outro: _____

34. Observações e comentários sobre a questão acima.

35. Com que frequência você considera que o projeto político-pedagógico do IFC influencia no seu cotidiano de trabalho?

Marcar apenas uma oval.

- Muito Frequente
- Frequentemente
- Ocasionalmente
- Raramente
- Nunca

36. Observações e comentários sobre a questão acima.

37. Quem é(são) mais afetado(os) pelo seu trabalho hoje?

Marque todas que se aplicam.

- Alunos
- Docentes
- Técnico-Administrativos em Educação
- Gestão
- Comunidade externa
- Outro: _____

38. Considerando a resposta anterior, avalie o conhecimento necessário a respeito do projeto político-pedagógico do IFC:

Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Moderado
- As vezes é importante
- Não é importante

39. Observações e comentários sobre a questão acima.

Clique em PRÓXIMA para avançar ou VOLTAR para retornar a seção anterior.

40. Quanto a ELABORAÇÃO do projeto político-pedagógico do IFC. Analise as oportunidades de participação descritas e assinale a que mais se relaciona a sua situação.

Marcar apenas uma oval.

- há oportunidade de contribuir com sugestões e você dá a sua opinião
- há oportunidade, você tem sugestões, mas prefere não dar a sua opinião
- há oportunidade, mas você não tem sugestões
- não há oportunidade, mas você mesmo assim contribui com sugestões
- não há oportunidade, você tem sugestões, mas prefere não dar a sua opinião
- não há oportunidade e você não tem sugestões

41. Qual a importância da contribuição do Técnico-Administrativo em Educação(TAE) na elaboração do projeto político-pedagógico do IFC?

Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Moderado
- As vezes é importante
- Não é importante

42. Justifique sua resposta anterior, sobre a a importância da contribuição do Técnico-Administrativo em Educação(TAE) na elaboração do projeto político-pedagógico do IFC.

Clique em PRÓXIMA para avançar ou VOLTAR para retornar a seção anterior.

43. Assinale de acordo com o seu grau de entendimento/conhecimento dos seguintes conceitos

Marcar apenas uma oval por linha.

	Excelente	Muito bom	Bom	Razoável	Péssimo	Não conheço
Educação integral	<input type="radio"/>					
Formação omnilateral	<input type="radio"/>					
Politecnia	<input type="radio"/>					
Trabalho como princípio educativo	<input type="radio"/>					
Trabalho ontológico	<input type="radio"/>					
Trabalho histórico	<input type="radio"/>					
Dualidade Estrutural	<input type="radio"/>					
Projeto político-pedagógico	<input type="radio"/>					
Teoria histórico-cultural	<input type="radio"/>					

44. Observações e comentários sobre os conceitos apresentados na questão acima.

Clique em PRÓXIMA para avançar ou VOLTAR para retornar a seção anterior.

45. Referente a AVALIAÇÃO do projeto político-pedagógico do IFC. Analise as oportunidades de participação descritas abaixo e marque aquela que mais se relaciona a sua situação.

Marcar apenas uma oval.

- há oportunidade avaliar e você dá a sua opinião
- há oportunidade, você tem sugestões, mas prefere não dar a sua opinião
- há oportunidade, mas você não tem sugestões
- não há oportunidade, mas você mesmo assim contribui com sugestões
- não há oportunidade, você tem sugestões, mas prefere não dar a sua opinião
- não há oportunidade e você não tem sugestões

46. Qual a importância da contribuição do Técnico-Administrativo em Educação(TAE) na avaliação do projeto político-pedagógico do IFC?

Marcar apenas uma oval.

- Muito importante
- Importante
- Moderado
- As vezes é importante
- Não é importante

47. Justifique sua resposta anterior, sobre a importância da contribuição do Técnico-Administrativo em Educação(TAE) na avaliação do projeto político-pedagógico do IFC.

Clique em PRÓXIMA para avançar ou VOLTAR para retornar a seção anterior.

Avalie as afirmativas, a baixo, sobre o projeto político-pedagógico do IFC.

48. O IFC deve preceder a formação humana e cidadã, antes da qualificação para a laboralidade.

Marcar apenas uma oval.

- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente
- Nem Concordo, nem discordo
- Concordo Parcialmente
- Concordo Totalmente

49. Observações e comentários sobre a questão acima.

50. O IFC busca um enfoque histórico-cultural como metodologia de aprendizagem.

Marcar apenas uma oval.

- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente
- Nem Concordo, nem discordo
- Concordo Parcialmente
- Concordo Totalmente

51. Observações e comentários sobre a questão acima.

52. O IFC tem o compromisso com valores democráticos de uma escola republicana que questiona os privilégios de herança e reconhece a igualdade, o respeito aos direitos humanos e à vontade da maioria formada de modo legítimo.

Marcar apenas uma oval.

- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente
- Nem Concordo, nem discordo
- Concordo Parcialmente
- Concordo Totalmente

53. Observações e comentários sobre a questão acima.

54. O IFC deve formar para a cidadania ativa, para a participação na vida pública, para promover valores democráticos, o respeito à diferença e à diversidade .

Marcar apenas uma oval.

- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente
- Nem Concordo, nem discordo
- Concordo Parcialmente
- Concordo Totalmente

55. Observações e comentários sobre a questão acima.

Clique em PRÓXIMA para avançar ou VOLTAR para retornar a seção anterior.

56. Esse espaço é destinado para observações e comentários que julgar relevantes sobre os assuntos apresentados nesse questionário.

57. Se você deseja receber informações acerca de desdobramentos desta pesquisa, deixe seu e-mail.

Clique em PRÓXIMA para avançar ou VOLTAR para retornar a seção anterior.

Muito obrigada pela
participação na pesquisa!

Clique em ENVIAR para finalizar o questionário ou VOLTAR
para retornar a seção anterior.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Questionário

Após a leitura do Produto Educacional(PE), disponível no link <https://bit.ly/3gL75m1>, “Guia de leitura crítica para PPPs de IFs”, convido você para avaliar o material.

Comprometo-me a manter confidencialidade e sigilo sobre todas as informações fornecidas no questionário. Além disso, mantereí o anonimato dos(as) participantes da pesquisa.

É importante que você leia e guarde uma cópia do TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE), clicando no link a seguir: <<https://bit.ly/2Sn2VYN>>. Com as explicações que constam no TCLE, espero que você esteja suficientemente informado(a) a respeito da pesquisa que será realizada e, assim, concorde em responder ao questionário.

Caso você tenha alguma dúvida ou queira mais informações entre em contato comigo. Estarei à sua disposição.

Maysa Eichner da Silva Bazana
Fone:(47) 9 9222-0163
Email: maysa.bazana@ifc.edu.br

*Obrigatório

1. *

Marcar apenas uma oval.

- Li e concordo em participar da pesquisa *Pular para a pergunta 2*
- Discordo *Pular para a seção 6 (Muito obrigada pela participação na pesquisa!)*

Clique em PRÓXIMA para avançar.

2. Unidade de lotação *

Marcar apenas uma oval.

- Reitoria
- Campus Abelardo Luz
- Campus Araquari
- Campus Blumenau
- Campus Brusque
- Campus Camboriú
- Campus Concórdia
- Campus Fraiburgo
- Campus Ibirama
- Campus Luzerna
- Campus Rio do Sul
- Campus Santa Rosa do Sul
- Campus São Bento do Sul
- Campus São Francisco do Sul
- Campus Sombrio
- Campus Videira

3. Unidade de exercício *

Marcar apenas uma oval.

- Reitoria
- Campus Abelardo Luz
- Campus Araquari
- Campus Blumenau
- Campus Brusque
- Campus Camboriú
- Campus Concórdia
- Campus Fraiburgo
- Campus Ibirama
- Campus Luzerna
- Campus Rio do Sul
- Campus Santa Rosa do Sul
- Campus São Bento do Sul
- Campus São Francisco do Sul
- Campus Sombrio
- Campus Videira

4. Gênero

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
- Masculino
- Outros

5. Formação

Marcar apenas uma oval.

- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Graduação – Cursando
- Graduação
- Pós-graduação Especialização - Cursando
- Pós-graduação Especialização
- Mestrado – Cursando
- Mestrado
- Doutor – Cursando
- Doutor
- Pós-doutorado – Cursando
- Pós-doutorado

6. Cargo

Marcar apenas uma oval.

- Docente
- Técnico-Administrativo em Educação (PCCTAE)
- Técnico-Administrativo (PUCRCE)

7. Denominação do Cargo

Marcar apenas uma oval.

- Açougueiro
- Adrecista
- Administrador
- Administrador de Edifícios
- Afinador de Instrumentos Musicais
- Ajustador Mecânico
- Almoxarife
- Analista de Tecnologia da Informação
- Antropólogo
- Apontador
- Armador
- Armazenista
- Arqueólogo
- Arquiteto e Urbanista
- Arquivista
- Arrais
- Ascensorista
- Assistente de Alunos
- Assistente de Direção e Produção
- Assistente de Estúdio
- Assistente de Laboratório
- Assistente de Montagem
- Assistente de Som
- Assistente de Tecnologia da Informação
- Assistente em Administração
- Assistente Social
- Assistente Técnico em Embarcações
- Astrônomo
- Atendente de Consultório/área
- Atendente de Enfermagem
- Auditor
- Auxiliar de Agropecuária

- Auxiliar de Alfaiate
- Auxiliar de Anatomia e Necropsia
- Auxiliar de Artes Gráficas
- Auxiliar de Biblioteca
- Auxiliar de Carpintaria
- Auxiliar de Cenografia
- Auxiliar de Cozinha
- Auxiliar de Creche
- Auxiliar de Curtume e Tanantes
- Auxiliar de Dobrador
- Auxiliar de Eletricista
- Auxiliar de Encanador
- Auxiliar de Enfermagem
- Auxiliar de Estofador
- Auxiliar de Farmácia
- Auxiliar de Figurino
- Auxiliar de Forjador de Metais
- Auxiliar de Fundição de Metais
- Auxiliar de Industrialização e Conservação de Alimentos
- Auxiliar de Infra-estrutura e Manutenção/área
- Auxiliar de Laboratório
- Auxiliar de Limpeza
- Auxiliar de Marcenaria
- Auxiliar de Mecânica
- Auxiliar de Meteorologia
- Auxiliar de Microfilmagem
- Auxiliar de Nutrição e Dietética
- Auxiliar de Oficina de Instrumentos Musicais
- Auxiliar de Padeiro
- Auxiliar de Processamento de Dados
- Auxiliar de Sapateiro
- Auxiliar de Saúde
- Auxiliar de Serralheria
- Auxiliar de Soldador
- Auxiliar de Topografia

- Auxiliar de Veterinária e Zootecnia
- Auxiliar em Administração
- Auxiliar em Assuntos Educacionais
- Auxiliar Operacional
- Auxiliar Rural
- Barbeiro
- Barqueiro
- Bibliotecário-Documentalista
- Biólogo
- Biomédico
- Bombeiro Hidráulico
- Brigadista de Incêndio
- Camareiro de Espetáculo
- CARGO
- Carpinteiro
- Carvoejador
- Cenógrafo
- Cenotécnico
- Chaveiro
- Comandante de Lancha
- Comandante de Navio
- Compositor Gráfico
- Condutor/Motorista Fluvial
- Confeccionador de Instrumentos Musicais
- Conservador de Pescado
- Contador
- Contínuo
- Contra-Mestre/Ofício
- Contra-regra
- Contramestre Fluvial/ Marítimo
- Copeiro
- Coreógrafo
- Costureiro
- Costureiro de Espetáculo/Cenário
- Cozinheiro

- Cozinheiro de Embarcações
- Datilógrafo de Textos Gráficos
- Decorador
- Desenhista Copista
- Desenhista Industrial
- Desenhista Projetista
- Desenhista Técnico/ Especialidade
- Detonador
- Diagramador
- Diretor de Artes Cênicas
- Diretor de Fotografia
- Diretor de Iluminação
- Diretor de Imagem
- Diretor de Produção
- Diretor de Programa
- Diretor de Som
- Discotecário
- Economista
- Economista Doméstico
- Editor de Imagem
- Editor de Publicações
- Eletricista
- Eletricista de Embarcação
- Eletricista de Espetáculo
- Encadernador
- Encanador/Bombeiro
- Enfermeiro do Trabalho
- Enfermeiro/área
- Engenheiro Agrônomo
- Engenheiro de Segurança do Trabalho
- Engenheiro/área
- Estatístico
- Estofador
- Farmacêutico
- Farmacêutico Bioquímico

- Figurinista
- Filósofo
- Físico
- Fisioterapeuta
- Fonoaudiólogo
- Fotógrafo
- Fotogravador
- Garçon
- Geógrafo
- Geólogo
- Guarda Florestal
- Hialotécnico
- Historiador
- Imediato
- Impositor
- Impressor
- Instrumentador Cirúrgico
- Jardineiro
- Jornalista
- Lancheiro
- Lavadeiro
- Linotipista
- Locutor
- Maquinista de Artes Cênicas
- Marceneiro
- Marinheiro
- Marinheiro de Máquinas
- Marinheiro Fluvial
- Marinheiro Fluvial de Máquinas
- Massagista
- Mateiro
- Matemático
- Mecânico
- Mecânico (apoio marítimo)
- Mecânico de Montagem e Manutenção

- Mecânico de Montagem e Manutenção
- Médico Veterinário
- Médico/área
- Mestre de Edificações e Infra-estrutura
- Mestre de Embarcações de Pequeno Porte
- Mestre de Rede
- Mestre Fluvial
- Mestre Regional
- Meteorologista
- Montador Cinematográfico
- Montador/Soldador
- Motociclista
- Motorista
- Museólogo
- Músico
- Musicoterapeuta
- Nutricionista/habilitação
- Oceanólogo
- Odontólogo
- Oleiro
- Operador de Caldeira
- Operador de Câmera de Cinema e TV
- Operador de Central Hidroelétrica
- Operador de Destilaria
- Operador de Estação de Tratamento D'água e Esgoto
- Operador de Luz
- Operador de Máquina Copiadora
- Operador de Máquina de Fotocompositora
- Operador de Máquinas Agrícolas
- Operador de Máquinas de Construção Civil
- Operador de Máquinas de Lavanderia
- Operador de Máquinas de Terraplanagem
- Operador de Rádio-Telecomunicações
- Operador de Tele-impressora
- Ortoptista

- Padeiro
- Pedagogo/área
- Pedreiro
- Pescador Profissional
- Pintor de Construção Cênica e Painéis
- Pintor/área
- Porteiro
- Primeiro Condutor
- Produtor Cultural
- Programador de Rádio e Televisão
- Programador Visual
- Psicólogo/área
- Publicitário
- Químico
- Recepcionista
- Recreacionista
- Redator
- Redeiro
- Regente
- Relações Públicas
- Restaurador/área
- Revisor de Provas Tipográficas
- Revisor de Texto
- Revisor de Texto Braille
- Roteirista
- Salva-vidas
- Sanitarista
- Sapateiro
- Secretário Executivo
- Segundo Condutor
- Seleiro
- Seringueiro
- Servente de Limpeza
- Servente de Obras
- Sociólogo

- Sonoplasta
- Taifeiro Fluvial
- Taifeiro Marítimo
- Taxidermista
- Técnico de Aerofotogrametria
- Técnico de Laboratório/área
- Técnico de Tecnologia da Informação
- Técnico Desportivo
- Técnico em Agrimensura
- Técnico em Agropecuária
- Técnico em Alimentos e Laticínios
- Técnico em Arquivo
- Técnico em Artes Gráficas
- Técnico em Assuntos Educacionais
- Técnico em Audiovisual
- Técnico em Cartografia
- Técnico em Cinematografia
- Técnico em Contabilidade
- Técnico em Curtume e Tanagem
- Técnico em Economia Doméstica
- Técnico em Edificações
- Técnico em Educação Física
- Técnico em Eletricidade
- Técnico em Eletroeletrônica
- Técnico em Eletromecânica
- Técnico em Eletrônica
- Técnico em Eletrotécnica
- Técnico em Enfermagem
- Técnico em Enfermagem do Trabalho
- Técnico em Enologia
- Técnico em Equipamentos Médico-Odontológico
- Técnico em Estatística
- Técnico em Estrada
- Técnico em Farmácia
- Técnico em Geologia

- Técnico em Herbário
- Técnico em Hidrologia
- Técnico em Higiene Dental
- Técnico em Instrumentação
- Técnico em Manutenção de Áudio/Vídeo
- Técnico em Mecânica
- Técnico em Metalurgia
- Técnico em Meteorologia
- Técnico em Microfilmagem
- Técnico em Mineração
- Técnico em Móveis e Esquadrias
- Técnico em Música
- Técnico em Nutrição e Dietética
- Técnico em Ortóptica
- Técnico em Ótica
- Técnico em Prótese Dentária
- Técnico em Química
- Técnico em Radiologia
- Técnico em Reabilitação ou Fisioterapia
- Técnico em Refrigeração
- Técnico em Restauração
- Técnico em Saneamento
- Técnico em Secretariado
- Técnico em Segurança do Trabalho
- Técnico em Som
- Técnico em Telecomunicações
- Técnico em Telefonia
- Técnicos em Anatomia e Necropsia
- Tecnólogo em Cooperativismo
- Tecnólogo/formação
- Telefonista
- Teólogo
- Terapeuta Ocupacional
- Tipógrafo
- Torneiro Mecânico

- Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais
- Tradutor Intérprete
- Transcritor de Sistema Braille
- Tratorista
- Vestiarista
- Vidraceiro
- Vidreiro
- Vigilante
- Visitador Sanitário
- Zootecnista

8. Ano de ingresso no cargo

Marcar apenas uma oval.

1940

1941

1942

1943

1944

1945

1946

1947

1948

1949

1950

1951

1952

1953

1954

1955

1956

1957

1958

1959

1960

1961

1962

1963

1964

1965

1966

1967

1968

1969

1970

1971

- 1972
- 1973
- 1974
- 1975
- 1976
- 1977
- 1978
- 1979
- 1980
- 1981
- 1982
- 1983
- 1984
- 1985
- 1986
- 1987
- 1988
- 1989
- 1990
- 1991
- 1992
- 1993
- 1994
- 1995
- 1996
- 1997
- 1998
- 1999
- 2000
- 2001
- 2002
- 2003
- 2004
- 2005
- 2006

- 2007
- 2008
- 2009
- 2010
- 2011
- 2012
- 2013
- 2014
- 2015
- 2016
- 2017
- 2018
- 2019
- 2020
- 2021

9. Nível de classificação do cargo:

Marcar apenas uma oval.

- A
- B
- C
- D
- E
- Outro: _____

Clique em PRÓXIMA para avançar ou VOLTAR para retornar a seção anterior.

10. Antes da leitura do “Guia de leitura crítica para PPPs de IFs” você já:

Marcar apenas uma oval por linha.

	Sim	Não
Sabia da obrigatoriedade de o IFC ter um Projeto Político-Pedagógico(PPP)?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conhecia o Projeto Político-Pedagógico(PPP) do IFC?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tinha ciência de como o Projeto Político-Pedagógico(PPP) do IFC foi elaborado?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

11. Observações e comentários sobre as questões acima.

Clique em PRÓXIMA para avançar ou VOLTAR para retornar a seção anterior.

Assinale seu nível de concordância com cada afirmação abaixo quanto ao “Guia de leitura crítica para PPPs de IFs”, onde:

- (1) significa discordo totalmente;
- (2) significa discordo parcialmente;
- (3) significa não concordo, nem discordo;
- (4) significa concordo parcialmente;
- (5) significa concordo totalmente.

12. O layout (modo como estão distribuídos os elementos textuais, gráficos e as imagens) é adequado e atrativo.

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente				

13. Observações e comentários sobre a questão acima.

14. A forma de apresentação dos conceitos são de fácil compreensão.

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente				

15. Observações e comentários sobre a questão acima.

16. Sua percepção sobre Projeto Político-Pedagógico(PPP) mudou.

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente				

17. Observações e comentários sobre a questão acima.

18. O conteúdo estimula o aprofundamento do tema.

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente				

19. Observações e comentários sobre a questão acima.

20. O conteúdo estimula a criticidade quanto ao PPP dos IFs.

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente				

21. Observações e comentários sobre a questão acima.

22. O conteúdo contribui para que o TAE perceba a importância de sua participação na elaboração, implantação e avaliação do Projeto Político-Pedagógico(PPP) do seu IF de lotação.

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente				

23. Observações e comentários sobre a questão acima.

24. As referências apresentadas para aprofundar os temas são suficientes.

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente				

25. Observações e comentários sobre a questão acima.

Clique em PRÓXIMA para avançar ou VOLTAR para retornar a seção anterior.

26. Esse espaço é destinado para observações e comentários que julgar relevantes sobre os assuntos apresentados nesse questionário, bem como sugestões de melhoria no “Guia de leitura crítica para PPPs de IFs”.

27. Se você deseja receber informações acerca de desdobramentos desta pesquisa, deixe seu e-mail.

Clique em PRÓXIMA para avançar ou VOLTAR para retornar a seção anterior.

Muito obrigada pela
participação na pesquisa!

Clique em ENVIAR para finalizar o questionário ou VOLTAR
para retornar a seção anterior.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

PRODUTO EDUCACIONAL (PE): Guia de leitura crítica para
Projetos Político-pedagógicos de Institutos Federais

Endereço eletrônico para acessar o PE <https://bit.ly/3NL6Jua>.

Projeto Político-Pedagógico (PPP)

Guia de leitura crítica para PPPs de Institutos Federais

Quando aparecerem estes ícones, clique para acessar seus conteúdos.

Para continuar, clique na seta.

genially

Bazana, Maysa Eichner da Silva

B219g Guia de leitura crítica para Projetos Político-Pedagógicos de Institutos Federais / Maysa Eichner da Silva Bazana; Clóves Alexandre de Castro. - Blumenau, 2022. Website

Produto Educacional (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – Instituto Federal Catarinense, Blumenau, 2022. Orientador: Clóves Alexandre de Castro.

1. Institutos Federais 2. Projeto Político-Pedagógico. 3. Educação Profissional e Tecnológica. 4. Website. I. Castro, Clóves Alexandre de. II. Instituto Federal Catarinense. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. III. Título

CDD 371.207

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária: Shyrlei K. Jagielski Benkendorf – CRB 14/662

genially



Você sabia que existe um documento que permeia todas as ações enquanto trabalhador de uma Instituição de Ensino?

Esse documento se chama Projeto Político-Pedagógico, mais conhecido por sua sigla: PPP.

Projeto Político-Pedagógico

Que tal conhecer um pouco mais sobre ele?

[INICIAR](#)

genially



Introdução

Projeto Político-Pedagógico (PPP)

O PPP é um documento único e obrigatório para cada instituição de ensino e deve ser elaborado com a participação dos profissionais da educação e das comunidades escolar e local.

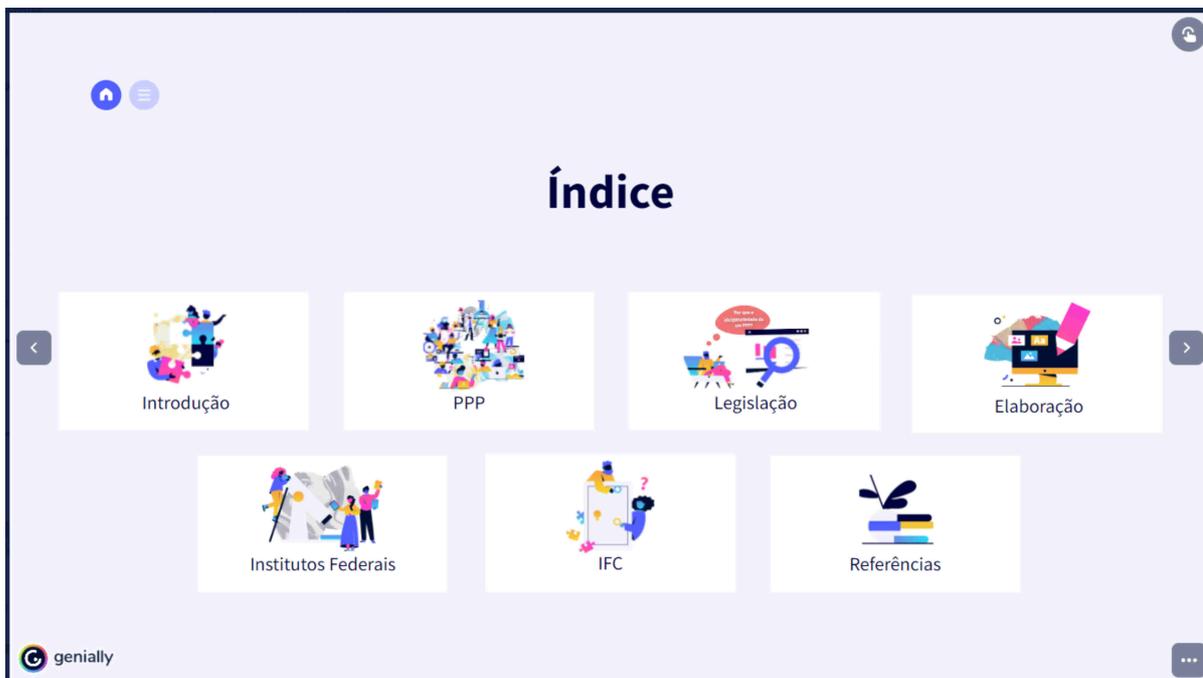
O PPP deve seguir os princípios norteadores da educação brasileira definidos na Constituição Federal (CF) de 88 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). E, no caso dos Institutos Federais (IFs), adicionam-se as particularidades dessas instituições especializadas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Nos próximos capítulos trataremos um pouco mais sobre essas questões.

[+ INFO](#)

genially

Ao clicar no ícone “+INFO” na tela anterior, abre a seguinte janela:



genially

PPP

Projeto Político-Pedagógico

Ao nos depararmos com o título do documento PPP, podemos ter a falsa sensação de ser algo que diz respeito somente à docência ou à relação em sala de aula, mas é um equívoco pensarmos assim, pois, em uma instituição de ensino, toda ação é pedagógica.

Assim, o PPP “tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade.” (Veiga, 2002, p. 2)

Vejamos o que alguns teóricos escrevem sobre PPP:



genially

genially

“ O projeto político-pedagógico não visa simplesmente a um rearranjo formal da escola, mas a uma qualidade em todo o processo vivido. Vale acrescentar, ainda, que a organização do trabalho pedagógico da escola tem a ver com a organização da sociedade. A escola nessa perspectiva é vista como uma instituição social, inserida na sociedade capitalista, que reflete no seu interior as determinações e contradições dessa sociedade. ”

*Uma Passos Alencastro Veiga
(2002, p. 2)*

genially

“ O projeto da escola é sua expressão política, ou seja, é o documento base no qual está contida sua filosofia, suas concepções de sociedade, de educação, de homem. Dele faz parte o currículo que é considerado sua essência, o que a escola tem de melhor para oferecer aos seus alunos da participação significa construir a gestão democrática e conseqüentemente formar cidadãos. **”**

*Elaine Sinhorini Arneiro Picoli e
Elma Júlia Gonçalves de Carvalho
(2010, p. 46)*

genially

PPP
NA LEGISLAÇÃO

A Constituição Brasileira define a gestão democrática como um princípio base do ensino público.
A LDB reafirma e regulamenta esse princípio-base, definindo para a gestão democrática os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Ainda, reforça que "as instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional."

Nesses termos, todas as instituições de ensino devem elaborar seus PPPs, como expressão da gestão democrática.

INFO

Por que a obrigatoriedade de um PPP?

CF 88
LDB

genially

Ao clicar no ícone “+INFO” na tela anterior, abre a seguinte janela:

The screenshot shows a Genially presentation slide titled "PPP" under the sub-heading "NA LEGISLAÇÃO". The slide content includes a definition of democratic management from the Brazilian Constitution and the LDB, and a quote from Veiga (2002) about the political-pedagogical project. A text box overlay contains the quote: "O projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão." (Veiga, 2002, p. 2). A red speech bubble on the left asks "Por que a obrigatoriedade de um PPP?". A blue "+ INFO" button is visible at the bottom of the slide.

The screenshot shows a Genially presentation slide titled "PPP" with the sub-heading "Elaboração". The slide content discusses the lack of a standard model for the PPP document and the need for institutions to create their own. It also mentions that institutions should follow national principles and the LDB, and that specialized IFs should follow pedagogical conceptions. An illustration on the left shows a computer monitor with a map of Brazil, a pink envelope, and a document with "Aa" on it. A blue "+ INFO" button is visible at the bottom of the slide.

Ao clicar no ícone da primeira lupa na tela anterior, abre a seguinte janela:

PPP
Elaboração

A legislação não cria um modelo padrão para a elaboração desse documento, pois cada instituição de ensino é única. Há, sim, o

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
VII - garantia de padrão de qualidade.
VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.
IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

Primeiro, vamos tratar do que teóricos indicam que a escola deve abordar no PPP, e no próximo capítulo, trataremos sobre as particularidades dos IFs.

[+ INFO](#)

genially

Ao clicar no ícone da segunda lupa, abre a seguinte janela:

PPP
Elaboração

Lei Nº 9.394/1996 (LDB)
TÍTULO II
Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
VII - valorização do profissional da educação escolar;
VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
IX - garantia de padrão de qualidade;
X - valorização da experiência extra-escolar;
XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
XII - consideração com a diversidade étnico-racial.
XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.
XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.

genially

Ao clicar no ícone “+INFO”, abre a seguinte janela:

PPP
Elaboração

A legislação não cria um modelo padrão para a elaboração desse documento, pois cada instituição de ensino é única. Há, sim, o dever da instituição de elaborá-lo, bem como implementar e avaliar constantemente esse projeto, para que não seja apenas uma forma

“Para que a construção do projeto político-pedagógico seja possível não é necessário convencer os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais, ou mobilizá-los de forma espontânea, mas propiciar situações que lhes permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente.” (Veiga, 2002, p. 2)

... as instituições devem seguir ... estabelecidos na CF e ... por formarem uma rede ... ação Profissional e ...

Tecnológica (EPT), devem seguir concepções pedagógicas discutidas para essa Rede.

Primeiro, vamos tratar do que teóricos indicam que a escola deve abordar no PPP, e no próximo capítulo, trataremos sobre as particularidades dos IFs.

[+ INFO](#)

genially

São questões que devem ser feitas ao construir o PPP, segundo Picoli e Carvalho:

- Que sujeitos queremos formar?
- Que conhecimentos queremos ensinar?
- Que sociedade queremos para viver?
- Que escola temos e queremos?
- Que concepção de avaliação defendemos?
- Que relações de poder queremos manter?
- Que cultura queremos valorizar?

genially

O que queremos e precisamos mudar na nossa escola?

Qual é o organograma previsto?

Como são vistas a constituição e a distribuição do poder?

Quais os fundamentos regimentais?

O que sabemos da estrutura pedagógica?

Que tipo de gestão está sendo praticada?

Quem o constitui e qual é a lógica interna?

Quais as funções educativas predominantes?

São questões que devem ser respondidas pelo PPP, segundo Veiga:

genially

O PPP é um documento que projeta aonde a instituição quer chegar, por isso a importância de ser elaborado coletivamente, para que todos os envolvidos saibam o que estão ajudando a construir e para que suas ações sejam coerentes com o definido na coletividade.

Por ser um documento que aponta para o futuro; o PPP não tem uma data de término, deve ser constantemente acompanhado, discutido, avaliado e reformulado coletivamente, num processo cíclico em que uma etapa complementa a outra.

genially

Aprofundando

Caso queira aprofundar os assuntos tratados nos capítulos anteriores, indicamos os seguintes textos:

Sobre PPP	Sobre LDB
<p>Artigo: Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Coletiva, de Ilma Passos Alencastro Veiga.</p> <p>Artigo: Projeto Político-Pedagógico: uma construção "coletiva"?, de Elaine Sinhorini Arneiro Picoli e Elma Júlia Gonçalves de Carvalho.</p>	<p>Vídeo: A história da LDB e do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, do canal do Youtube MEP SINASEFE.</p> <p>Artigo: Tramitação e Desdobramentos da LDB/1996: Embates entre Projetos Antagônicos de Sociedade e de Educação, de Iria Brzezinski.</p>

genially

PPP
E os Institutos Federais

Os Institutos Federais são instituições especializadas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que ofertam da educação básica à superior, presentes em todo território brasileiro, e compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT).

Cada IF constrói seu PPP, que deve estar alicerçado, como qualquer instituição de ensino, na CF, na LDB e em conceitos que alicerçam essa Rede. São eles:

- Formação humana integral;
- Trabalho, ciência, tecnologia e cultura entendidos como categorias indissociáveis da formação humana;
- Trabalho como princípio educativo;
- Pesquisa como princípio pedagógico.

Vamos tratar mais sobre esses conceitos?

[+ INFO](#)

genially

Ao clicar no ícone “+INFO” na tela anterior, abre a seguinte janela:

PPP

Em 29 de dezembro de 2008, foi publicada a Lei nº 11.892, que reorganizou as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, instituindo a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT), e criou os Institutos Federais (IFs).

Fontes:
 INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
 UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - UTFPR
 CENTROS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA - CEFET RJ E DE MINAS GERAIS - CEFET MG
 ESCOLAS TÉCNICAS VINCULADAS A UNIVERSIDADES FEDERAIS
 COLÉGIO PEDRO II

Fonte: MEC

+ INFO

PPP

E os Institutos Federais

A imagem abaixo demonstra as diferentes modalidades de ensino ofertadas pelos IFs:

	MODALIDADE	REQUISITO	DURAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO	Stricto sensu	Ensino superior concluído	2 a 4 anos
	Lato sensu	Ensino superior concluído	1 ano
GRADUAÇÃO	Bacharelado	Ensino médio concluído	4 anos
	Tecnologia (Ciências)	Ensino médio concluído	2 a 3 anos
	Engenharia	Ensino médio concluído	5 anos
LICENCIATURA	Formação de Professores	Ensino médio concluído	4 anos
	Integrado (o bacharelado e o licenciado são ensinados ao mesmo tempo)	Ensino fundamental concluído	3 a 4 anos
TÉCNICO	Subsequente (ensino complementar)	Ensino médio concluído	1 a 2 anos
	Prévio (ensino complementar)	Ensino fundamental concluído	3 anos
	Técnica (ensino complementar)	1ª a 4ª séries do ensino fundamental concluídas	Até 2 anos

Tema como objetivo a qualificação profissional e elevação da escolaridade dos trabalhadores

Fonte: Conif

+ INFO

Formação humana integral: é a formação plena, não visa à profissionalização somente para a aplicação de técnicas, mas sim formar em todas as dimensões humanas. Formar para o labor, mas principalmente para compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, autonomia intelectual, pensamento crítico.

Trabalho, ciência, tecnologia e cultura entendidos como categorias indissociáveis da formação humana: não se pode pensar essas quatro categorias separadamente, pois são resultado da ação do homem sobre a natureza para satisfazer suas necessidades (trabalho ) e, isso é a base para a produção da ciência, tecnologia e cultura.

Trabalho como princípio educativo: "Talvez, uma primeira ideia que nos venha à mente seja o aprender fazendo. Mas não é disso que se trata. A ideia de assumir o conceito de trabalho como base para organização de propostas pedagógicas no âmbito da educação profissional e tecnológica passa pela concepção de que é preciso construir abordagens que permitam a compreensão das relações sociais e produtivas e, ao mesmo tempo, a habilitação para o exercício profissional crítico e autônomo". (Pacheco e Silva, 2021, p. 10)

Pesquisa como princípio pedagógico: "Tomar a pesquisa como um princípio pedagógico implica, portanto, o estabelecimento de estratégias de ensino que contribuam para a construção da autonomia intelectual dos educandos e das educandas, de forma a auxiliá-los nos caminhos de reconstrução e construção do conhecimento e das práticas sociais, na edificação da consciência ética ante o trabalho, a ciência, a tecnologia, a cultura." (Silva, 2021, p. 13)

Ao clicar no ícone “!” na tela anterior, abre a seguinte janela:

Formação humana integral: é a formação plena, não visa à profissionalização somente para a aplicação de técnicas, mas sim formar em todas as dimensões humanas. Formar para o labor, mas principalmente para compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, autonomia intelectual, pensamento crítico.

Trabalho, ciência, tecnologia e cultura entendidos como categorias indissociáveis da formação humana: não se pode pensar essas quatro categorias separadamente, pois são resultado da ação do homem sobre a natureza para satisfazer suas necessidades (trabalho ) e, isso é a base para a produção da ciência, tecnologia e cultura.

Observação: As definições aqui colocadas dos quatro conceitos fundantes dos IFs são iniciais, com objetivo apenas de introduzir o assunto. Caso queira aprofundar, deixaremos sugestões de leitura nas próximas páginas.

Trabalho como princípio educativo: "Talvez, uma primeira ideia que nos venha à mente seja o aprender fazendo. Mas não é disso que se trata. A ideia de assumir o conceito de trabalho como base para organização de propostas pedagógicas no âmbito da educação profissional e tecnológica passa pela concepção de que é preciso construir abordagens que permitam a compreensão das relações sociais e produtivas e, ao mesmo tempo, a habilitação para o exercício profissional crítico e autônomo". (Pacheco e Silva, 2021, p. 10)

Pesquisa como princípio pedagógico: "Tomar a pesquisa como um princípio pedagógico implica, portanto, o estabelecimento de estratégias de ensino que contribuam para a construção da autonomia intelectual dos educandos e das educandas, de forma a auxiliá-los nos caminhos de reconstrução e construção do conhecimento e das práticas sociais, na edificação da consciência ética ante o trabalho, a ciência, a tecnologia, a cultura." (Silva, 2021, p. 13)

Os Institutos Federais têm o dever/objetivo de oferecer formação para o exercício profissional, precedida da formação completa para a leitura do mundo, com isso formar trabalhadores críticos, inseridos socialmente, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

A estrutura organizacional dessas instituições, com a presença de diferentes cursos e níveis, pode permitir um PPP que aponte para a superação da divisão entre teoria e prática, não só aos educandos, mas também para os trabalhadores dessa instituição, nas possibilidades de conexões entre os diferentes campos do saber. Para isso, é preciso a participação ativa dos trabalhadores na elaboração, aplicação, avaliação e reelaboração do Projeto Político-Pedagógico da Instituição.



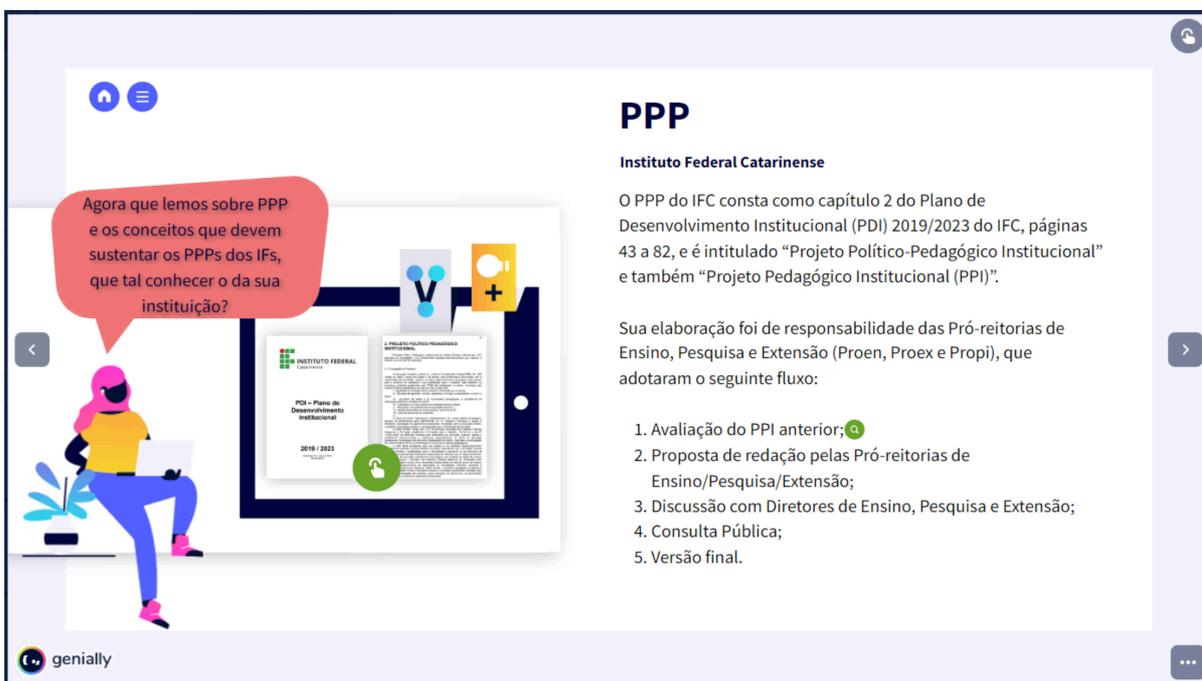
genially

Aprofundando

Caso queira aprofundar os assuntos tratados no capítulo anterior, indicamos os seguintes textos:

- Documento: Concepção e Diretrizes: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, do Ministério da Educação.
- Artigo: Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos, de Dermeval Saviani.
- Lei 11.892/2008, dos Institutos Federais, comentada, de Caetana Juracy Rezende Silva.
- Curso: O projeto político pedagógico dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Bases conceituais da educação profissional e tecnológica, de Caetana Juracy Rezende Silva.
- Livro: Fundamentos Político-Pedagógicos dos Institutos Federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora, de Eliezer Pacheco.
- Livro: Uma história por fazer-se: o sentido da formação profissional nos IFs, de João Carlo Cichaczewski.
- Blog: EPT Contemporânea: glossário colaborativo de termos relacionados à educação profissional, científica e tecnológica.

genially



Agora que lemos sobre PPP e os conceitos que devem sustentar os PPPs dos IFs, que tal conhecer o da sua instituição?

PPP

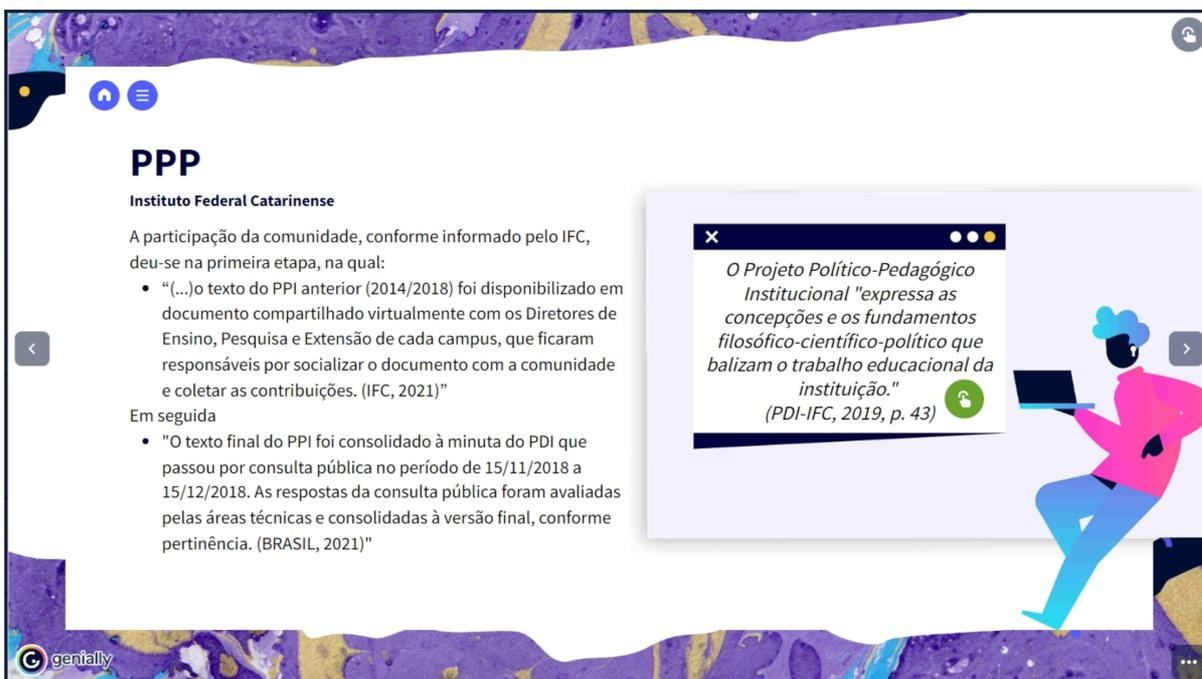
Instituto Federal Catarinense

O PPP do IFC consta como capítulo 2 do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019/2023 do IFC, páginas 43 a 82, e é intitulado “Projeto Político-Pedagógico Institucional” e também “Projeto Pedagógico Institucional (PPI)”.

Sua elaboração foi de responsabilidade das Pró-reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão (Proen, Proex e Propi), que adotaram o seguinte fluxo:

1. Avaliação do PPI anterior;
2. Proposta de redação pelas Pró-reitorias de Ensino/Pesquisa/Extensão;
3. Discussão com Diretores de Ensino, Pesquisa e Extensão;
4. Consulta Pública;
5. Versão final.

genially



PPP

Instituto Federal Catarinense

A participação da comunidade, conforme informado pelo IFC, deu-se na primeira etapa, na qual:

- “(...)o texto do PPI anterior (2014/2018) foi disponibilizado em documento compartilhado virtualmente com os Diretores de Ensino, Pesquisa e Extensão de cada campus, que ficaram responsáveis por socializar o documento com a comunidade e coletar as contribuições. (IFC, 2021)”

Em seguida

- “O texto final do PPI foi consolidado à minuta do PDI que passou por consulta pública no período de 15/11/2018 a 15/12/2018. As respostas da consulta pública foram avaliadas pelas áreas técnicas e consolidadas à versão final, conforme pertinência. (BRASIL, 2021)”

O Projeto Político-Pedagógico Institucional “expressa as concepções e os fundamentos filosófico-científico-político que balizam o trabalho educacional da instituição.” (PDI-IFC, 2019, p. 43)

genially

Ou seja, quando o IFC estiver elaborando/avaliando seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), fique atento, pois o Projeto Político-Pedagógico (PPP) será um dos assuntos tratados.

É importante lembrarmos que a legislação determina a participação dos profissionais da educação na elaboração do PPP, mas não determina como deve ser esse processo. Assim, os trabalhadores da instituição têm espaço para contribuir com novas dinâmicas de discussão.



genially

“Nessa trajetória, ao analisar a estrutura organizacional, ao avaliar os pressupostos teóricos, ao situar os obstáculos e vislumbrar as possibilidades, os educadores vão desvelando a realidade escolar, estabelecendo relações, definindo finalidades comuns e configurando novas formas de organizar as estruturas administrativas e pedagógicas para a melhoria do trabalho de toda a escola na direção do que se pretende. Assim, considerando o contexto, os limites, os recursos disponíveis (humanos, materiais e financeiros) e a realidade escolar, cada instituição educativa assume sua marca, tecendo, no coletivo, seu projeto político-pedagógico, propiciando conseqüentemente a construção de uma nova forma de organização.”

*Uma Passos Alencastro Veiga
(2002, p. 6 e 7)*



genially

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Brasília, Disponível em: <https://bit.ly/3gvWb3q>. Acesso em: 08 ago. 2020.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, Disponível em: <https://bit.ly/3orL3c4>. Acesso em: 18 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3sRguPn>. Acesso em: 05 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituições da Rede Federal**. Disponível em: <https://bit.ly/3Jg0rA8>. Acesso em: 05 nov. 2020

BRASIL. Ministério da Educação. **Concepção e diretrizes**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3yVfkGe>. Acesso em: 16 de out. 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Fala.BR – Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação. Consultar Manifestação. Acesso restrito. Resposta registrada em 08.fev. 2021.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Fala.BR – Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação. Consultar Manifestação. Acesso restrito. Resposta registrada em 11.fev. 2021.

A história da LDB e do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. [S.l.]: Mep Sinasefe, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3gER3Kh>. Acesso em: 06 dez. 2021.

BRZEZINSKI, Iria. Tramitação e desdobramentos da LDB/1996: embates entre projetos antagônicos de sociedade e de educação. **Trabalho, Educação e Saúde**, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 185-206, out. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3JhQMJu>. Acesso em: 06 dez. 2021.

CICHACZEWSKI, João Carlos. **Uma História por Fazer-Se**: o sentido da formação profissional nos IFs. Blumenau: Produto Educacional (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica), 2020. 87 p. Disponível em: <https://bit.ly/3sh07XO>. Acesso em: 20 jul. 2020.

genially

Referências

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**, de 2019. Blumenau, SC, Disponível em: <https://pdi.ifc.edu.br/>. Acesso em: 28 fev. 2020.

MACHADO, Lucília Regina de Souza et al. **EPT Contemporânea**: glossário colaborativo de termos relacionados à educação profissional, científica e tecnológica. Disponível em: <https://bit.ly/3695ft5>. Acesso em: 14 dez. 2021.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos Político-Pedagógicos dos Institutos Federais**: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: IFRN, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3dF8nyo>. Acesso em: 20 fev. 2020.

PACHECO, Eliezer; SILVA, Caetana Juracy Resende. O Trabalho como Princípio Educativo. In: SILVA, Caetana Juracy Resende. **Bases conceituais da educação profissional e tecnológica**. Curso O projeto político pedagógico dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Unidade 1). Brasília: FE/UnB, 2021 p. 10-12.

PICOLI, Elaine Sinhorini Arneiro; ; CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de (org.). Projeto Político-Pedagógico: uma construção "coletiva"?. In: PARANÁ. Superintendência da Educação. Coordenação de Gestão Escolar. Secretaria de Estado da Educação. **Organização do trabalho escolar**. Curitiba: Seed - Pr, 2010. p. 1-128. Disponível em: <https://bit.ly/3smuklq>. Acesso em: 29 nov. 2021.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. [S.L.], v. 12, n. 34, p. 152-165, abr. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <https://bit.ly/3sCg3aw>.

SILVA, Caetana Juracy Resende (org.). **Institutos Federais Lei 11.892, de 29/11/2008**: comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3JkNCVj>. Acesso em: 06 jan. 2022.

SILVA, Caetana Juracy Resende. **Bases conceituais da educação profissional e tecnológica**. Curso O projeto político pedagógico dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Unidade 1). Brasília: FE/UnB, 2021.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da Escola**: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível. 14. ed. Campinas: Papirus, 2002. p. 1-10. Disponível em: <https://bit.ly/3363IMR>. Acesso em: 29 nov. 2021.

genially

